



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ICS)

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA (SOL)

MARIANA MORENO DUTRA

**Entre “Escola de Marginais” e “Escola de Campeões”:
interpretações da militarização do Centro Educacional 07 de
Ceilândia (DF)**

BRASÍLIA

2023

MARIANA MORENO DUTRA

**Entre “Escola de Marginais” e “Escola de Campeões”:
interpretações da militarização do Centro Educacional 07 de
Ceilândia (DF)**

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Sociologia

Orientação: Prof.^a Dra. Haydée Glória Cruz Caruso.

Co-orientação: Prof.^o Dr. Stefan Fornos Klein.

BRASÍLIA

2023

MARIANA MORENO DUTRA

**Entre “Escola de Marginais” e “Escola de Campeões”:
interpretações da militarização do Centro Educacional 07 de
Ceilândia (DF)**

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Sociologia

Orientação: Prof.^a Dra. Haydée Glória Cruz Caruso.

Co-orientação: Prof.^o Dr. Stefan Fornos Klein.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Haydée Caruso - Universidade de Brasília (UnB) - Orientadora

Prof.^a Dra. Catarina de Almeida Santos - Universidade de Brasília (UnB) – Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Obrigada a todas as pessoas que, em alguma medida, viabilizaram a construção e escrita deste trabalho.

*“Cuando el caballo entra a Troya
Tú te confías y ardió” Saoko, Rosalía, 2022.*

RESUMO

No presente trabalho analiso o fenômeno da militarização das escolas públicas no Distrito Federal (DF), a partir do Projeto de Gestão Compartilhada, enquanto política educacional, com foco no diagnóstico dos efeitos da militarização no Centro Educacional 07 de Ceilândia (CED 07 de Ceilândia), e renomeado como *Colégio Cívico-Militar Centro Educacional 07 de Ceilândia*. A percepção das interpretações da comunidade escolar sobre a adesão ao Projeto, tornando-a uma escola militarizada, com a Gestão Compartilhada, foi possível com a realização de um estudo de caso combinado à *experiência etnográfica*. Os objetivos gerais visam compreender se os objetivos previstos para o Projeto Escola Gestão Compartilhada, que constam no artigo 2º da Portaria Conjunta nº 22/2020, foram alcançados na escola piloto CED 07 de Ceilândia.

A análise da pesquisa foi construída em face às interpretações das pessoas entrevistadas - durante a realização do trabalho de campo nos meses de agosto a dezembro de 2022 -, que compõem a comunidade escolar. Em continuidade, empreendi uma análise de perfil e realidade da comunidade escolar, por meio de documentos da Secretaria de Educação do DF (SEEDF); dados do Conselho de Classe Discente, organizado pelo Serviço de Orientação Educacional (SOE); dados das Ocorrências Registradas pelo Batalhão Escolar da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF); dados da Secretaria Escolar do CED 07, disponibilizados pela Coordenação Pedagógica; e, os Projetos Político-Pedagógicos, com o marco firmado da implementação da militarização, abrangendo os anos de 2019 a 2021.

De forma a apreender as funções sociais da escola em um contexto que policiais militares passam a atuar na educação básica pública, como justificativa de promoção de segurança e combate à violência na vida de jovens estudantes, utilizei como referenciais teóricos as implicações da promoção de segurança pública pelo Estado (MUNIZ, 2007, 2011, 2014; OLIVEIRA, 1985; ZALUAR, 2014), o combate à violência e as práticas estatais que produzem rotulações de sujeição criminal (MISSE, 2010), atingindo (e tendo como alvo majoritário) a juventude negra (GONZALEZ, 1979). A produção dos discursos de verdade (FOUCAULT, 2007) propagados pela Gestão escolar (pedagógica e disciplinar) sobre a efetividade da Gestão Compartilhada, foram cruciais para a adesão e defesa de uma implementação exitosa ao Projeto pela comunidade (intra e extra) escolar.

Isto posto, observei que a Gestão Compartilhada não atingiu seus objetivos. As categorizações empregadas no combate à violência e promoção de segurança, sob a narrativa de que “posso focar na parte pedagógica, pois sei que há uma equipe focada em cuidar do

disciplinar”, atravessam a escolha para militarizar o CED 07. Os problemas que a escola enfrentava anteriormente, que a colocava como “Escola de Marginais”, foram apenas abafados. A economia dos discursos de verdade funcionaram na escola por meio da investida da Gestão escolar em pintar à comunidade (interna e externa) que a escola necessita da presença militar para se concretizar como uma "Escola de Campões".

Palavras-chave: Gestão Compartilhada; Militarização; Violência; Disciplinar; Distrito Federal

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Distribuição do Perfil das Pessoas Entrevistadas
- Tabela 2** – Distribuição Corpo Docente
- Tabela 3** – Distribuição Gestão Pedagógica
- Tabela 4** – Distribuição Gestão Disciplinar
- Tabela 5** - Distribuição Gestão Disciplinar (Matutino)
- Tabela 6** - Distribuição Gestão Disciplinar (Vespertino)
- Tabela 7** - Distribuição Turmas Ensino Médio
- Tabela 8** - Distribuição Turmas EJA
- Tabela 9** - Distribuição Ensino Médio x Faixa Etária
- Tabela 10** - Ocorrências Batalhão Escolar (PMDF) - CED 07
- Tabela 11** - Ocorrências Batalhão Escolar (PMDF) - Ceilândia (2017)
- Tabela 12** - Ocorrências Batalhão Escolar (PMDF) - Ceilândia (2018)
- Tabela 13** - Ocorrências Batalhão Escolar (PMDF) - Ceilândia (2019)
- Tabela 14** - Natureza da Ocorrência Batalhão Escolar (PMDF) - CED 07 (2017)
- Tabela 15** - Natureza da Ocorrência Batalhão Escolar (PMDF) - CED 07 (2018)
- Tabela 16** - Natureza da Ocorrência Batalhão Escolar (PMDF) - CED 07 (2019)
- Tabela 17** - Perfil Policiais Militares no CED 07
- Tabela 18** - Como tem sido o processo de atuação enquanto monitor(a) na escola?
- Tabela 19** - Como é a rotina de trabalho?
- Tabela 20** - Relação com a Comunidade Escolar (Estudantes, Professores e Direção)
- Tabela 21** - Relação com Colegas Monitores
- Tabela 22** - Relatar alguma situação para observação da escola
- Tabela 23** - Elogios à Escola
- Tabela 24** - Balanço sobre a Implementação da Gestão Compartilhada

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tipos de situações observadas na turma

Gráfico 2 - Qual a maior dificuldade estudando em casa

Gráfico 3 - Como é a convivência em turma

Gráfico 4 - Elogios à escola

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – “Tour” pela Escola

Imagem 2 – Charge censurada no CED 01 da Estrutural

Imagem 3 – Aluno posta vídeo armado

Imagem 4 - Fora PM das Escolas

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF Constituição Federal

CED Centro Educacional

CEF Centro de Ensino Fundamental

CEM Centro de Ensino Médio

CCM Colégio Cívico-Militar

CRE Ceilândia Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia

DCA Delegacia da Criança e do Adolescente

DF Distrito Federal

ECA Estatuto da Criança e o Adolescente

Ideb Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IVE Índice de Vulnerabilidade Escolar

GDF Governo do Distrito Federal

LDB Lei de Diretrizes e Bases

MEC Ministério da Educação

PECIM Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

PIBIC Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PMDF Polícia Militar do Distrito Federal

PP Proposta Pedagógica

PPP Projeto Político-Pedagógico

PROEDUC Promotoria de Justiça de Defesa da Educação

RA Região Administrativa

SEEDF Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SINPRO Sindicato dos Professores no Distrito Federal

SOL Sociologia

SOE Serviço de Orientação Educacional

SSPDF Secretaria de Estado e Segurança Pública do Distrito Federal

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

UBES União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
METODOLOGIA	18
ENTRADA EM CAMPO	25
1. Impasses e Desafios da Construção de Campo em uma Escola Militarizada	25
2. O Campo	29
PARTE 1	38
3. A educação militarizada	38
4. A violência em pauta	43
5. Delineando - em números - quem são as pessoas que compõem a escola	47
PARTE 2	52
6. Como era a escola antes?	52
7. Com todo o respeito, o negócio deles não é a segurança?	56
8. O processo de implementação	63
8.1. Como a proposta foi recebida - uma questão de escolha	63
8.2. A votação	66
8.3. A implementação: como nos quartéis	69
9. Violência Escolar e Segurança	71
PARTE 3	74
10. Primeiro ano de implementação	74
11. Pandemia	78
12. Retorno do Presencial	81
13. Novo Ensino Médio	83
PARTE 4	87
14. Atuação da PM: “Eles são treinados desse jeito, numa escola, eles vão fazer a mesma coisa”	87
15. Denúncias	96
15.1. Estudantes imobilizados em “evento de Judô”	96
15.2. Policial Militar entra na sala para impor a ordem	97
15.3. A corporação se protege	98
15.4. Quando quase rolou um Big Brother CED 07	98
15.5. “Uma situação meio Geisy Arruda”	99
15.6. “Eu que tô errado”	100
15.7. Até que se prove o contrário	100
15.8. Detenção	101
15.9. Período Eleitoral	101
15.10. “Quê spray?”	101
16. Entre Disciplinar e Pedagógico	103
PARTE 5	109
17. Sobre os(as) Estudantes	109

18. Grêmio Estudantil	119
PARTE 6	127
19. Impressões sobre a Gestão Compartilhada	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
• Reportagem Jornalística	137
• Legislação	137
• Documentos Técnicos	138
• Livros, Artigos e Outros	139
ANEXOS	144
ANEXO I - Perguntas do Formulário do Conselho de Classe Discente (SOE)	144
ANEXO II - Carta de Apresentação de Pesquisa	146
ANEXO III - Roteiro de Entrevista Monitores	148
ANEXO IV - Roteiro de Entrevista Pedagógico (Professores, Coordenação e Orientação Educacional)	149
ANEXO V - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	149
ANEXO VI - Respostas Coletadas para o Conselho de Classe Escolar (SOE)	151
• Como a escola pode te ajudar com sua organização individual para aprender melhor?	151
• Qual sua maior dificuldade quando está estudando em casa?	152
• Como é a convivência entre os alunos da sua turma?	154
• Gostaria de relatar alguma situação de sala que julgue que é necessário a atenção da escola?	156
• Gostaria de elogiar um setor, professor ou servidor da nossa escola? Se sim, pode fazê-lo. Acreditamos que devemos valorizar o que é bom para que isso se multiplique.	157
• Tipos de situação observada na turma	158
ANEXO V - Quantitativo de estudantes	160

INTRODUÇÃO

O Governo do Distrito Federal, em 2019, implementou o Projeto Escola Gestão Compartilhada, entre a Secretaria de Estado e Educação (SEEDF) e a Secretaria de Estado e Segurança Pública do DF (SSPDF). Nesse mesmo ano, é criado o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares do Governo Federal (Pecim), enquanto política educacional de Estado. A conciliação das previsões legais¹, que constam na Portaria Conjunta nº 01/2019², responsável por instituir o projeto piloto, com os ideais de uma função social de educação do ensino público democrático, previsto como princípio do ensino público de acordo com o art. 206 da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996 (LDB), não parece ser transponível à organização proposta das escolas militarizadas no Distrito Federal, de acordo com o Projeto Escola Gestão Compartilhada. Atualmente, a Portaria Conjunta nº 22/2020³, dispõe da implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada.

O problema de pesquisa se coloca, então, da seguinte maneira: compreender se os objetivos previstos para o Projeto Escola Gestão Compartilhada foram alcançados na escola piloto CED 07 de Ceilândia. Nesse sentido, a compreensão de se e como os objetivos do Projeto foram cumpridos, enquadram-se num contexto de depois de 3 anos de militarização; e com foco na etapa do Ensino Médio, por ser a etapa da Educação Básica na qual a pessoa está em fase de consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, com a finalidade de preparação básica para o trabalho e a cidadania, seu aprimoramento como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e o pensamento crítico. Além do mais, é a etapa em que as Ciências Sociais está inserida no currículo escolar, ao menos até a efetivação completa da Reforma do

¹ Pontua alguns marcos legais e normativas que tratam da Gestão Democrática: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Complementarmente, a Gestão Democrática também é assegurada na Lei Orgânica do Distrito Federal, na Lei Complementar Distrital nº 840/2011 e no Regimento Escolar da Secretaria de Educação.

² FEDERAL, Distrito. Portaria nº 01, de 31 de janeiro de 2019. Dispõe sobre a implementação do projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada. Diário Oficial do Distrito Federal. Brasília, DF, n. 23, p. 3-4, 01 fev. 2019. Disponível em:

https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/portaria-conjunta-gestao-compartilhada_07fev19.pdf

³ Versão mais recente disponível que dispõe sobre a implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada. FEDERAL, Distrito. Portaria Conjunta nº 22, de 28 de outubro de 2020. Dispõe sobre a implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada. Diário Oficial do Distrito Federal. Brasília, DF, n. 22, p. 30-31, 02 fev. 2021. Disponível em:

http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/25ce263a5d6d45698904bc0282c02d6a/Portaria_Conjunta_22_28_10_2020.html

Ensino Médio (Lei nº 13.415/17), na forma do componente Sociologia, permitindo uma maior proximidade ao corpo estudantil, seja pela minha formação inicial em Licenciatura em Ciências Sociais, ou até mesmo pela possível troca com Professores da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

De forma a melhor compreender a realidade escolar, escolhi realizar o trabalho de campo, segundo as premissas do estudo de caso, de acordo com Almeida (2016), juntamente à *experiência-etnográfica*. Além disso, fiz uso da análise documental de Projetos Político-Pedagógicos e dados sobre expressões de violência local e nacional, concomitantemente à dados do perfil sociodemográfico de estudantes da Secretaria de Educação do Distrito Federal. A realização de etnografias que estudem os casos de cada escola de forma a analisar, de fato, os impactos e/ou melhorias da promoção de uma política pública, é uma importante ferramenta para a compreensão do significado desse fenômeno, que implica interesses políticos somados à vontade da comunidade escolar de combate à violência pela força estatal, no CED 07, a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF).

À égide de melhora nos índices educacionais, rendimento escolar e promoção de pacificação do ambiente escolar, a militarização, aplicada no DF como Gestão Compartilhada, pode alimentar a lógica do espaço escolar enquanto uma maquinaria biopolítica de produção de sujeitos (FOUCAULT, 2007). As implicações da promoção de segurança pública pelo Estado, que não se concretizou para uma parcela da população (ZALUAR, 2014), de acordo com sua raça, gênero e classe, causa grande impacto no acesso aos direitos subjetivos fundamentais. No combate à violência, as práticas estatais produzem rotulações de sujeição criminal (MISSE, 2010), que atinge (e tem como alvo majoritário) a juventude negra (GONZALEZ, 1979). Isto posto, a produção dos discursos de verdade (FOUCAULT, 2007) propagados pela Gestão escolar (pedagógica e disciplinar) da efetividade da Gestão Compartilhada foram cruciais para a adesão ao Projeto e defesa, ainda presente, deste pela comunidade escolar.

Destarte, o presente Trabalho de Conclusão de Curso foi organizado em Introdução, Metodologia, Resultados, Partes 1 a 6 e Considerações Finais. Esta breve introdução tem por objetivo localizar a pessoa leitora no debate e contexto que se insere o Projeto de Gestão Compartilhada e suas implicações. A Metodologia engloba os processos de construção e realização da pesquisa, de forma que, em Entrada de Campo, relato alguns percalços do campo, optando por colocar o vivenciado na *experiência-etnográfica* concentrada ao início do texto, com o intuito de retratar os vários aspectos vigentes no cotidiano escolar do CED 07.

A Parte 1 possui três tópicos, organizados no sentido de continuidade à discussão iniciada na Introdução, e, estabelecimento da composição escolar, quantitativamente. A Parte 2 conta com quatro tópicos, contando como e por quê a militarização no CED 07. Por sua vez, a Parte 3 reúne os efeitos do primeiro ano de implementação, a pandemia e suas consequências para a comunidade escolar do CED 07, o retorno ao presencial e o Novo Ensino Médio passando a ser aplicado na escola em 2022. Impulsionando o que representa uma gestão compartilhada entre Disciplinar e Pedagógico, a Parte 4, em seus 3 tópicos pautam as implicações dessa lógica de Gestão Escolar. A Parte 5 traz a perspectiva estudantil sobre a militarização e a Parte 6 finaliza com as impressões sobre a Gestão Compartilhada.

O fio condutor de construção do Trabalho foi de contar o que é a Gestão Compartilhada para aquelas pessoas que a vivenciam, por isso, as narrativas colhidas em entrevista são o que dão a sequência lógica do balanço de alcance dos objetivos previstos no Projeto de Gestão Compartilhada.

METODOLOGIA

A construção da pesquisa pautou-se nos procedimentos de estudo de caso do CED 07 de Ceilândia, para percepção do cumprimento dos objetivos estabelecidos para as Escolas de Gestão Compartilhada. A prática do estudo de caso que segui esteve de acordo com o traçado por Almeida (2016), de uma investigação que pretende descrever e analisar acontecimentos, agentes e situações complexos, a partir da utilização de uma combinação de técnicas de pesquisa. Especificamente, um estudo de caso analítico, em que é possível problematizar as interpretações correntes do que está em investigação e as teorias que sustentam tais interpretações (ALMEIDA, IN: MIRANDA, 2016, p. 64-65). Por isso, a combinação de técnicas de pesquisa como pesquisa documental, levantamento de dados secundários, entrevistas, observações direta e participante, e etnográficas compuseram a estratégia dos procedimentos de pesquisa.

De forma a angariar uma boa quantidade de informações e perspectivas sobre o objeto de estudo, e ainda sim manter uma perspectiva aberta para a realidade e nuances do trabalho de campo (YIN, 2016), a realização etnográfica foi utilizada, a partir da contribuição de Mariza Peirano (2014) em suas percepções sobre o fazer etnográfico como mais que uma descrição, a etnografia enquanto uma possibilidade de trazer novas contribuições e perspectivas teóricas. Além das técnicas de pesquisa que integram a etnografia, como a observação direta e/ou participante, a aplicação de entrevistas, estabelecimento de relações, mapeamento, uso do diário de campo, as quais estiveram presentes no trabalho de campo, a etnografia é o momento em que é possível à pessoa que pesquisa estar imersa no universo estudado. Visto que a possibilidade de inserção e permanência na unidade escolar foi limitada em contatos pontuais, lanço mão de utilizar a expressão *experiência-etnográfica* para abranger com melhor precisão a forma metodológica aplicada. Faço uso da *experiência-etnográfica* justamente por, mesmo que aplicando as técnicas de pesquisa da etnografia, não foi possível uma imersão completa no universo escolar.

Em uma escola militarizada, o fazer etnográfico pode contribuir para a percepção dos fenômenos cotidianos que envolvem a escola, das questões didático-pedagógicas às vivências de lazer e violência, seja dentro ou ao redor da escola. A aplicação de um método que realize a operação da pessoa que pesquisa entrar em contato com o universo pesquisado, o compartilhar de horizontes a partir de uma relação de troca fazendo com que se saia com, ao menos, uma perspectiva não prevista anteriormente (MAGNANI, 2003), é essencial para a

percepção de estudantes sobre sua relação com a escola, com colegas, professores, policiais militares e assim respectivamente para cada parte integrante da escola.

Para isso, o levantamento da percepção dos entes da comunidade escolar – estudantes, professores, monitores e responsáveis legais - da escola selecionada foi possível através de entrevistas qualitativas semiestruturadas. Entendendo aqui entrevistas qualitativas seguindo um modo conversacional, fornecendo a oportunidade de interações bidirecionais, a escolha se pauta no objetivo de compreender o que as participantes apresentam em seus próprios termos, dentro do mundo social ao qual se inserem (YIN, 2016). Por sua vez, a coleta de dados, no que tange às questões de diretrizes administrativas-pedagógicas da escola militarizada, assim como, de diagnóstico do perfil e realidade da comunidade escolar ocorreu com a análise dos documentos da Secretaria de Educação do Distrito Federal e Projetos Pedagógicos, com o marco firmado da implementação da militarização, abrangendo os anos de 2019 a 2021. Essa coleta foi possível por meio de pesquisa documental em fontes primárias e secundárias, concomitantemente à comparação dialógica de dados sobre taxas de violência, dados do perfil sociodemográfico de estudantes da escola escolhida.

Das fontes secundárias, pude ter acesso a dados do Conselho de Classe Discente, de resposta voluntária aos(as) estudantes do Ensino Médio, organizado pelo Serviço de Orientação Educacional (SOE); dados das Ocorrências Registradas pelo Batalhão Escolar da Polícia Militar do Distrito Federal; dados da Secretaria Escolar do CED 07, disponibilizados pela Coordenação Pedagógica, sobre o quantitativo de estudantes - com distribuição por ano, turma e idade, Professores, Coordenações, Supervisão Escolar, Orientação Escolar e Monitores. Dos dados do Conselho de Classe Discente, coletados pelo SOE, o levantamento foi feito através de Google Forms, com dados de identificação de estudantes por e-mail e turma. As perguntas eram de cunho didático-pedagógico e sobre o cotidiano escolar, no que tange à turma do(a) estudante respondente, com respostas abertas e fechadas (com possibilidade de múltipla marcação). Seguem, assim, as perguntas que constam no formulário do Conselho de Classe Discente (vide anexo I).

O total de estudantes respondentes foi de 62, para o 1º ano do Ensino Médio; 36 estudantes respondentes do 2º ano; e, 44 estudantes respondentes do 3º ano do Ensino Médio, resultando em 142 respostas colhidas. Para análise das respostas, os dados foram tabulados de acordo com os anos do Ensino Médio, e escolhi tratar apenas as respostas referentes às perguntas que envolviam a convivência em sala de aula, rotina de estudos, situações

observadas em sala, situações que gostariam de relatar e elogios, que serão abordados na seção “Sobre os(as) estudantes”, aglomerados pelo conjunto do Ensino Médio.⁴

Os dados das Ocorrências Registradas pelo Batalhão Escolar da PMDF⁵, são referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019, organizados por data, horário, Batalhão, escola, Região Administrativa e natureza. As Regiões Administrativas que estão nas ocorrências são Águas Claras, Asa Norte, Asa Sul, Brasília, Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Cruzeiro, Cruzeiro Novo, Estrutural, Fercal, Gama, Guará, Guará I, Guará II, Itapoã, Lago Norte, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Park Way, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, SIA, Sobradinho, Sudoeste, Taguatinga, Varjão, Vila Planalto e Vicente Pires. Neste trabalho, irei abordar apenas as ocorrências de Ceilândia, que constarão na seção “Com todo o respeito, o negócio deles não é a segurança?”.

A partir dos dados disponibilizados pela Coordenação Pedagógica, foi possível ter as informações de quantitativo da Gestão Pedagógica, Gestão Disciplinar, Corpo Docente, quantidade de turma do Ensino Médio, quantidade de Turmas da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a distribuição de turmas do Ensino Médio por faixa etária. Os dados foram disponibilizados por meio de folhas impressas, de forma que tive que reorganizá-los em planilhas.

Em relação aos dados de fonte primária, há os pertinentes à *experiência-etnográfica*, de anotação no Diário de Campo, de observação direta e observação-participante, de entrevistas semiestruturadas e não estruturadas, e, do Google Forms de “Entrevista Monitores CCM CED 07”. O formulário foi composto por perguntas abertas e fechadas, voltado para os Policiais Militares na função de monitores, com o objetivo de compreender sua trajetória participando do Projeto de Gestão Compartilhada, sua percepção sobre o cotidiano escolar e considerações sobre o Projeto.

As respostas foram tabuladas e organizadas por: perfil do(a) Policial Militar respondente; atuação em escolas; cotidiano escolar e considerações sobre o Projeto de Gestão Compartilhada. No total, foram 5 respondentes, sendo monitores e o Comandante Disciplinar.

O Diário de Campo foi de extrema importância para a constituição do que pude presenciar em campo, e, principalmente, como meio de registro de informações que, de outra

⁴ Caso a pessoa leitora tenha interesse em observar os dados de cada ano do Ensino Médio, eles se encontram no Anexo, seção IV. Respostas Coletadas para o Conselho de Classe Escolar (SOE).

⁵ O acesso a esses dados foi viabilizado através dos pesquisadores Sullyvan Garcia, Paulo Lima Jr e Haydée Caruso, que analisaram os referidos dados no artigo *Violência Urbana e Violência Escolar nas Periferias de Brasília* (2022).

forma, não a poderia fazer. Como a ida à campo, que ocorreu sempre na parte da manhã, por ser o turno matutino o que ocorrem as aulas de Ensino Médio (com exceção da reunião de Coordenação que acompanhei no turno vespertino), implicava o deslocamento da minha casa, na Asa Norte (Plano Piloto) à Ceilândia Norte (Ceilândia) dependendo do transporte público, mas, pelo menos, agraciada pelo Passe Livre Estudantil. Nas primeiras idas, preferi evitar ir de metrô por ter recebido um toque de um amigo da Ceilândia para ter cuidado ao descer na estação Ceilândia Norte do metrô, já que é um local em que é costumeiro ocorrer furtos. Então, até descobrir uma linha que passasse próxima à minha casa e fosse direto à QNN 13, no Setor Norte, gastei algumas viagens pegando até 3 ônibus para chegar na escola (os aplicativos de mobilidade urbana são úteis, mas, não tão confiáveis).

O trajeto, tanto de ida como de volta, leva cerca de 2h. Na ida, saía da minha casa, na Asa Norte, e, na volta, pegava o metrô para a Estação Central, por ser próxima do meu local de trabalho, podendo pegar outro ônibus para o resto do meu trajeto. A volta de metrô me possibilitava a escrita no Diário, no vagão feminino, que sempre causava curiosidade às pessoas que estavam ao meu redor, com o tempo perfeito que levava para relatar a ida em campo. Iniciava a escrita ainda na estação da Ceilândia Norte, e, como era a segunda parada da saída do metrô, sempre conseguia um lugar para sentar (como voltava próximo ao meio-dia, os vagões eram costumeiramente cheios), continuando minha escrita, e terminando no espaço entre a estação Galeria à Central.

Estive em campo 10 vezes, no período entre agosto e novembro, chegando na escola às 8h35 (ou 8h50, se o ônibus atrasasse um pouco) e saindo por volta das 11h (fiquei até 12h30, final do turno escolar, apenas duas vezes). Além das observações, o campo foi o local onde as entrevistas foram realizadas em sua maioria, com exceção de uma entrevista que foi feita fora da escola. Ao total, foram 10 pessoas entrevistadas, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que explicitava a realização da entrevista com fins de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso, com consulta sobre o interesse e disponibilidade de cooperação com a pesquisa. O anonimato foi garantido e o Termo assinado por mim e pela pessoa participante, em duas vias, uma para a participante e outra para a pesquisadora.

TABELA 1: Distribuição do Perfil das Pessoas Entrevistadas

Perfil das Pessoas Entrevistadas	
Classificações	Quantidade
Mulheres entrevistadas	7
Homens entrevistados	3
Pessoas negras entrevistadas	2
Pessoas brancas entrevistadas	8
Pessoas a favor da militarização entrevistadas	4
Pessoas contra a militarização entrevistadas	6
Total de pessoas entrevistadas	10

FONTE: Elaboração Própria.

Além das 10 pessoas entrevistadas por mim, em campo, houve 2 entrevistas realizadas pela Professora Dra. Haydée Caruso e pela pesquisadora Marina Paz⁶, que me foram disponibilizadas para uso e a análise neste Trabalho; e, as conversas que tive em campo com o Comandante Disciplinar, valiosas para a composição de dados sobre os resultados da pesquisa, registradas através do Diário de Campo. No presente trabalho, todos os nomes de pessoas interlocutoras entrevistadas são fictícios, ou, referidas a partir do cargo e/ou função exercida na escola.

As entrevistas com Professores, Direção, Coordenação, Supervisão e Orientação Educacional, foram semiestruturadas, seguindo o roteiro em anexo, seção III, Roteiro de Entrevista Pedagógico. Para as entrevistas com estudantes, não preparei roteiro, guiando a entrevista a partir do contato inicial que havia estabelecido, abordando as questões de cotidiano escolar, percepções sobre a Gestão Compartilhada, impactos da violência escolar e participação estudantil. A transcrição foi realizada com a ajuda da ferramenta Pinpoint, do Google Journalist Studio, que, mesmo com a necessidade de revisão da transcrição, foi de grande ajuda. A partir das transcrições, classifiquei as respostas em 16 tópicos, que são os que seguem: *Como era a Escola Antes ; Opinião da Comunidade; O processo de implementação; Violência escolar e Segurança; Primeiro ano de militarização - 2019; Pandemia; Retorno do Presencial - 2021; Atuação da PM; Mecanismos de Vigilância;*

⁶ As entrevistas concedidas integraram a análise realizada pelas pesquisadoras no artigo intitulado "A Escola como problema de polícia: um estudo de caso sobre a militarização da educação no Distrito Federal (Brasil) (CARUSO, & PAZ, 2022).

Denúncias; Disciplinar e Pedagógico; O terceiro ano de implementação - 2022; Novo Ensino Médio; Sobre os Estudantes; Grêmios Estudantis e Impressões sobre a Gestão Compartilhada (prós e contras, o que foi planejado é executado).

As classificações serviram como guia de estruturação do trabalho e, parte está inteiramente como seção, outras, estão perpassadas em seções definidas. Assim sendo, a escrita do trabalho foi guiada pelo livro *Truques de Escrita*, de Howard Becker (2015), mais no sentido da minha postura perante a escrita e apoio no processo de construção do trabalho. Foi difícil largar o hábito, praticado em grande parte da graduação, da “prática do desespero”, deixando os momentos finais como tempo hábil de escrita, mas, foi possível praticar a escrita planejada, que demandou um processo lento de construção do trabalho, até chegar nas estruturas finais. Conforme abordado por Becker, quis tentar evitar uma escrita que não necessariamente eu julgasse ser a que refletisse meus pensamentos.

Algo que me preocupei foi o que Becker traz em *"Menos Palavras"*, ao dizer que quando queremos apresentar um argumento se-então, mas não desenvolvemos conscientemente a conexão causal que achamos estar ali (BECKER, 2014, p. 51), e, espero ter conseguido transparecer as relações causais observada. Superada essa questão, não inteiramente, outro desafio foi o de “soltar o texto”, de enquanto não se compartilha o texto escrito, o trabalho não estará terminado. Espero que, com o texto solto, ele esteja, de fato, terminado e tenha conseguido cumprir com a nossa função de escrita científica e não travar frente às incertezas que isso causa, bastando *"relaxar e fazer!"* (BECKER, 2014, p. 81).

Finalizadas as considerações da organização metodológica deste trabalho, aproveito para adiantar alguns pontos que se farão presentes ao longo do texto. A começar pelo relato da estudante Aurora, em um tom de quase desabafo, através da entrevista, de poder falar e ser ouvida: *"acho que estou me extrapolando, porque nunca perguntaram, sabe, nunca perguntaram 'como vocês se sentem em relação aos militares?'. Como é a primeira vez que tá tendo essa pergunta, aí a gente fica entusiasmado pra falar, que a gente vai poder falar livremente"*.

A construção coletiva de uma escola, nas esferas de participação pedagógica, comunitária, e, até mesmo, na possibilidade de discordância, é cara à manutenção da ordem visada em um contexto militarizado. Coisas que podem parecer simples, como sentar no chão, são ações dignas de punição, isso não quer dizer, entretanto, que não haja brechas. O que foi algo que pude experimentar na entrevista com o estudante Levi, que estávamos sentados no chão, o que antes era proibido. A Supervisora passou duas vezes sobre a calçada que estávamos, assim como uma outra Professora, que pareciam tentar prestar atenção no que

era dito enquanto conversávamos. Com isso, indaguei-me se o que incomodava era mais o que foi conversado em entrevista ou a ação de sentar-se ao chão.

Existe um ar de reprimenda de ser e estar na escola, que imaginava ser seguido estritamente, mas, que sempre há um contorno, pela resistência ou pelo cansaço (de quem coíbe). Como foi na vez que conheci o estudante Nicolas, após ter terminado a entrevista com Aurora, indo nos encontrar com Levi, para que me apresentassem ao Nicolas, que estava na cantina ensaiando para uma apresentação da escola. Não estava conseguindo localizá-lo, então, Levi apontou-o a mim, “o de cabelo rosa com vestido”. Uma frase que não esperaria escutar em uma escola de Gestão Compartilhada.

O fazer da atividade científica também trouxe seus contrassensos, de, por exemplo, poder escutar a Polícia Militar, acostumada a receber carta branca em seu desempenho profissional, inserindo-se em um ambiente que não é seu e nem foi cedido majoritariamente a eles, pelo menos, o que consta é que está “compartilhado”, em paridade hierárquica. Foi o que, a Diretora Pedagógica, ao fim de sua entrevista, abordou, ao dizer que tentava entender a perspectiva dos Policiais, pois estavam em um local diferente, que parte das pessoas não os queriam lá. Decerto, lugar, nem função, de PM não é na escola como “monitor da disciplina”.

Concluo este capítulo com uma breve colocação da minha última ida à campo, que era dia do 1º jogo da Seleção na Copa do Mundo e, ao chegar, vi muitos(as) estudantes andando pelos corredores, ainda não era horário do intervalo, mas, já haviam sido liberados por estar ocorrendo a semana de atividades da Consciência Negra. Os(as) estudantes estavam com camiseta da seleção, com brincos e cabelos soltos. À minha esquerda, vi um PM conversando com duas estudantes que lhe deram uma camiseta para assinar. Dei uma volta pela escola e vi que um grupo de capoeira se apresentava na Praça de Hasteamento da escola. A escola estava decorada com banners e cartazes de personalidades negras como Sueli Carneiro, Luedji Luna, Silvio Almeida, Paulo Vieira e outras mais.

Essa passagem, para mim, reflete a importância da experimentação etnográfica, incorporando o fazer científico *per se*, posto que, sem essas ferramentas, dificilmente conseguiria captar as nuances do que é a militarização e suas aplicações e consequências.

ENTRADA EM CAMPO

1. Impasses e Desafios da Construção de Campo em uma Escola Militarizada

O primeiro contato que consegui criar com a escola foi através de um antigo Professor Substituto de lá, em junho de 2022. Antes disso, havia tentado contato com a escola pelo número de telefone disponível no site da Secretaria de Educação, mas, não atendiam. Tentei outro número de telefone que estava no Google e nada, também. Então, entrei em contato, via telefone, com a Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, em que me foi passado um outro número que, surpreendentemente, não atendia. Foi assim que minha Orientadora me passou o contato do Professor Substituto, e, com isso, ele me recomendou entrar em contato com um Professor Efetivo de lá, mas, esse Professor não estava mais na escola. Ele, por sua vez, me passou o contato de uma Professora que deveria estar ainda na escola.

Enviei mensagem à Professora e ela prontamente me ligou. Apresentei-me e falei brevemente do objetivo de pesquisa, por seu turno, a Professora informou que é contra a militarização e que estava na escola por “dever”. Informei que meu contato era com o objetivo de conseguir contatar alguém da Direção, ou uma indicação, para viabilizar minha entrada em campo já que os números de telefone não atendiam - descobri depois, que estavam sem telefone na escola. Ela relatou que outras pessoas haviam tentado fazer pesquisa na escola, porém, os(as) Professores não colaboraram. Contei-lhe que tinha uma Carta de Apresentação da Pesquisa (vide anexo) que poderia ser enviada à Direção como um facilitador, com isso, ela me pediu que a enviasse para que repassasse à Diretora ao final do dia, ou no dia seguinte. Como era uma sexta-feira, aguardei a segunda-feira para perguntar se a Professora conseguiu retorno da Diretora. Ela me respondeu que a escola já estava vazia, por estar em um período próximo ao recesso escolar de junho/julho, perguntando-me se precisaria do retorno naquele semestre ou no próximo. Insisti um pouco mais, preocupada em ter que iniciar um novo ciclo de contato, atrasando o início do campo. Logo, a Professora respondeu-me que, na realidade, não levaria a Carta à Diretora para não parecer que estava levando alguém para visitar a escola por ser contra, sendo assim, recomendando-me que eu fosse na escola na quarta-feira pela manhã, pois, provavelmente, a Diretora estaria lá.

O contato direto não foi estabelecido, mas, pelo menos, tinha uma confirmação de que poderia ir à escola com a possibilidade de ser recebida. Visto que não sou do Distrito Federal,

e, até então, estive na Ceilândia apenas duas vezes, recorri à minha Orientadora, informando-a que iria à escola para apresentar-me e à pesquisa. Uma de suas orientandas do Mestrado deu aulas no CED 07, enquanto Professora Temporária, pedindo-a, dessa forma, que me acompanhasse e fizesse uma intermediação, por conhecer a Diretora. A concretização do contato com a escola só foi possível em julho. Ao chegar na escola, não localizei nenhum símbolo, nos muros ou na entrada, indicando a presença da PM ou mesmo que era uma escola militarizada.

Adentrando-a, não tinha movimento ou presença de estudantes por estarem nos Jogos Escolares. Perguntamos pela Diretora e fomos direcionadas à sua sala. Apresentei brevemente meus objetivos de pesquisa e perguntei-lhe se gostaria de ler a Carta de Apresentação da Pesquisa, com assinatura da minha Orientadora, com ela prontamente respondendo que não e engatando no tema do processo de escolha pela militarização - que não estava em pauta -, contando como fizeram questão de chamar todas as partes da comunidade escolar para participar da assembleia de deliberação e que, durante a assembleia, não foi possível contabilizar os votos, levando a Direção a optar pela votação em cédula para garantir a transparência do processo e o cumprimento da Lei de Gestão Democrática (Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal). Detalhou, inclusive, as distribuições de voto para as partes que compõem a comunidade escolar, ao dizer que os votos tiveram peso igualitário. A todo momento, era enfatizado que as normas foram cumpridas.

Isso posto, tiro um momento para mencionar que, em maio, a Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (PROEDUC)⁷, revogou a Nota Técnica nº 1/2019 – PROEDUC/MPDFT⁸, através de Despacho, que deferiu a legalidade do Projeto Escola de Gestão Compartilhada. No Despacho⁹, é requisitada a relação atualizada das escolas que aderiram ao projeto e critérios de escolha. Além da revogação da Nota Técnica, a PROEDUC emite a Recomendação nº 003/2022¹⁰, considerando, no documento, as violações ocorridas no

⁷ MINISTÉRIO PÚBLICO, MPDFT. Proeduc revoga nota técnica sobre o projeto Escola de Gestão Compartilhada. Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2022/13869-proeduc-revoga-nota-tecnica-sobre-o-projeto-escola-de-gestao-compartilhada>.

⁸Nota Técnica nº 1/2019 – PROEDUC/MPDFT. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/blogs/blog/wp-content/uploads/sites/41/2019/02/Proeduc.pdf>.

⁹Despacho PA nº 08190.013036/19-40. Disponível em: https://cdn.sinprodf.org.br/portal/uploads/2022/05/16185552/Despacho_Revoga_NotaTe%CC%81cnica-1.pdf.

¹⁰ Recomendação nº 003/2022-PROEDUC, 10 de maio de 2022. Ref. Procedimento Administrativo nº 08190.013036/19-40. Disponível em: https://www.mpdft.mp.br/portal/images/noticias/maio_2022/Recomenda%C3%A7%C3%A3o_Escolas_%C3%ADvico-Militares.pdf.

CED 01 da Estrutural, perante estudantes e a Vice-Diretora; a adoção de uma política autoritária e repressão ao dissenso em escolas públicas; o desvio de gerenciamento da disciplina escolar para o registro de flagrantes infracionais por suposto desacato junto às Delegacias da Criança e do Adolescente (DCA) viola os direitos de crianças e adolescentes, além de demonstrar falta de habilidade para solução de diversas situações cotidianas no contexto escolar; e, considerando o desvio de função da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militares, baseado no art. 144 da Constituição Federal, recomendou às Direções Disciplinares das Escolas Cívico-Militares do Distrito Federal e sua equipe que se abstenham de conduzir estudantes às DCAs, estabelecendo um prazo de 10 dias úteis para encaminhamento ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, pela SEEDF e SSPDF, Relatório Circunstanciado das medidas adotadas para o cumprimento da Recomendação.

O cenário, dessa forma, para as Escolas de Gestão Compartilhada era de mudança de perspectiva sobre sua viabilidade legal, com pareceres do Ministério Público contrários ao Projeto, demonstrando que há sim diversas ilegalidades envolvendo a Gestão Compartilhada. Com a minha visita à escola, a preocupação da Diretora me pareceu justamente essa, de reafirmar que a escola teria cumprido os devidos ritos legais. Ao apontar que, a consulta à comunidade escolar realizou-se de acordo com a Lei de Gestão Democrática, defrontei-me com a provocação de: aderindo à Gestão Compartilhada, permanecem as normas da Gestão Democrática e elas são conciliáveis uma a outra, e, se sim, como coexistem no cotidiano escolar.

Prosseguindo com a primeira visita à escola, em certa altura da conversa, um Capitão da PM, que depois descobri ser o Comandante Disciplinar, entrou na sala. A Diretora apresentou-nos e ele comentou que incentivava as pesquisas sobre a escola, por poderem mostrar como eles podem melhorar, e como recebem a todos(as) que a procuram, já havendo recebido outras pesquisas da Universidade de Brasília. Nesse assunto, ele continuou e disse que, ao entrarem na escola, eles seguiram o Regimento Escolar¹¹, para a realização de suas atividades, uma vez que no Regimento da Polícia Militar não abarca a atuação em escola, por não ser da alçada da corporação. Entendendo que havia uma intenção explícita naquela conversa de demonstrar que “está tudo nos conformes”, chegou a criticar uma pesquisa de Pós-Doutorado que “falou coisa errada da escola, de que não estávamos seguindo os preceitos

¹¹ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, SEEDF, SSPDF. Regimento Escolar dos Colégios Cívico-Militares do Distrito Federal da Rede Pública de Ensino. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Regimento_Escolar_dos_CCMDF.pdf.

legais e nem pisou aqui para saber como é”, complementando, que a pessoa responsável pela pesquisa não tinha formação legal, diferentemente dele que “tem uma base legal”.

Ademais, o Capitão expressou que, para ele, a Gestão Compartilhada é algo completamente diferente, não sendo um Colégio Militar nem uma Escola Militarizada, entre duas Secretarias de Estado, coexistindo o Pedagógico e o Disciplinar, trabalhando em sincronia. Em que a Diretora acrescentou que, mesmo tendo suas críticas ao modelo, “a gente tem que atender o que a comunidade quer”, contando que, por ser de Ceilândia, ela sabe a vontade da comunidade por saber sua realidade, que foi a realidade dela. Um dos argumentos mais fortes, que consta como objetivo do Projeto, de combate à violência e promoção de segurança, não foi mencionado pela Diretora ou pelo Comandante Disciplinar.

Ao final, a Diretora informou que, para que eu pudesse entrar na escola, era necessário que a Coordenação Regional de Ensino (CRE) da Ceilândia, criasse um Processo via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), autorizando a realização da pesquisa. Honestamente, fiquei com a impressão de que minha presença não seria bem-vista na escola, caso realizasse a pesquisa, por enfatizarem veementemente que estão abertos a receberem pesquisas, porém, não se interessando pelo que realizaria, combinado à recusa da leitura da Carta de Apresentação. De qualquer maneira, dirigi-me à CRE em busca do procedimento necessário e, eventualmente, houve a liberação para entrada na escola e início do campo em agosto de 2022.

2. O Campo

No primeiro dia em campo acompanhei uma reunião de Coordenação, na parte da tarde. As reuniões ocorrem no contraturno da etapa respectiva, como o Ensino Médio era do turno matutino, as reuniões de Coordenação ocorrem no vespertino. Ao chegar na escola ainda tinham alguns estudantes do turno da manhã na saída e nos arredores da escola. Indo em direção à sala da Coordenação, em que ocorreria a reunião, presenciei um estudante conversando com a Diretora sobre uma declaração que precisava para seu trabalho, para que não levasse falta. A Diretora respondeu que o prazo havia se encerrado e que seria necessário a presença de algum responsável para solicitar a declaração. O estudante disse que sua mãe não poderia vir, se não, também levaria falta no serviço.

Iniciada a reunião, após os informes introdutórios, a Diretora me apresentou e falei sobre o desenvolvimento e objetivo da pesquisa que iria realizar para fins de conclusão de curso. Muitos(as) Professores pareceram não prestar atenção, tendo apenas um comentário da Orientadora Educacional para procurar o SOE depois, porque “ninguém nunca fala com a gente”.

Agora que havia conseguido uma aproximação com o Pedagógico, restava contatar o Disciplinar. Em a 3ª ida à campo, procurei pelo Comandante Disciplinar para me apresentar e falar sobre o objetivo da pesquisa, com o intuito de conseguir entrevistar os(as) monitores. Entreguei-lhe a Carta de Apresentação da Pesquisa, repetiu seu comentário inicial, na primeira vez que estive na escola, sobre como são abertos à pesquisa e, acrescentou, a importância de se fazer pesquisa de campo, foi bem solícito ao que era necessário para a realização da pesquisa, explicando-me os caminhos possíveis para pedir a autorização para as entrevistas. Um Processo SEI foi aberto com o Roteiro de Entrevista anexado para aprovação (vide anexo III).

Na visita de campo seguinte, procurei a Coordenação para obter dados quantitativos da escola, de total estudantes e Professores do Ensino Médio, dados socioeconômicos e dados da equipe de Direção Pedagógica e Comando Disciplinar, incluído os(as) monitores(as). A Coordenadora que me atendeu mostrou-se aberta à solicitação e colaborou com a geração dos dados. Perguntei sobre informações de advertências e expulsões, em que ela me informou que seria diretamente com o Capitão - solicitei-o em outra ocasião, porém, não foi liberado o acesso à esse quantitativo. Já em setembro, procurei pela Orientadora Educacional, visto seu pedido na reunião de Coordenação, que considerei uma oportunidade de abertura e que,

conforme ela ressaltou, e concordo, a função do SOE é diferente da Coordenação ou Supervisão Escolar.

A Orientadora Vivian perguntou se eu estava interessada em saber sobre aspectos da defasagem idade-série, respondendo-a que gostaria de saber questões do corpo estudantil como um todo, dificuldades e o cotidiano escolar. Como estava sem atendimento agendado, a Orientadora pôde realizar a entrevista naquele momento e, ao final, perguntei se ela poderia me mostrar a escola.

IMAGEM 1: “Tour” pela Escola

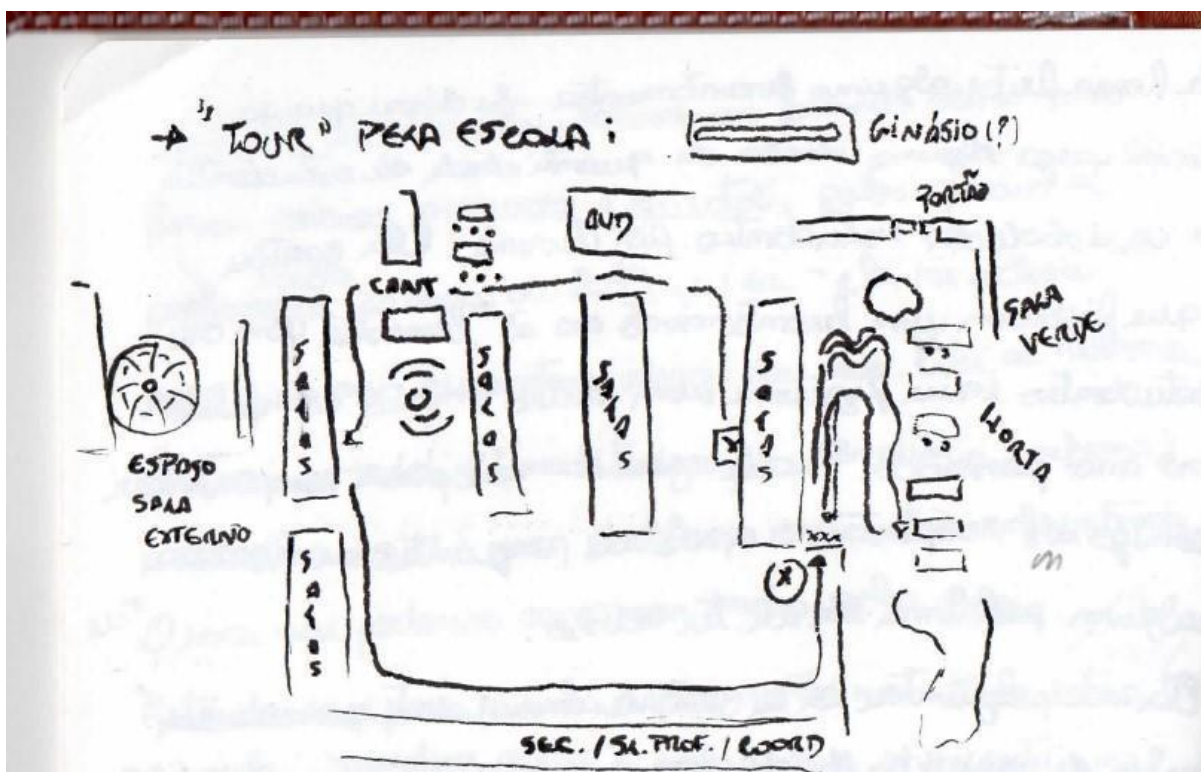


IMAGEM: “Tour pela escola”, desenho extraído do Diário de Campo. Visita realizada em 09 de setembro de 2022.

O desenho que fiz no Diário de Campo não abarca tudo o que há na escola. O objetivo foi registrar o caminho percorrido e mapeado após ser “apresentada” ao espaço escolar. Há três blocos de sala de aula, sendo o bloco mais à esquerda o que fica com as salas de laboratórios. Saindo da sala do SOE, fomos ao final do corredor, passando pelo auditório (com capacidade de cerca de 300 pessoas) e pela cantina, e retornando pelo bloco de salas mais à esquerda da imagem. À direita desse corredor ficam a biblioteca e o rádio da escola, que está desativado. O espaço de sala de aula externo, à esquerda, fica ao lado do barranco do metrô, que passa por ali a cada 15 minutos, em média, fazendo um certo barulho, mas não

estrondoso. A sala de monitores disciplinares fica à esquerda e abaixo, com entrada próxima à congruência de 90°.

Naquele dia, assim como nos outros, vi apenas um ou dois Policiais (monitores) circulando pela escola. Do que pude observar, a escola passava uma impressão de puro marasmo, sem alegria e, francamente, um pouco sem vida. Percebi que isso era notado, e sentido, pelas(os) estudantes também. O cotidiano escolar foi descrito pela estudante Aurora como “monótono, desanimado e sem graça”. Avalia que já se acostumaram com a situação e estão vivendo no automático.

Os horários de intervalo para os estudantes são os momentos de interação que, ainda pelo lastro da pandemia, permitem o encontro. Perguntei ao Professor Tomás, na entrevista realizada durante o intervalo, como se dava a movimentação de estudantes, no intuito de entender se haveria alguma restrição sobre o que seria, ou não, permitido:

"Pessoal sempre circulou livremente, eles sempre ocuparam os espaços, na verdade, é até uma coisa bacana que a Gestão faz é tipo assim, ocupem os espaços da escola, que a escola tem muito espaço, já conheceu a escola toda? Quer dizer, então, o pessoal me fala, gente tá à vontade. O pessoal fica aqui fazendo agendamento tipo, se quiser usar a sala de vídeo, jardim sensorial, então, né, eles circulam bem, exploram bem os espaços aqui da escola."
Professor Tomás (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)

Mesmo com a possibilidade de livre trânsito pela escola, não consegui notar um sentimento de pertencimento ao espaço. Na Formação, por exemplo, de presença obrigatória, Aurora conta que teve dias em que matava: "vou ficar pô, meia hora ouvindo um cara que não sou muito fã, tá ligado? Não tenho nada contra a pessoa dele, mas, tipo assim, é o cargo dele que ele exerce que eu não sou muito a favor". Nessa tentativa de “o melhor dos dois mundos”, de uma escola cívico e militar, ao mesmo, não se concretizava uma integração orgânica, em que é permitida uma participação espontânea e democrática.

Falando em não ser muito fã, na oportunidade seguinte que tive de encontro com o Comandante Disciplinar, ele me perguntou o que eu estava achando da escola. Tentei dar uma enrolada, que estava tentando entender ainda como o Projeto era executado e os impactos disso pra comunidade, já que teriam votado a favor da implementação. O que não deixa de ser verdade, ainda estava tentando entender o que acontecia na escola e encontrava certa dificuldade nisso, pelo que fui entender, depois, ser resultado da política de controle de narrativa, numa economia de produção de discursos de verdade, sob mecanismos de poder, no entendimento foucaultiano (2009), que a Gestão Escolar provocava.

"(...) ali fica tudo muito na situação, fica muito nebuloso, sabe, é difícil saber exatamente o que acontece porque o jogo não é limpo. Tem muitas informações de coisas que acontecem e as pessoas não ficam sabendo. Acontece, depois diz que não aconteceu, é esse o clima"

Professora Clara (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)

Uma boa exemplificação do que, ao longo do texto, adentro um pouco mais, trazendo outros aspectos, tornou-se uma questão de distinguir o que a aparência engana: ao terminar de falar sobre minhas impressões sobre a escola ao Capitão, ele disse que não entende porquê se fala tanto do processo democrático, que foi realizado na escola para consulta à militarização, com cerca de 70% de votos favoráveis, em suas palavras, e há ainda resistência ao Projeto. Relatou, a partir disso, uma reunião de pais e responsáveis que ocorreu nos dias anteriores (esse episódio é mencionado mais à frente, também) no auditório, com presença expressiva de pais e responsáveis, “encheu até os corredores” e que fez um apelo à comunidade, que se caso não se movimentassem a favor da escola, os “30%” que são contra fariam mais barulho e prevaleceriam. Caso queiram que o Projeto continue, precisariam demonstrar isso. Finaliza dizendo que cada escola tem sua especificidade e o Projeto será implementado de formas diferentes, como foi o caso da Estrutural, e que “o que aconteceu na Estrutural acontece aqui também, só que na Estrutural não tiveram tato para manejar a situação”.

Tendo isso em mente, é preciso lembrar como foi o retorno às aulas em 2022. O início do ano de 2022 foi marcado por diversos episódios de violência na escola na rede pública do Distrito Federal¹². De acordo com o levantamento feito pelo G1¹³, houveram ocorrências nas escolas: CED São Francisco (localizado em São Sebastião) - uma estudante aponta uma arma para a cabeça da outra; CED 01 do Paranoá - um grupo de estudantes briga na porta da escola; CEF do Bosque (localizado em São Sebastião) - estudante é esfaqueada na

¹² FATO, Brasil de. Após onda de violência, Distrito Federal apresenta plano pela paz nas escolas. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/29/apos-onda-de-violencia-distrito-federal-apresenta-plano-pela-paz-nas-escolas#:~:text=O%20pacote%20de%20iniciativas%20ser%C3%A1,j%C3%A1%20tenham%20o%20plano%20implementado.&text=A%20onda%20de%20viol%C3%Aancia%20nas%20escolas%20p%C3%BAblicas,ligou%20o%20alerta%20nas%20autoridades>.

BRAZILIENSE, Correio. Aumento da violência nas escolas preocupa professores da rede pública. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/03/4995556-violencia-nas-escolas-preocupa-professores-da-rede-publica.html>.

BRAZILIENSE, Correio. Vídeos mostram novas agressões entre estudantes de escolas do DF. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/03/4995560-videos-mostram-novas-agressoes-entre-estudantes-de-escolas-do-df.html>.

¹³ DISTRITO FEDERAL, G1 - Globo. Violência nas escolas: após dois estudantes serem esfaqueados no DF, Secretaria de Educação anuncia reforço no policiamento. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/03/23/violencia-nas-escolas-apos-dois-estudantes-serem-esfaqueados-no-df-secretaria-de-educacao-anuncia-reforco-no-policiamento.ghtml>.

escola, CEM 03 de Ceilândia - estudante é esfaqueado em briga; CEM 01 de Brazlândia - briga entre estudantes; dentre outros casos que não necessariamente foram reportados à mídia.

O caso do Centro Educacional 01 da Estrutural foi o mais emblemático, agravado por ser uma escola de Gestão Compartilhada. Em abril, a Vice-Diretora do CED 01 da Estrutural teve uma ocorrência registrada por difamação após ter chamado o Comandante Disciplinar da escola de "Tenente cagão"¹⁴. De acordo com a matéria do Correio Braziliense, o conflito surgiu devido ao tratamento diferenciado que os(as) estudantes recebiam pelo Disciplinar em casos de advertência. Conforme contou à reportagem, "um aluno (...) foi levado para a sala do Tenente, onde apenas chupou balinha e recebeu sessão de coaching. Enquanto isso, duas alunas (...) foram levadas à DCA por ele. (...) por que alguns alunos estão sendo tratado como criminosos na escola?". A matéria traz um caso de um estudante de 13 anos que foi levado à DCA por não estar usando a blusa do uniforme da escola. Ao ser questionado pelos policiais, o estudante deixou de responder aos questionamentos. A situação foi enquadrada como "infração de situação análoga a desacato". Em maio, a Vice-Diretora foi exonerada do cargo, o que gerou uma manifestação dos(as) estudantes da escola a seu favor. Na ocasião, um Policial ameaçou um estudante de 14 anos dizendo "eu vou te arrebentar". O estudante que gravou a violência policial foi ameaçado por outro monitor, "quer ir preso?"¹⁵.

O CED 01 da Estrutural já tinha passado por outra situação de censura por parte da Gestão Disciplinar da escola, ao solicitar a retirada de uma charge com um PM que estaria trajado de uma suástica, em um mural em comemoração ao Dia da Consciência Negra¹⁶.

¹⁴ BRAZILIENSE, Correio. Vice-diretora critica gestão militar e chama tenente de "cagão". Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/04/5003469-vice-diretora-critica-gestao-militar-e-chama-tenente-de-cagao.html>

¹⁵ Sargento ameaça alunos em ato contra demissão de professora que chamou PM de cagão. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/05/5005943-sargento-ameaca-alunos-em-ato-contrademissao-de-professora-que-chamou-pm-de-cagao.html>

¹⁶ BRAZILIENSE, Correio. Polêmica em mural de escola. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/11/4966333-polemica-em-mural-de-escola.html>. DISTRITO FEDERAL, G1 - Globo. Pais pedem liberdade de expressão para alunos e professores de escola com gestão militar no DF. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/12/02/pais-pedem-liberdade-de-expressao-para-alunos-e-professores-de-escola-com-gestao-militar-no-df.ghtml>.

IMAGEM 2: Charge censurada no CED 01 da Estrutural.

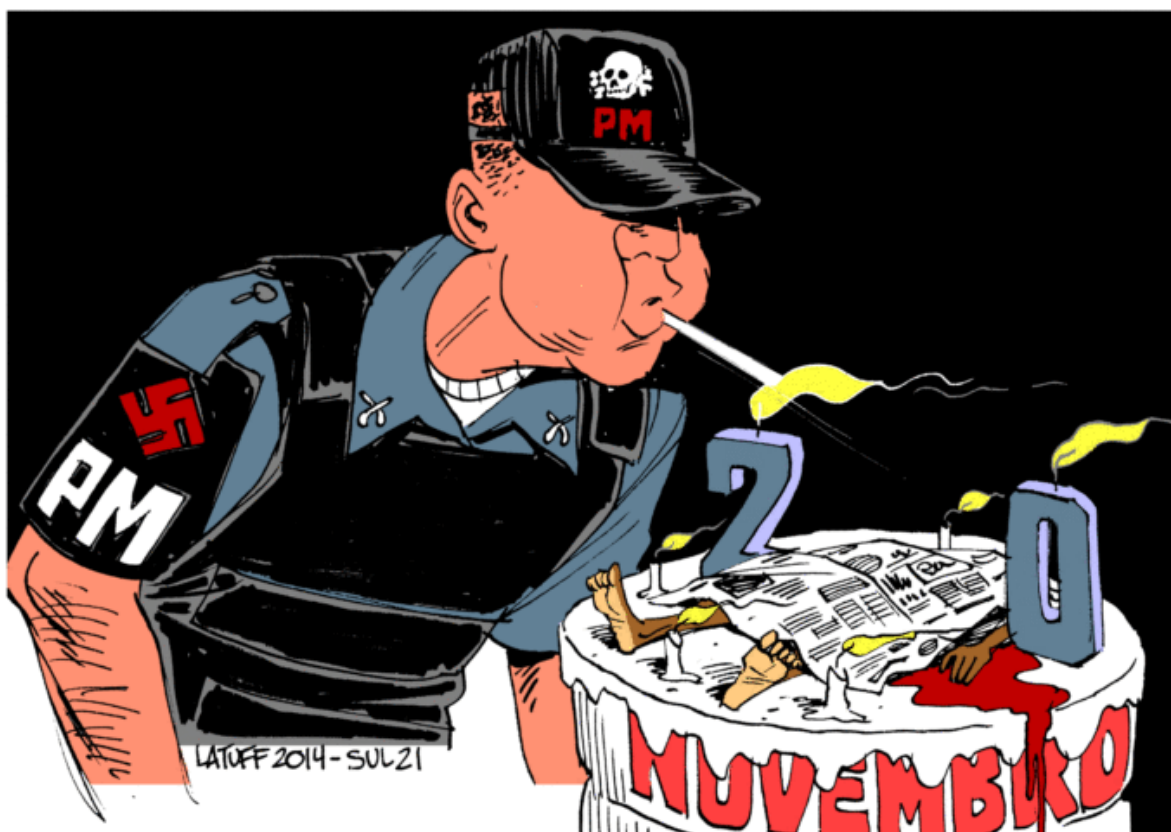


IMAGEM: Charge de Carlos LATUFF, Dia da Consciência Negra.

As ocorrências aqui mencionadas, combinadas aos pareceres da PROEDUC, deixando de reconhecer a legalidade do Projeto de Gestão Compartilhada para as escolas públicas do DF repercutiu no CED 07 de formas específicas, afetando a Gestão Disciplinar da escola de Ceilândia. O assunto surgia espontaneamente, conectando as duas escolas, como na vez que a Diretora Pedagógica compartilhou seu entendimento de que os monitores são muito queridos por estudantes, não entendendo os casos que dão problema, como o CED 01 da Estrutural. Acredita que, nos casos em que a comunidade não quer a militarização, que a escola deve ser desmilitarizada. Evitando, assim, problemas e conflitos internos na escola, como o caso do PM que foi agredido na Estrutural¹⁷, que atuava no CED 07 e era estimado por estudantes. Em conversa com o Comandante Disciplinar, esse caso foi mencionado ao falar que estava sem Vice- Comandante por ele ter sido realocado para comandar o CED 01 da Estrutural, e

¹⁷ METRÓPOLES, Aluno agride policial em escola militarizada do Distrito Federal. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/aluno-agride-policial-em-escola-militarizada-do-distrito-federal>.

que, após a agressão, foi afastado, sendo nomeado para trabalhar na Casa Militar, de acordo com o reportado pelo Jornal de Brasília¹⁸.

O CED 07 também teve uma ocorrência noticiada - e identificada - de briga entre estudantes, no mês de agosto, contudo, não se deu nas proximidades da escola¹⁹. Em setembro, já tendo entrado em campo, houve uma outra briga envolvendo estudantes da escola reportada pelo DF Alerta²⁰, mas, não há menção de que os estudantes são da escola. O foco da reportagem é por um dos estudantes ter postado um vídeo com uma arma de fogo em mãos, supostamente prometendo vingança àqueles que o agrediram. A partir disso, a PMDF teria recebido uma denúncia anônima, dirigindo-se à casa do estudante e encontrando cocaína em seu quarto. Na reportagem, é dito que o estudante já teria passagem pela Polícia por uso e porte de droga.

IMAGEM 3: Aluno posta vídeo armado.



IMAGEM: Print de vídeo de reportagem do DF Alerta.

Mesmo a briga ter sido de conhecimento de estudantes, Professores e comunidade, não é possível encontrar referências à ela, com menção ao CED 07. Sendo esse o motivo pelo

¹⁸ BRASÍLIA, Jornal de. Alunos do CED 07 da Ceilândia fazem homenagem a policial militar que foi agredido em escola na Estrutural. Disponível em: <https://jornaldebrasilia.com.br/brasilialunos-do-ced-7-da-ceilandia-fazem-homenagem-a-policial-militar-que-foi-agredido-em-escola-na-estrutural/>.

¹⁹ METRÓPOLES. Vídeo: estudantes do CED 07 trocam tapas, socos e chutes em Ceilândia. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/video-estudantes-do-ced-7-trocam-tapas-socos-e-chutes-em-ceilandia>.

²⁰ DF ALERTA - Exclusivo: aluno posta vídeo armado e promete vingança. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H9hAmhN119M>.

qual optei por mencioná-la, dado que é um bom exemplo da fala do Comandante Disciplinar, sobre a necessidade de se ter tato para manejar certas situações. No dia posterior à briga, estive na escola e não me deparei com qualquer movimentação anormal. O que havia de diferente, que não tinha observado nas idas anteriores a campo, foi um monitor sentado ao final do corredor de salas do 3º ano. Em um certo momento, sentei-me num banco posicionado em frente à sala do Comandante Disciplinar porque aguardava a confirmação da SSPDF de liberação para as entrevistas com os Policiais. A porta estava fechada e havia pessoas conversando na sala, próxima à mim, uma mulher parecia aguardar para falar com o Capitão.

Em um dado momento, a mulher puxou assunto comigo, no intuito de saber se eu aguardava para conversar com o Comandante. Disse que sim e me apresentei. A mulher era mãe de um dos estudantes envolvidos na briga e esperava ser atendida para saber se seu filho seria transferido de escola e tinha medo do que poderia acontecer com ela no horário de saída. Apesar da possibilidade de transferência, visto o acontecido, ela gostaria que ele ficasse para terminar o ano letivo. Contou que ele está no 1º ano do Ensino Médio e estuda no CED 07 desde o 6º ano do Ensino Fundamental, e que moram na Ceilândia, próximo à escola. Para ela, seria bom que ele mudasse as amizades já que não sabe com quem ele anda na escola e com o que estão envolvidos, e que estava preocupada por seu filho “nunca ter dado problema antes”. Ao conversar com um dos amigos de seu filho, ele acalmou-a que não tinha com o que se preocupar sobre possíveis perseguições. Tive a curiosidade de saber se a orientaram a falar com a Diretora ou com a Orientadora Educacional, e ela me disse que não, só com o Capitão.

Com o início do intervalo, fui à Sala dos Professores e procurei conversar sobre a situação. Uma das Professoras presentes contou que o estudante - que teria postado o vídeo com uma arma de fogo - era seu aluno e que já a havia dito que era traficante. Outra Professora complementou que a situação toda da briga ocorreu porque não havia PMs no horário da saída, reclamando, também, que os monitores não estão mais nos corredores como deveriam. De fato, quem separou a briga foi um dos Professores da escola, que estava presente no momento da, e também da conversa durante o intervalo. A fofoca que rodava a escola, era que a briga foi devido a uma disputa territorial. Ao fim do intervalo, a quantidade de pessoas esperando para falar com o Comandante dobrou. Vendo isso, percebi que dificilmente conseguiria ter retorno sobre a liberação das entrevistas, então, fui tentar falar com um funcionário da Secretaria Escolar, parando próxima à Sala do Disciplinar. Observei que alguns estudantes estavam sentados aguardando serem chamados por algum monitor,

enquanto isso, o Comandante passa pelo local. Cumprimentou-me e comentou que “só agora parei pra beber água e ir ao banheiro”, respondi-lhe que procurei-o mais cedo, mas já estava em reunião.

Tendo em vista essa onda de conflitos escolares, a Secretaria de Educação elaborou o "Movimento Cultura de Paz", com o envio da Cartilha para formação da equipe escolar. A Orientação Educacional ficou encarregada de fazer a formação com Professores e Gestão. A formação foi realizada em quatro encontros, que deram sequência a ações de sala de aula por alguns(mas) Professores(ras), estando a temática de Cultura de Paz presente, também, na primeira Prova Multidisciplinar do ano.

Para a Orientadora Vivian, a escola não está isenta de ter conflitos só pela presença da PM, o que é possível, no ambiente escolar, é de ter a oportunidade de conscientizar estudantes sobre, "quando eles saírem daqui que eles forem para o mercado de trabalho, eles já não têm mais esse movimento educativo, eles vão ser demitidos e ponto final." Dentre as ações realizadas, promoveram:

- a Quadrilha Junina para estudantes do 3º ano do Ensino Médio, tendo como resultado a promoção do senso de coletividade;
- o Projeto de Ressignificação da Morte e Imortalização das Memórias, baseado no filme "Viva - A Vida é uma Festa": com o desenvolvimento de estudantes que pretendem plantar Ipês em uma das áreas da escola, estudantes que plantaram melancias (inspirados(as) na obra de Frida Kahlo, Viva la Vida, 1954), estudantes que fizeram um levantamento dos conteúdos trabalhados no 2º ano do Ensino Médio que se relacionam com a temática do projeto, uma peça de teatro com a temática das fases do luto; e,
- o plantio na horta da escola de hortaliças que são benéficas à saúde mental e, posteriormente, serão colhidas e, com a orientação da Técnica em Nutrição da Cantina Escolar, serão ensinadas receitas que possam ser inseridas no cotidiano dos(as) estudantes.

Nessa oportunidade de “conscientização educativa” realizada pela PM, como posto pela Orientadora, enquanto Gestão Disciplinar, será possível compreender um pouco melhor (se há) a divisão entre o que é pedagógico e o que é disciplinar; e que, os conflitos, que são uma forma de sociação, têm sua relevância sociológica no entendimento de que a harmonia pura não mostra um processo de vida real (SIMMEL, 1983). O que não significa que o conflito tratado, que tenha por objetivo o anulamento do outro, é parte constitutiva da formação humana, na função social da educação sendo cumprida através da Cultura da Paz forjada sob o "eu mando, você obedece".

PARTE 1

3. A educação militarizada

A implementação da política no Distrito Federal ocorreu pela adesão ao PECIM, pelo governador Ibaneis Rocha, juntamente à Secretaria de Educação, por meio da Portaria Conjunta nº 01/2019, que rogou a militarização como desejada pelas comunidades. A implementação dessa política no DF se manifesta com o Projeto Escola Gestão Compartilhada, onde foram inicialmente escolhidas 4 escolas²¹ piloto de diferentes regiões administrativas por apresentarem "alto índice de criminalidade" e "baixo desempenho escolar", e, atualmente, já se contabilizam 13 escolas militarizadas²², sendo que 4 escolas²³ estão em processo de implementação com o MEC²⁴, que são as escolas que aderiram ao PECIM, diferenciando-se das demais, que aderiram ao Projeto Distrital de Gestão Compartilhada. A partir da justificativa que estas apresentavam "alto índice de criminalidade" e "baixo desempenho escolar", o método de escolha apresentado pela SEEDF se baseou no Índice de Vulnerabilidade Escolar (IVE)²⁵, calculado a partir da combinação do Ideb, IDH da região administrativa, Mapa da Violência (com índices de violência ao redor das escolas, formulado pela PM) e estrutura escolar.

Conforme previsto na Portaria Conjunta nº 1/2019, os objetivos do projeto piloto são facilitar a construção de valores cívicos e patrióticos de estudantes; formar os estudantes para o exercício da plena cidadania, de acordo com o art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os arts. 32 e 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação; melhorar os índices do Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); buscar maiores índices

²¹ CED 03 de Sobradinho, CED 07 de Ceilândia, CED 01 da Estrutural e CED 308 do Recanto das Emas.

²² CED 03 de Sobradinho, CED 01 da Estrutural, CED 07 de Ceilândia, CED 308 do Recanto das Emas, CED Condomínio Estância III de Planaltina, CEF 407 de Samambaia, CED 01 do Itapoã, CEF 19 de Taguatinga, CEF 01 do Núcleo Bandeirante, CEF 01 do Riacho Fundo II, CEF 1 do Paranoá, CED 2 de Brazlândia, CEF 01 do Lago Norte - CELAN.

²³ CED 416 de Santa Maria, CEF 05 do Gama, CEF 507 de Samambaia, CEF 4 de Planaltina.

²⁴ Informações disponibilizadas no site da SEEDF, em Gestão Compartilhada:

<https://www.educacao.df.gov.br/gestao-compartilhada-2/>.

²⁵ O site da Secretaria de Educação do DF <<http://www.educacao.df.gov.br/gestao-compartilhada-2/>> não publiciza o documento que consta a metodologia de cálculo do IVE, nem os resultados encontrados a partir dos estudos e levantamentos realizados pelo órgão. Vale notar que, o site da Secretaria de Segurança Pública do DF <<http://www.ssp.df.gov.br/%F0%9F%91%A8%E2%80%8D%F0%9F%8F%AB%F0%9F%91%AE%E2%80%8D%E2%99%82%EF%B8%8Fgestao-compartilhada-ssp-recebe-educadores-do-para-e-do-rio-grande-do-norte/>>, menciona outros indicadores de cálculo e composição do IVE: taxa média de reprovação, índice de abandono escolar e taxas de violência na região.

de aprovação dos estudos no ensino superior e inserção no mundo do trabalho; obter avanços nos parâmetros de segurança pública cidadã na comunidade escolar (...) como ferramenta transformadora da gestão do ensino; e, diminuir a evasão escolar. Com a Portaria Conjunta nº 22/2020, os objetivos das Escolas de Gestão Compartilhada passam de seis para oito, destaque, com o acréscimo de reduzir o índice de criminalidade no âmbito escolar, bem como na região onde a escola esteja situada.

De forma a localizar melhor a pessoa leitora de como o trabalho foi construído para abranger o objetivo da pesquisa, de se os objetivos previstos para o Projeto Escola Gestão Compartilhada foram alcançados no CED 07 de Ceilândia, apresento aqui, pontuando os objetivos do Projeto em relação aos resultados de pesquisa:

1. Formar os estudantes para o exercício pleno da cidadania, de acordo com o art. 53 do ECA e os arts. 32 e 35 da LDB:

O artigo 53 do ECA trata do direito à educação da criança e do adolescente, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes, dentre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, direito de ser respeitado por seus educadores, direito de organização e participação em entidades estudantis. Por sua vez, o art. 32 da LDB fala dos objetivos do Ensino Fundamental obrigatório, e o art. 35 fala das finalidades do Ensino Médio. Uma vez que voltei a análise de pesquisa focada para a etapa do Ensino Médio, a formação da pessoa humana abrange todos os aspectos da atividade escolar cotidiana, sendo assim, esse objetivo estará presente em como se dá a separação entre o Disciplinar e o Pedagógico, nos impactos da Pandemia e o retorno ao presencial, na aplicação do Novo Ensino Médio (em seu primeiro ano de execução, em 2022, no CED 07) assim como, sobre como o corpo estudantil é percebido e como se percebem, e na (não) participação no Grêmio Estudantil.

2. Melhorar os índices do Ideb, buscar maiores índices de aprovação dos estudos no Ensino Superior e inserção no mundo do trabalho, junto à diminuição da evasão escolar:

Esses objetivos estarão em abordagem desde como era a escola antes, com o processo de implementação, até as impressões sobre a Gestão Compartilhada, por abrangerem, e estarem relacionados, (a)os depoimentos relacionados à gama de fatores que envolvem a aceitação e adesão pelo Projeto.

3. Obter avanços nos parâmetros de segurança pública cidadã na comunidade escolar como ferramenta transformadora da gestão do ensino e reduzir o índice de criminalidade no âmbito escolar, bem como na região onde a escola esteja situada:

Nessa terceira leva de objetivos agregados, pude abordá-los nas percepções das pessoas entrevistadas sobre a violência escolar e segurança, na atuação da Polícia Militar na figura da Gestão Disciplinar, nas denúncias (publicizadas ou não), e, até mesmo, transversalmente às demais seções.

Atentamente ao exposto, a solução remetida para um problema estrutural da educação brasileira é colocada como a transferência da gestão escolar para a Polícia Militar, de forma que, ao instaurar o controle disciplinar, a hierarquia e o combate à violência promovido pela corporação, questões como a evasão escolar, defasagem idade-série, baixo rendimento entre outros, seriam solucionados. Fortemente pautada pelo combate à violência nas escolas e pacificação do ambiente e comunidade escolar, a militarização contrapõe-se à uma gestão democrática de horizontalização das relações e descentralização de poder.

De prontidão, cabe definir o que é a militarização, de escolas públicas, sendo o processo de repasse da gestão administrativa-disciplinar (em alguns casos, pedagógica) das escolas civis públicas, das redes estaduais, municipais e distrital de educação de suas secretarias de educação, para o comando das polícias militares, corpos de bombeiros e, mais recentemente, de militares das Forças Armadas, Marinha e Aeronáutica, devido à implementação do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM). O fenômeno da militarização de escolas da rede pública de ensino data do final da década de 1990. Deu-se com experiências isoladas a partir de decisões de gestão das unidades da federação, mas, a partir do decorrer dos anos 2000 o processo cresce exponencialmente. Podendo receber diferentes nomenclaturas, como apontado por Santos (2021b, p. 7), de militarização; gestão compartilhada; gestão compartilhada com a PM (na qual são realizados convênios, acordos ou parcerias, por meio de cooperação com a PM, para a implementação da chamada metodologia dos sistemas de ensino dessa Polícia nas escolas); e Escola Cívico-Militar, com o PECIM, trata-se de um fenômeno de mesma natureza.

A militarização das escolas, no entanto, toma outra proporção com a criação do PECIM, política do governo federal, que prevê a militarização de 216 escolas públicas de educação básica, até 2023. O Programa do Ministério da Educação (MEC) encaixa-se no contexto macro, ao qual a educação faz parte de experimentos das políticas neoliberais de uma conexão direta entre gerenciamento e financiamento da educação (ROBERTSON, 2012).

Essa conexão de mudança de gerenciamento e financiamento da educação se faz tangível nas justificativas utilizadas como questões-problema da educação brasileira, que são questões estruturais, contudo, não estruturantes, que seriam a razão da implementação de políticas como o PECIM de transferência de gestão. A oferta da educação pública nas escolas passa a ser questionada quanto à credibilidade e eficácia já que não estariam alcançando os padrões de qualidade propostos nas avaliações do Ideb, ENEM e Pisa, sendo o Ideb, inclusive, citado como um dos objetivos de melhora no Projeto do DF. A parceria "público-militar" está no espectro de melhores caminhos a serem seguidos no gerenciamento do público, por espaços educacionais da rede de educação básica pública serem entendidos como conflituosos com carência de profissionais que "cuidem, organizem e protejam os alunos" (JÚNIOR, 202-, p. 10).

Ainda que a presença de corporações militares na educação básica seja já experimentada, para além das instituições escolares que são próprias do Exército, Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros, como a própria existência do Batalhão Escolar da Polícia Militar ou no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), com Projetos como o da Gestão Compartilhada pressupõem que problemas escolares tornem-se "problema de polícia" (CARUSO, 2022), ao utilizarem do aparato de segurança do Estado, em sua função original, para guiar políticas públicas educacionais que têm como objetivo instaurar a ordem e a disciplina. Isso implica que o trabalho desenvolvido é um trabalho de formação para com jovens estudantes, que, necessariamente, implica uma atuação pedagógica. É o que Júnior (202/??-), ao abordar o monitor disciplinar como aliado na construção do processo ensino aprendizagem, demonstra ao trazê-lo na construção de civismo e resgate de valores a estudantes. Na figura do militarismo, o princípio da obediência e hierarquia guia o exercer do policiamento, transposto à escola, esses princípios compõem uma espécie de "pedagogia do medo" experimentado numa escola militarizada.

É preciso dizer, também, que a inserção de militares na escola pública carrega a ideia de uma ineficiência docente no exercício de sua profissão, cabendo à Força Militar restaurar a boa educação (e os bons costumes) para um perfil específico de estudante. Na promoção de uma "gestão modelo" às demais escolas públicas, implicitamente se coloca a atuação militar como superior em termos administrativos, "porque, na perspectiva militarista, o sujeito militar e a organização militar são qualificados em si e por si próprios" (GOMES, 2022, p. 123). O raciocínio é bem simples, militarizando as escolas, melhoramos a educação. A construção da "militarização da vida", exponencialmente praticada durante o governo Bolsonaro (2018-2022), a militarização representa não só a presença de militares em cargo

civis, no caso de estudo, como uma espécie de "educadores da ordem", legitima um conjunto de práticas sociais de construções ideológicas do que deve ser defendido (GOMES, 2022). Isso mostra-se arraigado na implementação da Gestão Compartilhada no CED 07 ao colocar a militarização proclamada pela comunidade, intra e extra, escolar, com a intenção constante de legitimação do Projeto.

4. A violência em pauta

Para que a compreensão dos fatores que permeiam a militarização, a violência no ambiente escolar será um dos pontos chave de análise da construção da pesquisa. A violência, uma ação social de múltiplos significados e expressões, junto à segurança, são questões onipresentes no imaginário da sociedade brasileira. O Estado, por meio das organizações policiais, em seu papel de garantia de segurança e monopólio legítimo do uso da força e violência - que pode ser entendida como o emprego da força que ultrapassa os limites da ordem vigente -, no Brasil, nunca de fato se concretizou. Essa ausência, mais para uns do que para outros, a depender de raça, gênero e classe, desde a década de 1970, vem se agravando com o aumento da criminalidade urbana e o sentimento de medo (ZALUAR, 2014). Acrescento, também, que esses e outros problemas estruturais não só oneram custos para a área da saúde e segurança, como a violência causa grande impacto no direito à cidade, à habitação, à vida, na mobilidade urbana, e, no caso, no direito à educação.

O combate à violência e à criminalidade pelo Estado no uso das forças policiais, criam o que Misse (2010) constata como a complexa trama de categorizações de práticas criminais - responsáveis pelo sentimento de insegurança na vida cotidiana das cidades - e "tipos sociais" de sujeitos marcados socialmente pela pobreza, cor (raça) e estilo de vida. Esse processo de rotulação, da sujeição criminal, segrega prioritariamente homens jovens, negros e de classes baixas (periferias, quebradas, favelas). A violência para com e da juventude ainda é um problema social vigente. Como bem pontuou Lélia Gonzalez (1979), os mecanismos mais cruéis de perseguição e segregação sobre a população negra vem, muitas vezes, do aparato policial que veem que "todo negro é um marginal até prova em contrário" (GONZALEZ, 1979, p. 46).

A operacionalização do racismo estrutural impede que jovens negras e negros tenham acesso à uma educação pública e gratuita de qualidade, assim como ao trabalho, junto às garantias básicas de direitos constitucionais que não chegam às camadas periféricas. A violência perpassa todas as esferas da vida pública e privada, integrando as questões-problema da educação brasileira no ambiente escolar. Seu combate pela corporação militar, a Polícia, em particular, dotada de instrumento de poder, para produção de obediência pelo uso da força, sempre que necessário, usa-a e é esperada a usar da força sempre que necessário (MUNIZ. PROENÇA JR, 2014), vem carregada de uma série de implicações do desvio do exercício de função original dos profissionais de segurança que não são formados para educar, são formados para a garantia da ordem social desejada pelo Estado.

Portanto, o entendimento foucaultiano de disciplina, a administração da vida e o bem-estar das populações e a biopolítica (2007) contribui na percepção dos impactos e/ou melhorias da promoção de uma política pública que pode alimentar a lógica do espaço escolar enquanto uma maquinaria biopolítica de produção de sujeitos. Em especial, o entendimento de que não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade, com acionamento do poder como uma estratégia com efeitos de dominação, a partir de táticas empregadas, que funcione dentro e a partir de uma circulação e um funcionamento do discurso que produz a verdade. Em uma escola militarizada, no caso, ao CED 07 de Ceilândia, a produção de discursos sobre os benefícios da militarização não só para a escola e a comunidade escolar, como, para a comunidade como um todo, que envolve e na qual está inserida a escola, é um fator importante na análise dos motivos pelo abandono da gestão democrática, ao preferir-se uma garantia de melhoramento de segurança pública e educação pela militarização.

Isto posto, faz-se necessário que observemos o perfil sociodemográfico dos estudantes da educação básica do Distrito Federal, a fim de um panorama sobre a composição discente. Fontes importantes de dados sobre as escolas podem ser encontradas no portal da SEEDF, na publicização do Censo Escolar, assim como, nos Projetos Político Pedagógico (PPP) construídos por cada escola. Ressalvo que, apesar do Censo Escolar não apresentar os dados segmentados para a rede pública e privada, a distribuição do perfil de alunado do DF, no geral, pode ser descrita da maneira que se segue. Os dados do Censo Escolar de 2019 (2020) da Secretaria de Educação do DF apontam que 49,03% das matrículas da rede pública são de mulheres e 50,97% de homens. No que tange ao perfil de raça/cor de matrículas (para as redes pública e privada)²⁶, em 2019, 60% eram declaradas de pessoas negras²⁷, seguidos por 39% branca e indígenas e amarelos somando 0,82%. Sobre a faixa etária das matrículas da SEEDF, rede pública e privada, 54% é de pessoas de 6 a 14 anos, 19% de 15 a 17 anos e 14% acima de 17 anos. Em linhas gerais, o perfil de estudantes do Distrito Federal é majoritariamente de crianças e adolescentes negras e negros. O que implica considerar os efeitos da atuação policial no ambiente escolar, que no DF é de predominância negra, ao reproduzir a lógica de sujeição criminal sobre quem é visto como “marginal” (GONZALEZ, 1979), graças à lógica própria de funcionamento da instituição que cumpre uma função específica, carregada de elementos de terror e violência (OLIVEIRA, 1985).

²⁶ Há um percentual considerável de 33,88% de informação de raça/cor não declarada no momento de matrícula. A informação de raça/cor é de preenchimento obrigatório no processo de matrícula, devendo ser declarada por responsável do aluno de até 16 anos incompletos ou autodeclarada por aluno a partir de 16 anos.

²⁷ Soma das categorias de raça/cor parda (55,71%) e preta (4,39%).

Vale a pena destacar os diagnósticos da realidade escolar transcritos nos Projetos Político Pedagógicos disponibilizados pela Secretaria de Educação, uma vez que este documento é a organização do trabalho pedagógico da escola, envolvendo os diversos entes que a compõem e constroem. Mais do que um agrupamento de projetos e atividades, o Projeto Político Pedagógico, também chamado de Proposta Pedagógica, deve estar em apreciação constante de uma ação intencional que assume um compromisso definido coletivamente, assim sendo, é um projeto pedagógico e político a depender dos interesses sociopolíticos da escola (VEIGA, 2007).

Em um balanço geral dos apontamentos trazidos das Propostas Pedagógicas das três escolas piloto que foram passíveis de análise²⁸, vemos que estão em regiões de vulnerabilidade social, com núcleos familiares por vezes ausentes da vida escolar (como possível reflexo da precarização de condições de vida e trabalho na qual podem estar inseridas), concomitantemente, as três escolas mencionam ter problemas com o bullying, uso de drogas ilícitas do corpo discente e indisciplina. Apenas o CED 03 de Sobradinho explicitamente pontua que a militarização da escola melhorou a sensação de segurança da comunidade escolar.

Tratando do caso de análise do CED 07 de Ceilândia, a escola apresenta seu Projeto Político Pedagógico em um planejamento participativo-estratégico para os anos de 2020 e 2021. A seção de função social da escola apresenta seus estudantes como sendo de um perfil social em constante situação de risco, em constituições familiares muitas vezes monoparentais, além de jovens envolvidos com drogas. Na seção de Perfil dos Estudantes da Comunidade Escolar, não há dados do perfil socioeconômico e demográfico de estudantes (distribuição de estudantes por gênero, raça, perfil de renda familiar). Há apenas uma informação referente a locais de moradia, sem distribuição exata, com referência a setores de regiões de vulnerabilidade social ou de área rural, como o Setor Habitacional Sol Nascente, Águas Lindas e Girassol de Goiás.

Relata-se a existência de estudantes desinteressados e apáticos, responsáveis que não estão integrados na vida escolar e não se importariam com a falta de frequência à escola. Os projetos presentes no PPP, que envolvem a questão da violência, são o de Combate e Prevenção ao Uso de Entorpecentes, para a realização de ações repressivas de combate ao uso de entorpecente nas imediações da escola, junto à comunidade, Secretaria de Ação Social e

²⁸ O site da SEEDF no "Espaço Pedagógico" indica o acesso às Propostas Pedagógicas das escolas, para os anos de 2021, 2020 e 2019. As Propostas Pedagógicas - ou Projeto Político Pedagógico - estão divididas pelas Coordenações Regionais de Ensino de cada Região Administrativa. Para os três anos que constam no site, não há menção à Estrutural.

Secretaria de Segurança Pública, dentre outros projetos. A escola menciona, também, que a comunidade escolar foi convidada a deliberar sobre a adesão ao projeto, onde 58% optaram pela implementação da Gestão Compartilhada.

Assim sendo, vejamos, nas seções seguintes como foi recebida a proposta, passando pela sua adesão, implementação e aplicação do Projeto. Mas, antes, é preciso mostrar quem são as partes que compõem a comunidade escolar.

5. Delineando - em números - quem são as pessoas que compõem a escola

Este tópico serve para trazer a composição escolar do CED 07, quantitativamente, através de dados dos sistemas da Secretaria de Educação e Secretaria de Segurança Pública, disponibilizados pela Gestão Escolar. Os dados que seguem são referentes ao perfil do corpo docente, composição da Gestão Pedagógica e Gestão Disciplinar, referentes às tabelas 2 e 3.

Tabela 2: Distribuição Corpo Docente

Corpo Docente	
Disciplina	Quantidade
Arte	3
Biologia	3
Educação Física	3
Espanhol	2
Filosofia	3
Física	3
Geografia	3
História	3
Inglês	3
Português	7
Matemática	5
Química	3
Sociologia	3
Total	44

FONTE: SEEDF, consulta realizada em 02/09/2022. Elaboração Própria.

Tabela 3: Distribuição Gestão Pedagógica

Gestão Pedagógica	
Função	Quantidade
Coordenação	6
Supervisão	2
Direção	2
Orientação Educacional	1
Sala de Recursos	2
Administrativo	2

Gestão Pedagógica	
Função	Quantidade
Biblioteca	1
Total	16

FONTE: SEEDF, consulta realizada em 02/09/2022. Elaboração Própria.

Apesar de no sistema da Secretaria de Educação constar apenas uma pessoa na Orientação Educacional, em entrevista, a Orientadora Vivian informou que há outra Orientadora Educacional, que estava de licença. Ademais, a Orientadora Vivian, em relação à quantidade de Orientadores Educacionais na escola, considera que seria necessário, ao menos, mais um(a) profissional, para dar vazão à demanda de atendimento a estudantes.

As tabelas 4, 5 e 6 tratam dos profissionais que compõem a Gestão Disciplinar. A tabela 4, é de fonte do sistema da Secretaria de Educação, enquanto as tabelas 5 e 6 são de fonte do sistema do Governo do Distrito Federal, referente à Secretaria de Segurança Pública. No momento de consulta ao sistema da Secretaria de Educação, já não constava um(a) Vice-Diretor(a) - Subcomandante Disciplinar -, que, no início do ano ficou vago, sendo assumido brevemente por alguns meses, tornando-se vacante, uma vez mais, próximo à minha entrada em campo.

Tabela 4: Distribuição Gestão Disciplinar

Gestão Disciplinar	
Função	Quantidade
Diretor	1
Vice-Diretor	-
Monitores*	11
Total	12

FONTE: SEEDF, consulta realizada em 02/09/2022. Elaboração Própria.

*No sistema da SEEDF, constavam 11 monitores, porém, em verificação junto ao Diretor Disciplinar, 6 monitores haviam sido realocados e não se encontravam mais em atuação na escola.

A tabela 4 abrange os Policiais que já haviam sido transferidos para atuação no CED 01 da Estrutural, em maio. O CED 07 ficou momentaneamente com efetivo menor de Policiais Militares para desempenhar a função de monitores, porém, receberam outros(as) Policiais. Contudo, não foi possível constatar exatamente quantos profissionais estavam na

escola, em setembro de 2022, mesmo checando com o Comandante Disciplinar. Por isso, o quantitativo aqui indicado serve mais como um parâmetro de média de profissionais que ficariam na escola na Gestão Disciplinar.

Tabela 5: Distribuição Gestão Disciplinar (Matutino)

Gestão Disciplinar (Matutino)		
Patente	Função	Quantidade
Capitão	Comandante Disciplinar	1
Capitã	Subcomandante Disciplinar	1
1º Sargento da Reserva Remunerada	Monitor	1
1º Sargento	Motorista	1
2º Sargento	Monitor	1
Cabo	Monitor(a)	3
Cabo	Escola de Campeões	1
Total		9

FONTE: SEI/GDF - Escala. Consulta em 02/09/2022. Elaboração Própria.

Com a tabela 5, é possível ter uma noção de que havia 6 monitores, em certa altura do ano, atuando na escola, no turno matutino. Quanto ao Cabo que está na função de Escola de Campeões, não foi possível confirmar se era um Policial que atuava em algum projeto desenvolvido pelo Disciplinar.

Tabela 6: Distribuição Gestão Disciplinar (Vespertino)

Gestão Disciplinar (Vespertino)		
Patente	Função	Quantidade
1º Sargento	Monitora	1
2º Sargento	Monitor	1
Cabo	Monitor e Administrativo	1
Total		3

FONTE: SEI/GDF - Escala. Consulta em 02/09/2022. Elaboração Própria.

De acordo com o sistema da Secretaria de Segurança Pública, atuavam 3 monitores exclusivamente no período vespertino, acrescento que, no período matutino, havia alguns Policiais que atuavam, também, no vespertino. Agora, passemos ao que se refere ao

quantitativo de estudantes no Ensino Médio no CED 07, conforme constam no sistema da Secretaria de Educação.

Tabela 7: Distribuição Turmas Ensino Médio

Quantidade de Turmas - Ensino Médio*		
Ano	Turmas	Estudantes
1º ano	14	535
2º ano	12	430
3º ano	8	344
Total	34	1309

FONTE: SEEDF, consulta realizada em 02/09/2022. Elaboração Própria.

*Quantitativo total referente à modalidade Ensino Médio regular, incluso estudantes não enturmados.

Embora já estivesse no segundo semestre do ano, no sistema constavam 3 estudantes não enturmados no Ensino Médio regular que foi contabilizado na construção da tabela 7. Com um total de 1.309 estudantes, o CED 07 é uma escola com expressiva quantidade de matrículas. A maior expressão de estudantes está no 1º ano do Ensino Médio, diminuindo gradativamente até o 3º ano, como reflexo dos efeitos da evasão e abandono escolar, comumente observados em escolas públicas e com foco de reversão desse cenário, incluído em políticas públicas educacionais, como a própria Gestão Compartilhada, a Reforma do Ensino Médio e uma das metas do Plano Nacional de Educação.

A despeito de não ser o foco da pesquisa, achei oportuno trazer o quantitativo de estudantes matriculados no EJA, no CED 7, por segmento, que estão na tabela 8.

Tabela 8: Distribuição Turmas EJA

Quantidade de Turmas - Educação de Jovens e Adultos (EJA)*		
Ano	Turmas	Estudantes
1º segmento	4	24
2º segmento	8	122
3º segmento	9	239
Total	21	385

FONTE: SEEDF, consulta realizada em 02/09/2022. Elaboração Própria.

*Quantitativo total referente à modalidade EJA, EJA Multiseriado (diurno e noturno) e estudantes não enturmados.

A defasagem idade-série é, do mesmo modo, um fator de relevância presente no cenário de melhorias a serem efetivadas na educação brasileira, pública, principalmente, estando, por sua vez, como outra meta de diminuição dessa defasagem, no Plano Nacional de Educação.

Tabela 9: Distribuição Ensino Médio x Faixa Etária

Faixa Etária - Ensino Médio*											
Ano	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	21 anos	22 anos	23 anos	Total
1º ano	3	110	234	115	45	23	1	-	1	-	532
2º ano	-	-	104	196	92	32	1	1	3	1	430
3º ano	-	-	-	109	179	52	3	-	-	1	344
Total	3	110	338	420	316	107	5	1	4	2	1306

FONTE: SEEDF, consulta realizada em 02/09/2022. Elaboração Própria.

*Quantitativo total referente à modalidade Ensino Médio regular, excluídos estudantes não enturmadados.

De acordo com o previsto nas legislações educacionais, a faixa ideal idade-série para o Ensino Médio, é entre 15 a 17 anos, sendo no 1º ano, a pessoa com a idade de 15 anos, para o 2º, 16 anos e, para o 3º, 17 anos. Um breve comentário quanto a isso é que, para estudantes com deficiência, por exemplo, a faixa ideal idade-série não necessariamente compreende as especificidades de cada deficiência, que podem levar à Pessoa com Deficiência a estar fora da idade-série recomendada da etapa escolar. Entretanto, essa não é uma discussão que pretendo desenvolver neste momento, trazendo-a apenas como um lembrete.

Posto isso, de acordo com os dados disponibilizados pela Coordenação Pedagógica da distribuição de estudantes por faixa etária-ano cursado, apresenta um total de 435 estudantes acima dos 17 anos cursando o Ensino Médio, o que corresponde a cerca de 33% de estudantes com defasagem idade-série. Com esse breve panorama do quantitativo de cada segmento da comunidade escolar (com exceção a pais e responsáveis), podemos seguir no tracejamento de como é o cotidiano e a realidade escolar do CED 07, que precisou e optou pela militarização. Saliento que não foi possível contabilizar o total de profissionais da limpeza, manutenção, alimentação escolar e vigilância que compõem, igualmente, a comunidade escolar.

PARTE 2

6. Como era a escola antes?

Nesse momento, dialogo com os dados colhidos, de metodologia qualitativa, baseada na estratégia de investigação de estudo de caso a partir da *experiência-etnográfica*. Em uma escola que demonstrava estar com iniciativas de melhorias internas, e que estariam dando resultado no que se propunha, por que a militarização se faria necessária? Opto por focar na discussão do ponto que perpassa o impacto da violência no cotidiano escolar, pontuado como objetivo da Gestão Compartilhada, e reiterado no PPP, em obter avanços na segurança pública cidadã e na redução do índice de criminalidade no âmbito escolar e regional local.

O CED 07 chegou a ser conhecido como o “terrorzinho do mundo”, conforme conversado entre a Professora Isabel e o Professor Marcelo, antes da reforma do metrô, por ter casos de pessoas que corriam o Morro do Pitbull e se escondiam na escola. A chegada do metrô, com a Estação Ceilândia Norte, esse tipo de situação não ocorria mais, porém, não consideravam a escola em si como um problema. Comparando-a a outras escolas públicas da Ceilândia, como o CED 16, o CEF 20, e o CED 11 de Ceilândia - que foi uma escola com um estudante morto em tentativa de assalto, ao sair da escola²⁹ -, com mais casos de violência na escola e nos arredores, o CED 07 não possuía um histórico de ocorrências expressivas de violência na escola.

O CED 07 também era conhecido pelo desenvolvimento de projetos voltados para o ingresso no Ensino Superior, com atividades preparatórias para o vestibular, e ingresso no mercado de trabalho (CARUSO & PAZ , 2022), que contribuía para a boa imagem da escola. A estudante Aurora, devido ao seu irmão mais velho ter se formado na escola, conta como tinha maiores expectativas sobre a escola, quando ingressou em 2018 e se deparou com a militarização em 2019, já que, de acordo com relatos de seu irmão, a escola era "muito massa", por ser um espaço em que você poderia fazer suas obrigações no ambiente que gosta. Agora, para ela, a escola é o local que você sente que vai ser reprimida a qualquer momento, só pela forma de se estar no espaço. Por outro lado, Nicolas, estudante do Ensino Médio, avalia que houve uma melhora sobre casos de violência na escola, como a vez em que um

²⁹ BRAZILIENSE, Correio. Morte de estudante assassinado causa comoção no CED 11 de Ceilândia. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/09/4950990-morte-de-estudante-assassinado-causa-com-ocao-no-ced-11-de-ceilandia.html>.

estudante foi esfaqueado por outro³⁰. Para ele, a melhoria é fruto de uma maior união entre os estudantes.

Complementarmente, Levi, também estudante do Ensino Médio, relata que, em 2018, nãoalaria que a escola era muito melhor sem a presença da PM, por considerar que havia muitos estudantes com problemas, por estarem em uma região de periferia, em um contexto que tinha colegas que iam à escola para comer. Assim como Nicolas, percebe que havia brigas que ocorriam na escola, mencionando o caso relatado de esfaqueamento, porém, fora essa situação extraordinária, o que ocorria, para ele, eram cenários comuns de uma escola.

Por sua vez, a Diretora Pedagógica, ao ser perguntada como era a escola quando entrou em 2006, narrou que, em seu primeiro dia, deparou-se com uma turma no meio do corredor empurrando uma mesa que estava em chamas. Vendo essa cena, contou que perguntou-se "meu Deus, aonde que eu vim parar". Sendo, a partir dessa situação, que mencionou o CED 07 como sendo uma "Escola de Bandidos", conhecida na comunidade por carregar o estigma de uma escola ruim, depredada, com vidros quebrados e paredes pichadas, em suas palavras, uma escola que era ruim e carregava o estigma de ser uma "escola de marginais". Por isso, pais e responsáveis da comunidade não queriam que seus filhos estudassem na escola, já que, antes da militarização, o perfil de estudantes que a Diretora delineou para a escola era de jovens que não usavam uniforme, indo às aulas com bermudões e chinelo de dedos e meninas com saia curta e barriga de fora, o que impedia que a escola criasse uma identidade. Junto a isso, o cotidiano escolar, para ela, era marcado por brigas constantes nos intervalos e problemas de envolvimento com tráfico por parte de estudantes.

Em abril de 2014, a escola passou por uma reforma fazendo com que as aulas do matutino ocorressem no Setor de Indústria da Ceilândia, e o noturno no Colégio Maria do Rosário. A alocação implicou que, todos os dias, houvesse o transporte de estudantes no CED 07 para o local temporário de aulas, até o retorno à escola, com a reforma ainda inacabada, em agosto de 2015. A retomada à escola foi iniciativa da Direção da época, junto à Regional, em que foi decidido que voltariam a ocupar a escola, mesmo com obras ainda em execução. Durante esse período, a Diretora relata que ocorreu uma situação de assalto, na porta da escola, enquanto esperavam o embarque nos ônibus para transporte ao local temporário de aulas. O momento de reforma da escola foi também o momento em que a atual Diretora Pedagógica adentrou à Direção, com a Vice-Diretora Simaria assumindo o cargo de Direção,

³⁰ BRAZILIENSE, Correio. Aluno é esfaqueado em frente ao CED 7, uma das escolas militarizadas. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/08/21/interna_cidadesdf,778430/aluno-e-esfaqueado-em-frente-ao-ced-7-uma-das-escolas-militarizadas.shtml.

por o então Diretor pedir vacância, fazendo com que a atual Diretora fosse convidada a assumir a Vice-Direção.

A partir desse ponto, conforme relatado, a equipe da Direção Escolar de 2016, quis trabalhar sob o slogan de "Escola de Campeões", segundo iniciativa da Diretora Simaria, com o objetivo de mudar o estigma de "Escola de Marginais". Esse projeto se efetua em ações de mudança da mentalidade da comunidade - extra e intra - escolar, nos momentos de Reunião de Pais e Responsáveis, por exemplo, onde era falado que campeão não era só quem ganha jogo de futebol, mas, que durante a vida, luta e corre atrás. Junto a isso, a Diretora Simaria procurou o Batalhão Escolar da PMDF, em 2016, para implantar uma Escolinha de Futsal. Essa é a virada de chave de um momento importante que culminou, em 2019, na adesão ao Projeto de Gestão Compartilhada:

"Então, essa parceria da Gestão Compartilhada, eu acho que ela começa justamente aí, né? Quando eles cedem para a escola um Policial para poder fazer esse trabalho, né, com os alunos no horário contrário ao da aula, para tentar fazer com que o aluno permaneça mais tempo dentro da escola, né? Então acho que aí foi que começou o trabalho, né? E aí começaram as mudanças. A gente conseguiu também montar uma equipe pedagógica muito forte nessa época de 2016 e 2017, né? E a gente conseguiu desenvolver vários projetos dentro da escola. Foi uma época assim de muito trabalho. Tudo em cima desse slogan de Escola de Campeões. E aí o projeto da Gestão Compartilhada ele veio para poder assim, selar, né? Selar essa questão, né? Dá um apoio maior, né para essa mudança. Hoje, a gente já não é mais conhecido como Escola de Marginais, né? Então assim a gente conseguiu fazer essa mudança, né? Junto à comunidade, porque é uma escola onde os pais não queriam que os filhos viessem para cá, hoje é uma escola que é procurada, né, o tempo inteiro, e a gente praticamente não tem vaga. As turmas estão cheias, são lotadas, né?" (Diretora Pedagógica, CED 07)

Com uma equipe pedagógica forte, a escola manteve, inclusive, os níveis do Ideb bons, apesar dos índices de vulnerabilidade social presentes, como comenta o Professor Francisco, "(...) o Ideb do 7 não é um dos menores não. Nunca foi né?". Todavia, de acordo com o levantamento realizado por Caruso & PAZ (2022), o Ideb estava com baixo desempenho para os anos finais do Ensino Fundamental. Com isso, cabe avaliar o desempenho para outros segmentos e etapas da Educação Básica ofertadas na escola, caso a intenção da pessoa leitora perpassa chegar à uma conclusão, assim como a PROEDUC, de transparência dos critérios de escolha das escolas militarizadas do DF. Aqui, objetivo trazer as percepções de entes da comunidade escolar sobre o impacto da implementação da Gestão Compartilhada.

A entrada do Batalhão Escolar, na percepção da Diretora, contribuiu para a mudança de concepção e comportamento de estudantes, ao ficarem mais tempo na escola com "figura a mais de referência", já que, pontua como as referências de adolescentes são a família, amigos(as), professores e, agora, um Policial Militar. A figura da PM teria, dessa forma, mudado a referência de estudantes que, antes, em aula, haveriam falado que gostariam de serem traficantes, colocando como referência tios e/ou primos que estariam presos. Hoje, essa perspectiva teria mudado, ao dizer que "(...) hoje a gente vê que muitos deles já pensam em ser professor ou (...) chefe de cozinha, mas eles não querem ser simplesmente cozinheiros, eles querem fazer a faculdade (...). Então, a gente já vê essas mudanças, têm aqueles que querem ser militar, também tem né? Mas, a gente vê que eles já estão projetando outras coisas pra vida deles". Há nisso uma justificação moral na ideia de novos referenciais à juventude que afastariam-nos(as) do crime.

É interessante observar que, de acordo com um relato do Professor Francisco, o CED 07 operava na política de nada pode acontecer na escola para chamar a atenção da Polícia. Para ele, o perfil de estudantes do CED 07 era mais de conversa. Na região, escolas em outras quadras, como a 23, 25 e 27 teriam uma presença maior do tráfico, não estando o 07 como uma das escolas mais violentas da Ceilândia. Dessa maneira, a perspectiva de que o CED 07 foi escolhido para ser militarizada graças à sua estrutura, que estava recém reformada, para servir de modelo, o que, tanto para SEEDF como para a SSP, não implicaria na necessidade de mexer no espaço físico da escola, seja para comportar um novo visual, seja para cumprir com os objetivos previstos no Projeto de uma escola referência. Cito, a fala de Francisco ao dizer que “o 07 é uma escola bonita, com estrutura até do Batalhão Escolar (...). Eles queriam só o filé, escola que tivesse cara de escola particular.”

7. Com todo o respeito, o negócio deles não é a segurança?

De forma a ter um panorama sobre a incidência de índices de insegurança ao redor da escola, levados em consideração na escolha pelas escolas que deveriam aderir ao Projeto de Gestão Compartilhada, os dados de ocorrências registrados pelo Batalhão Escolar podem apontar as incidências que ocorriam nas proximidades e, até mesmo, no CED 07, pré-militarização nos anos de 2017 e 2018, assim como, no primeiro ano de implementação, em 2019. Juntamente, considere relevante olharmos as ocorrências, em quantidade expressiva, de outras escolas da Ceilândia, de maneira a comparar os registros na região.

Conforme mencionado por Professores, que já lecionaram em outras escolas públicas de Ceilândia, o CED 07 não lhes parecia um foco de ocorrências de problemas relacionados à violência escolar. Ao longo dos três anos de referência, o CED 07 apresentou um aumento de ocorrências registradas em 2019, passando de 9 ocorrências nos anos de 2017 e 2018, para 21 em 2019.

Tabela 10: Ocorrências Batalhão Escolar (PMDF) - CED 07

Ocorrências Batalhão Escolar (PMDF) - CED 07	
Ano	Quantidade
2017	9
2018	9
2019	21
Total	39

FONTE: Ocorrências Registradas pelo Batalhão Escolar PMDF 2017-19. Elaboração Própria.

Em 2017, a escola que teve mais ocorrências atendidas pelo Batalhão Escolar foi o CEF 25, com 13 ocorrências. Outras escolas estavam presentes no registro do Batalhão Escolar da PMDF, mas, escolhi por trazer as escolas com mais de 10 ocorrências. Ressalto que, em 2017, apenas o CEF 25 teve mais de 10 ocorrências registradas, estando o CED 07, inclusive, com menos de 10 ocorrências. Esse cenário muda em 2018, com a presença de 6 escolas registrando mais de 10 ocorrências no ano.

Tabela 11: Ocorrências Batalhão Escolar (PMDF) - Ceilândia (2017)

Ocorrências Batalhão Escolar (PMDF) - Ceilândia 2017	
Escola	Quantidade
CED 07 da Ceilândia	9
CEF 25 da Ceilândia	13
Total	322

FONTE: Ocorrências Registradas pelo Batalhão Escolar PMDF 2017. Elaboração Própria.

O CED 07, em 2018, insere-se como a escola com menores ocorrências, dentre as selecionadas com expressão de 10 ou mais registros. Permanecendo como a escola com maior quantidade de ocorrências, o CEF 25 teve 18 registros, em contraste ao CED 07 que manteve-se em 9 ocorrências. Aqui já podemos observar o CEM 03 entre as escolas com mais de 10 registros, mencionando-a por ser uma escola com casos reportados de violência ao redor da escola. Em 2019, há o acréscimo de 2 escolas no rol de ocorrências expressivas.

Tabela 12: Ocorrências Batalhão Escolar (PMDF) - Ceilândia (2018)

Ocorrências Batalhão Escolar (PMDF) - Ceilândia 2018	
Escola	Quantidade
CED 07 da Ceilândia	9
CEF 14 da Ceilândia	10
CEF 27 da Ceilândia	10
CEM 03 da Ceilândia	13
CEF 28 da Ceilândia	15
CEF 25 da Ceilândia	18
Total	75

FONTE: Ocorrências Registradas pelo Batalhão Escolar PMDF 2018. Elaboração Própria.

O primeiro ano de implementação da Gestão Compartilhada significou o aumento de ocorrências registradas pelo Batalhão Escolar, passando de uma das escolas com menores ocorrências para a escola com maior ocorrências registradas, junto ao CEF 25. Escolas como o CEM 02, o CED 16, CEM 12 e CEF 35 aparecem entre as escolas com maiores ocorrências. Por sua vez, o CEF 14 e o CEF 28, que teve 15 ocorrências, logo atrás do CEF 25, não estão em 2019 com ocorrências expressivas. Das escolas mencionadas por Professores, com “fama” de terem problemas com violência e insegurança, apenas o CED 16

consta, em 2019, nas ocorrências atendidas pelo Batalhão Escolar, não implicando que as escolas mencionadas tenham ou não maiores incidências.

Tabela 13: Ocorrências Batalhão Escolar (PMDF) - Ceilândia (2019)

Ocorrências Batalhão Escolar (PMDF) - Ceilândia 2019	
Escola	Quantidade
CED 16 da Ceilândia	10
CEF 27 da Ceilândia	10
CEM 12 da Ceilândia	10
CEF 35 da Ceilândia	11
CEM 03 da Ceilândia	14
CEM 02 da Ceilândia	20
CED 07 da Ceilândia	21
CEF 25 da Ceilândia	21
Total	117

FONTE: Ocorrências Registradas pelo Batalhão Escolar PMDF 2019. Elaboração Própria.

Vale, nesse sentido, desdobrar os números de ocorrências em suas tipificações, entendendo, também, em algum nível, quais eram os problemas enfrentados pelo CED 07 que requereram o acionamento do Batalhão Escolar. Em 2017, as maiores incidências foram de uso e porte de substâncias entorpecentes, com um caso de cada para ameaça/injúria e tráfico de substância entorpecente. Em 2018, as tipificações passam de 3 para 8.

Tabela 14: Natureza da Ocorrência Batalhão Escolar (PMDF) - CED 07 (2017)

Natureza da Ocorrência Batalhão Escolar (PMDF) - CED 07 2017	
Natureza	Quantidade
Ameaça/Injúria	1
Uso e Porte de Substâncias Entorpecentes	7
Tráfico de Substância Entorpecente	1
Total	9

FONTE: Ocorrências Registradas pelo Batalhão Escolar PMDF 2017. Elaboração Própria.

Não obstante do aumento de tipificações de ocorrências registradas, a expressividade de cada uma foi baixa, sendo observadas uma vez, com exceção de duas situações resolvidas

no local. Em 2019, esse padrão se repete, de aumento de tipificações observadas, com baixa expressividade, porém, o maior número de tipificações é, sim, expressivo, partindo de 8 tipificações diferentes em 2018, para 13 tipificações de ocorrências de natureza diferentes, em 2019.

Tabela 15: Natureza da Ocorrência Batalhão Escolar (PMDF) - CED 07 (2018)

Natureza da Ocorrência Batalhão Escolar (PMDF) - CED 07 2018	
Natureza	Quantidade
Ameaça	1
Apoio	1
Ato Infracional Análogo a Furto	1
Lesão Corporal	1
Roubo	1
Situação Resolvida no Local	2
Tentativa de Roubo	1
Uso e Porte de Substâncias Entorpecentes	1
Total	9

FONTE: Ocorrências Registradas pelo Batalhão Escolar PMDF 2018. Elaboração Própria.

Assim como eu, imagino que a pessoa leitora tenha se indagado se o aumento de ocorrências, de dois anos seguidos, de 9 para 21, justo no ano de implementação da Gestão Compartilhada se explica pela presença Policial cotidiana na escola ser capaz de interceptar maiores ocorrências. Destrinchando o que consta de ocorrência registrada em 2019, a maior incidência observada foi de uso e porte de substâncias entorpecentes, seguida por situação resolvida no local. As ocorrências de natureza de uso, porte e apreensão de substâncias entorpecentes, mesmo que apareçam catalogadas com nomeações diversas, somam 8 ocorrências, equivalentes a 38% das ocorrências totais.

Tabela 16: Natureza da Ocorrência Batalhão Escolar (PMDF) - CED 07 (2019)

Natureza da Ocorrência Batalhão Escolar (PMDF) - CED 07 2019	
Natureza	Quantidade
Ameaça	2
Ameaça/ Pichação	1
Apreensão de Bens Irregulares	1
Apreensão de Substâncias Entorpecentes	1
Averiguado e Nada Constatado	2
Desacato	1

Natureza da Ocorrência Batalhão Escolar (PMDF) - CED 07 2019	
Natureza	Quantidade
Lesão Corporal	1
Porte de Substâncias Entorpecentes	2
Receptação	1
Resistência/ Uso e Porte de Substâncias Entorpecentes	1
Situação Resolvida no Local	3
Uso e Porte de Substâncias Entorpecentes	4
Vias de Fato	1
Total	21

FONTE: Ocorrências Registradas pelo Batalhão Escolar PMDF 2019. Elaboração Própria.

A análise das ocorrências registradas pelo Batalhão Escolar, conforme consta em Caruso & Paz (2022), que em 2017 e 2018 estavam constantes, aumentam em 2019, no momento de tomada dos "casos disciplinares" pela PM. Suas conclusões são que os registros concentrados em uso e porte de entorpecentes, conforme demonstrado, não se diferencia dos anos anteriores, a novidade é referente aos casos de ameaça, lesão corporal e vias de fato, que são expressões de conflitos interpessoais que não eram evidenciados pré-militarização.

A Diretora Pedagógica, ao opinar sobre qual o sentido da Gestão Compartilhada para a comunidade, apresenta o que teria escutado de pais e responsáveis: "No dia que a Gestão Compartilhada acabar, o meu filho não estuda mais nessa escola, porque eu tenho medo da escola voltar a ser o que era antes".

O professor Francisco entende que a vontade da comunidade pela militarização deu-se graças à desinformação propagada pelo Governo Federal, de que as escolas militarizadas, a partir do Projeto de Gestão Compartilhada, seriam como os Colégios Militares do Exército, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar. É o que pode ser bem observado em seu relato de uma conversa com outro Professor da escola, pró-militarização, ao perguntar como estava a militarização, respondendo que "melhorou nada, porra nenhuma, tá tudo do mesmo jeito, alunos indisciplinados (...) não tem moral com esses alunos não". De acordo com este Professor - pró-militarização -, os problemas seriam porque o perfil de estudante de Colégios Militares tradicionais eram outros, e que a PM não assumiu plenamente a questão disciplinar, pois estariam apenas dando advertências aos estudantes, em que comentou "mas eu já fazia isso". A percepção desse Professor, decepcionado com a implementação, não surgiu à toa, no discurso de defensores da execução de políticas públicas educacionais pautadas no militarismo, que foi também divulgado nos pronunciamentos oficiais do Governo Federal, é

de que o processo de gestão e administração seria inteiramente conduzido por militares, implementados sua formação disciplinar e o fortalecimento de valores cívicos, representando "uma ilha de excelência em meio ao caos em que se encontra a educação" (JÚNIOR, 202-, p. 11). Na análise do Professor Francisco, essa vontade dos que são a favor da militarização para o CED 07, não seriam possíveis de serem concretizadas, uma vez que a escola está em uma região de alta demanda de vagas, justamente por ser um Centro Educacional e ofertar mais de uma etapa da educação básica, além da modalidade do EJA (regular e interventiva). O que se esperava, era que houvesse uma "limpa" na escola, passando a operar na lógica de seleção de perfil de estudantes ingressantes.

Uma percepção que é interessante, e que cabe na discussão posta, é a da mãe da estudante Aurora, que conta que, em 2018, a família tornou-se a favor dos movimentos conservadores que insurgiram, apoiando as propostas de governo de Jair Bolsonaro. Isto posto, ao se depararem com a proposta de militarização, apoiaram-na, acreditando ser uma forma de garantir mais segurança. Na figura de sua mãe, Aurora disse que, mesmo seu irmão mais velho já tendo estudado no CED 07 e nunca ter passado por problemas de violência no ambiente escolar, a preocupação se fez presente, principalmente pelo fato de ter uma filha mulher que percorria um caminho perigoso para a escola. Com a votação para aderir ou não ao Projeto, Aurora conta como se lembra que na porta da escola ficavam pessoas falando que, caso não votassem a favor, botariam pessoas sem capacidade para dar aula, que aumentariam as ocorrências de assalto e os Vigilantes Escolares não atuariam mais na escola, então, não haveria mais proteção para entrada e saída.

Atualmente, ao conversar com a mãe, Aurora conta que não houve mudanças de 2018 (quando ingressou no CED 07), para 2022, em termos de violência na escola, por ainda presenciar brigas entre estudantes e consumo de drogas. Porém, reconhece que houve uma melhora na região próxima à escola, ao passar da Quadra 3 para a 5, ocorriam assaltos frequentes que hoje já não há mais, só que, nos arredores da escola, o cenário é o mesmo de antes. O entendimento de insegurança ao redor da escola é de conhecimento, inclusive, da Gestão Disciplinar, ao recomendar que se tenha cuidado ao sair da escola, nos avisos no momento de Formação, por estar havendo assaltos. Em relação à falta de segurança ao redor da escola, que é um dos pontos de objetivo do Projeto de Gestão Compartilhada, Aurora comenta que:

"Aí eu pensei, como que tá tendo um assalto ao redor de escola cheio de Policiais? Sabe, tipo assim, não, com todo respeito, mas quer dizer que eles não

estão fazendo nada, porque assim... se o negócio é segurança, eles não estão focando nisso. Eu falei, velho, o foco deles não é a segurança. Só usaram isso como um discurso."
Aurora, estudante

O Professor Tomás, mesmo tendo ingressado em 2022, diz que é comum escutar de estudantes e professores relatos de que a escola antes era mais perigosa, que se expressava em ocorrências de assalto e tráfico intenso, e que, agora, com a presença da PM, isso tinha sido praticamente eliminado. Combinada à presença anterior do Batalhão Escolar, a presença da PMDF já dentro da escola, a aproximação e adesão ao Projeto parecia natural. Por essas razões, entende que a comunidade, assim como, estudantes que também integram-na, teve uma aderência menos artificial, leia-se, conflituosa, com a Gestão Compartilhada, em comparação a outras escolas que foram militarizadas.

8. O processo de implementação

8.1. Como a proposta foi recebida - uma questão de escolha

A adesão à Gestão Compartilhada foi uma escolha sociopolítica (VEIGA, 2007) da Gestão escolar, apoiada por grande parte de pais e responsáveis, avalio como possivelmente inseridas em duas questões. Uma, a força de movimentos conservadores, de expressivo apoio popular, no cenário nacional e local, com a eleição de Jair Bolsonaro e seu projeto para a educação, tendo o PECIM como forte bandeira, e a eleição de Ibaneis Rocha, alinhado aos ideais do governo federal, aderindo ao Programa e criando um Projeto próprio para o DF. Outra, a lógica de uma “expectativa de clientela” (OLIVEIRA, 1985) da atuação policial, no sentido de cumprir o papel que dela se espera e se procura, frente ao questionamento da educação pública como efetiva (ROBERTSON, 2012), especialmente de professores, de adestramento disciplinar de jovens, enquanto um exercício de poder (FOUCAULT, 2007).

Sobre uma “expectativa de clientela” do exercício policial, Muniz (2010) coloca como sua atuação se respalda por um "cheque em branco", que podem, sem grandes empecilhos, levar a abusos ou excessos contra cidadãos(ãs):

A expectativa social que se tem em relação ao decisionismo policial corresponde ao desafio e à complexidade do lugar de polícia. Particularmente nas sociedades de democracia emergente como a brasileira, em que a produção de obediências consentidas, com o recurso potencial e concreto de força, sob império da lei, segue, ainda, como um ‘cheque em branco’ ou uma ‘procuração em aberto’, tem-se tanto a subestimação quanto a superestimação do decidir e agir policiais. Essa ambição, para mais ou para menos, quanto ao dever-ser policial, muitas vezes extrapola os limites do que seriam os contornos do seu mandato público, em termos do que se aspira como legal, legítimo, politicamente autorizado, tecnicamente válido e aceito coletivamente. (MUNIZ, 2010, p. 443)

Expondo o que perpassa o imaginário comum sobre a atuação policial, não tenho o intuito de deslegitimar a escolha pelo apoio à implementação do Projeto pela comunidade, no “julgo” do que é melhor para si, mas, trazer elementos para a reflexão de que política pública educacional e política pública de segurança, quando colocadas como transponíveis, abre-se um caminho arriscado para que tipo de educação pública se pretende construir. Sendo a força policial legitimada e autorizada com respaldo legal do exercício de seu mandato de garantia da paz social (MUNIZ, PROENÇA JR., 2014), ao criar um desvio de sua função original com

o Projeto de Gestão Compartilhada, o processo educacional não se fortalece com “medidas tampão”, cumprindo uma função quase de política clientelista, pode-se supor.

A Diretora Pedagógica, ao ser perguntada como surgiu a proposta da Gestão Compartilhada, traceja-a com o início do Governo Ibaneis, entre 6 a 10 dias após sua posse no Governo do Distrito Federal, o anúncio do Projeto de Gestão Compartilhada foi feito, assim, entendendo já que isso seria parte de seu projeto para a educação no DF. O anúncio fez com que as escolas fossem pegadas de surpresa, para a Diretora, sentindo-se em um fogo cruzado, entre a categoria de professores e a comunidade. Enquanto Professora, concebe que teria uma ideologia (não mencionada ou desenvolvida na entrevista) sobre a questão da não militarização, mas, que a comunidade teria suas necessidades referentes a questão da segurança, relatando que foi questionada por mães que a procuraram dizendo, "A Senhora não vai deixar a gente escolher o que a gente quer para os nossos filhos, a Senhora não vai permitir que a gente defina o que que a gente quer para a gente?". A Diretora, nessa situação, diz que enxergava nos pais e responsáveis a ânsia por algo diferente para os filhos deles. Apesar de, em 2019, já estarem trabalhando sob o slogan de Escola de Campeões, entende que o estigma por parte da comunidade de uma "Escola de Marginais" ainda era forte. A Gestão Compartilhada seria para a comunidade, na perspectiva da Diretora, um "vai ou racha", uma oportunidade em que ela não pode dizer não, ao se ver como mais do que uma Professora, como uma Servidora Pública que deveria servir à comunidade:

"Então, eu penso o seguinte, o que eu quero de melhor para minha filha, eu quero também para os para os filhos, de todos aqueles que matriculam os meninos aqui na escola. Então assim, para mim, foi um momento assim de muito embate interno, né? E assim aquele embate interno que fica praticamente só para você porque você infelizmente tem tantas cobranças de todos os lados que você não pode nem se expressar, o que que você realmente quer."
Diretora Pedagógica

Mais do que uma oportunidade, no balanço realizado por Fabrício (2020), a proposta poderia ser encarada sob o prisma de prevenção social, que tem como alvo crianças, jovens e grupos sociais marginalizados e baseia-se na elaboração de políticas sociais para a redução de fatores que levariam os grupos mencionados "a se tornarem delinquentes". No seu entendimento de análise sobre o controle social e a redução da criminalidade no CED 07, assim como exposto no relato anterior, a presença da PM contribuiria em coibir "práticas delitivas", uma vez que ambos assumem o corpo estudantil como propensos à uma possível delinquência, refletido no estigma de escola de marginais.

A proposta chegou, publicamente, do dia para a noite (melhor dizendo, da noite para o dia), através do noticiário local, deixando a equipe escolar em dúvida, nesse primeiro momento, se a escola seria ou não militarizada. Contudo, a Diretora Pedagógica conta que, um dia antes de sair na mídia, a Direção Escolar foi convocada na sede da Secretaria de Educação para uma apresentação do Projeto às escolas, em que foi pedido às escolas que aguardassem os direcionamentos. Os direcionamentos, então, chegaram através da mídia, criando uma circunstância ruim para a Direção, dado que não foi possível fazer um comunicado aos professores.

A Supervisora Jordana, à época, Coordenadora, relata como a confirmação veio no dia seguinte à notícia, ao chegar na escola, através da comunicação da Direção, que também alegou terem sido pegadas de surpresa. A confirmação foi, para ela, um choque muito grande para toda a equipe escola porque não tiveram nenhum tipo de discussão a respeito, chegando, inclusive, no primeiro momento, a ser contra a proposta, não pela Gestão Compartilhada em si, mas pela falta de transparência da Secretaria de Educação.

Em resposta, alguns professores, junto a estudantes, fizeram alguns manifestos contra a adesão, até o momento em que foi realizada uma reunião no Ginásio da escola, com a presença da equipe escolar, estudantes, pais e responsáveis e representantes da comunidade, assim como, de agentes da Segurança Pública. Nisso, Jordana diz que chegou-se à conclusão de que a melhor forma de decisão para a implementação seria por meio de votação. Essa reunião já estaria prevista, na verdade, na forma de assembleia com a comunidade, conforme exposto pela Diretora, que ficou relutante a quebrar ou não as férias dos professores.

Contudo, esse relato pode ser posto em xeque, em virtude da ocorrência, do recebimento da notícia à realização da assembleia, terem ocorrido durante a Semana Pedagógica, ou seja, apenas estudantes e Professores Temporários não estão na escola. As demais partes integrantes devem estar em planejamento das atividades pedagógicas. Por este fato, o Professor Francisco crê que foi um absurdo o processo que levou à implementação, partindo da notícia, assembleia e culminando na votação, ter ocorrido durante a Semana Pedagógica, com a presença defasada de estudantes - pelas aulas não terem ainda iniciado -, combinada à restrição etária para votação estudantil. Em sua percepção, percebeu-se que haviam muitos professores favoráveis à militarização, mesmo com um movimento contrário expressivo, e com a Direção "em cima do muro", pendendo à aceitação, mas, não indo a confronto.

No momento de entrevista à Jordana, perguntei-a se, nessa reunião no Ginásio, a Direção havia explicado qual foi o critério de escolha para o CED 07 estar cotado para o

Projeto, em que ela me respondeu que foi falado que a escola recebe muitos estudantes de outras escola, estando no centro do tráfico de drogas, por isso, foram feitos alguns estudos e a partir dos resultados, a escola foi escolhida para participar da Gestão Compartilhada. A princípio, disse não terem tido acesso aos estudados, tomando conhecimento dos mesmos apenas através de comunicação e, para ela, a preocupação maior estava em como seria na prática o Projeto. Em contrapartida, a Direção Escolar teve acesso aos dados da escola e o mapeamento realizado de quais escolas estariam participando do Projeto, na ocasião da reunião mencionada com a SEEDF.

8.2. A votação

A assembleia, referida como reunião pela Supervisora Jordana, que tomou lugar no Ginásio da escola, serviu como o momento de debate entre as partes da comunidade escolar e da comunidade extra-escolar, com as falas de defesa ao Projeto por parte da Secretaria de Segurança Pública e da Gestão Escolar, e falas contrárias, de estudantes, professores e o SINPRO. A votação estava prevista para ocorrer na assembleia, a partir de manifestação oral de quem seria contra ou a favor da implementação do projeto, todavia, a votação foi remanejada para outro dia, por meio de células. O motivo para essa mudança me foi contado em três versões diferentes pela Diretora Pedagógica. Na primeira versão, quando estive na escola pela primeira vez, em julho de 2022, a Diretora contou que a decisão de mudança do formato e dia da votação ocorreu porque na manifestação oral, como mencionei no tópico “Entrada em Campo”, não teria sido possível contabilizar os votos das pessoas presentes. Em um segundo momento, de entrada oficial em campo, ao acompanhar uma reunião de Coordenação, no dia 10 de agosto de 2022, a Diretora me narrou que a votação em cédula teria sido chamada por reivindicação do SINPRO, ao perceber que a maioria dos votos orais tinham sido a favor. Por fim, durante a entrevista realizada em 11 de outubro de 2022, foi dito que:

" (...) então assim todo mundo falou. E aí, depois foi feita a votação, por, como é que chama... não é votação, foi pedido que levantasse a mão quem era contra e foi depois quem era a favor. Só que nessa hora houve um tumulto muito grande, né? Porque as pessoas estavam com os nervos muito aflorados. Eu acho que, não sei, pela forma com que o SINPRO se apresentou, algumas falas que foram apresentadas... e eu lembro que eu vi nitidamente na minha frente, porque eu não consegui ver muita coisa, porque tava assim tudo muito

tumultuado, eu vi muito nitidamente um aluno assim quase colocando o dedo no rosto de um pai. E eu falei assim gente isso aqui... Assim o meu pensamento foi muito rápido. E aí eu falei assim, gente isso aqui vai dar briga, isso aqui não vai dar certo, e aí eu lembro que eu fui... e eu lembro também de ver alguém fazendo isso para mim, essa... esse movimento [de escrever] né e eu entendi. Aí eu peguei o microfone e chamei a votação em cédula. E aí pessoal foi para casa.

Quando eu chamei a votação em cédula, a Secretaria de Educação falou que essa votação tinha que ser o mais rápido possível, então... a assembleia foi na terça, foi na terça pela manhã, eu tive a terça à tarde e a quarta feira para organizar tudo tudo tudo tudo, fazer chamamento, fazer faixa para chamar, colocar carro na rua, né? É... preparar a urna, preparar a cédula, preparar a sala para votação e na quinta-feira foi a votação em cédula. E aí a votação iniciou, era para ter iniciado às 8 horas e finalizado às 20:00, só que aí ela iniciou eu acho que às 8:14, alguma coisa assim, tem na atas, e finalizou justamente as 20 horas e tantos minutos conforme o início, né? Então, foi dado aí o prazo tanto pras pessoas que estavam indo trabalhar cedo e que quiseram passar por aqui, como quem tava chegando do trabalho no finalzinho, no início da noite passar aqui.

Então, professores votaram durante todo o dia, início da noite, os alunos também. Muitos pais compareceram, então assim, e a escola ficou o dia inteiro cheio, né? Foi acompanhado pelas mídias de televisão, foi a Globo, o SBT, eles fizeram as reportagens durante todo esse dia. Então ficou passando algumas chamadas na Globo e no SBT a respeito e falando a respeito da Gestão Compartilhada, de como tinha sido a implementação nas outras escolas também, porque essa aqui foi a, das quatro, foi a única que fez a votação em cédula. E aí, o que eu, o que a gente pode dizer é que aqui foi muito transparente, porque teve a assembleia, né? A assembleia ficou confusa eu não podia dizer que foi o lado A ou foi o lado B, mas com a votação em cédula não deixou dúvida para ninguém? Então assim, foi contado voto por voto, né? Teve o acompanhamento na hora da contagem dos votos, que abriram a urna para fazer a contagem. Teve um representante dos pais teve o representante dos alunos, teve um representante dos professores, a Regional de ensino, acompanhou, o SINPRO acompanhou, então não deu margem para dúvida, né? Do que que a comunidade realmente queria."

Diretora Pedagógica

Na reportagem do jornal Metrôpoles³¹, o que consta é que, na reunião para definição se a comunidade escolar votaria a favor ou contra ao Projeto de Gestão Compartilhada, a assembleia foi cancelada devido a uma discussão entre Policiais Militares e representantes do Sindicato dos Professores, sendo assim, após a manifestação contrária de pais, estudantes e professores, o debate seria remarcado. Em depoimento à matéria, o Diretor do SINPRO disse que, após a discussão, em que a maioria presente haveria se manifestado contra a militarização, uma nova votação foi marcada, através de cédulas.

³¹ METRÓPOLES. Reunião sobre militarização em escola tem bate-boca entre PM e Sinpro. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/reuniao-sobre-militarizacao-em-escola-tem-bate-boca-entre-pm-e-sinpro>.

Acentuo a declaração de uma mãe de uma estudante do CED 07 ao Metr p les, ao dizer que votou a favor do projeto, uma vez que o quesito segurança foi determinante, apesar de considerar o CED 07 uma das escolas mais seguras da Ceilândia. Porém, concordou com a proposta e foi contra a vontade da estudante, ao votar pela implementa o do Projeto³². Aqui podemos perceber, de forma exemplificada, o que gomes (2022) constatou, a partir da análise crítica do discurso do processo de legitima o da "militariza o da vida", especificamente, de escolas, que pretendem ganhar aceita o popular no uso de abordagens militares para a resolu o de problemas, de mudança do método de gestão.

O corpo docente esperava que houvesse uma ampla participa o estudantil, que votariam em peso contra, porém, com a restri o de vota o estudantil para apenas pessoas com maioria, o engajamento da Dire o escolar e parte administrativa, houve a predominância da aderência   militariza o. O estudante Levi, relata a restri o para participa o na vota o, quando lhes foi informado que estudante não vota, por serem menores de idade. Além de estudantes maiores de 18 anos não serem a maioria do corpo estudantil, Levi ponderou que, geralmente, quem já estava na maioria estava em vias de conclusão do Ensino Médio, logo, não estariam mais na escola. A restri o de participa o do processo de elei o da adesão ao Projeto, para estudantes maiores de 18 anos, contradiz a Lei de Gestão Democrática do Distrito Federal (Lei n  4.751/2012)³³.

O art. 2 , dentre as finalidades e os princípios da Gestão Democrática, diz que sua finalidade   garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público, em rela o ao financiamento, gestão e destina o. Nesse sentido, a participa o da comunidade escolar em processos de elei o, no caso do corpo estudantil, habilita como eleitores, de acordo com o art. 3 , "I – estudantes matriculados em institui o educacional da rede pública, com idade mínima de treze anos e frequência superior a cinquenta por cento das aulas no bimestre anterior", e "IV – estudantes matriculados em cursos semestrais, com idade mínima de treze anos e frequência superior a cinquenta por cento das aulas no semestre em curso". Considerando que, em 2022, 66% de estudantes, do Ensino Médio regular estavam na faixa etária de 14 a 17 anos, enquanto 33% tinham 18 anos ou mais, o descumprimento da Lei de Gestão Democrática acarretaria, supondo que o perfil docente do Ensino Médio em 2019

³² METR POLES. Em vota o, CED 7, de Ceilândia, aprova ensino militar na escola. Disponível em: <https://www.metrololes.com/distrito-federal/educacao-df/em-votacao-ced-7-de-ceilandia-aprova-ensino-militar-na-escola>.

³³ DISTRITO FEDERAL, Lei n  4.751, de 07 de fevereiro de 2012. Sistema de Ensino e a Gestão Democrática de Ensino Público do Distrito Federal. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/06/lei-n%C2%BA-4751-2012-da-gest%C3%A3o-democr%C3%A1tica.pdf>.

tivesse o mesmo padrão de distribuição, na exclusão de mais da metade de estudantes a possibilidade de escolha ou rejeição à proposta de militarização.

A preocupação do Professor Francisco, do noturno, era que os militares queriam uma escola limpa do EJA, como foi pontuado no momento de explicação sobre o Projeto, quando souberam da notícia, mesmo com o Supervisor do noturno sendo favorável à militarização. O que garantiu a permanência do EJA no CED 07, haveria sido uma negociação entre o Legislativo e a SEEDF. Ademais, em entrevista, o Professor Francisco comenta que, em conversa com a Direção, foi dito que houve ameaça de retirada do Batalhão Escolar do CED 07, caso a militarização não acontecesse. Assim sendo, houve, o que o Francisco considerou como, uma relação de subserviência ao sistema, com o apoio das forças de segurança. O que corrobora com a hipótese de que, sem a vontade da Direção Escolar pela militarização, talvez o cenário fosse outro, como foi o caso do CEM 03 da Ceilândia:

"Porque eu trabalhava no Médio 3, (..) e lá a direção falou vamos oferecer. O Médio 3 tinham questões, digamos assim de conflitos para com estudantes muito mais emergentes do que o CED 7, né (...) mas era muito mais oferecido pro médio 3 e a Direção não se engajou isso. Lá no 3 havia uma demanda enorme pela presença da Polícia Militar."

Professor Francisco (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)

8.3. A implementação: como nos quartéis

Na semana seguinte à votação, a escola recebeu os Policiais Militares. A chegada teve seus impasses, para a Supervisora Jordana, que narra que muitos professores eram contra devido à falta de informação de como seria a atuação da PMDF na escola. Os comunicados foram feitos nas reuniões de Coordenação, com a presença de professores e o Comandante Disciplinar da época, um Major, onde foi informado que a Polícia iria atuar apenas com o disciplinar, não interferindo na parte pedagógica. A Gestão Disciplinar, para a Professora Heloísa, tem sua forma própria de atuar que deve se aproximar da parte pedagógica, desempenhada por professores, que foi entendida nesses termos, por ela, nessas apresentações iniciais: "(...) a gente percebeu que um trabalho não interfere no outro, então pedagógico não interfere no disciplinar e disciplinar não interfere no pedagógico."

Para pais e responsáveis, a percepção da Supervisora é de que a maioria demonstrava apoio, pelo medo da violência e a presença de tráfico na escola, que seria grande. O que ela observou entre os estudantes, foi a resistência quanto aos ritos militares que passaram a ser

realizados e exigidos no ambiente escolar, como o momento de Formação, além das restrições quanto ao vestuário e cabelo, chegando a presenciar estudantes chorando, sendo um dos grandes desafios que tiveram. É o que o estudante Nicolas lembra, ao falar sobre os primeiros momentos de militarização, que considerou estranho - e ainda é, um pouco. Conquanto ele se considerar a favor de alguns aspectos da Gestão Compartilhada, como muitos alunos, julga a escola ser mais militar que cívico-militar. Disso, entendo que sua sensação é de uma predominância de princípios e valores da Polícia Militar na organização escolar, em contrapartida a um modelo *compartilhado*. Caberia, nesse âmbito, um aprofundamento da diferenciação de concepções de escolas militares e cívico-militares.

A relutância por parte dos estudantes foi expressiva, para o estudante Levi, por acreditar que, apesar dos pesares, a escola sempre foi um lugar mais livre, "e aí já chegaram com muita propaganda, falando que isso é pra ordem e disciplina, papo de militar". Não só a ordem e a disciplina se faziam presentes no discurso da Gestão Disciplinar, como a noção de que a escola era muito perigosa e, por isso, os militares estariam lá para ajudar. A percepção de Levi é que o corpo disciplinar parecia estar mais preocupado em implementar normas militares do que em outras questões. Ao questionar a imposição de um padrão militar à Gestão Disciplinar, Levi foi contestado que, como foi votado, eles estavam lá pela vontade do povo e que as normas eram daquela forma por ser da forma que é nos quartéis:

"Eu lembro que muita gente não queria fazer, de exemplos da Formação, né, da bandeira... E aí, sei lá, tinha que prestar continência, aí a maioria não prestava, e aí eles foram trabalhando, eles viram que não estava dando certo só conversar e eles foram trabalhando de um jeito que militar faz, que é tipo assim, você não tá fazendo, dá advertência, suspensão. Eu lembro que nessa época teve muita advertência e suspensão. (...) Eu lembro que a abordagem deles era meio de como se você fosse um delinquente assim na rua que eles tivessem abordando, (...) muitas [pessoas] eram contra, mas pouca gente falava, porque, querendo ou não, eles trabalham com ameaça, então você não se sente muito é confortável de ir lá e falar sabe."

Levi, estudante.

9. Violência Escolar e Segurança

A pacificação do ambiente escolar e a promoção de segurança são as questões que mais estiveram presentes na percepção da comunidade escolar ao optarem pela implementação. Com isso em vista, quis entender melhor qual(is) a(s) percepção(ões) das pessoas entrevistadas sobre o impacto da violência no ambiente escolar do CED 07. A Professora Luna considera que não há muitas diferenças, nem casos exorbitantes no CED 07, que justifiquem a escola ter sido apontada com altos índices de violência. Por ter trabalhado no CEM 03 da Ceilândia, ao comparar as duas escolas, acredita que o perfil e comportamento de estudantes seja o mesmo, não percebendo diferença em relação à segurança de uma escola para outra. Assim como a Professora Luna, a Professora Clara não havia escutado problemas sobre o CED 07 em outras escolas da Ceilândia em que já atuou. Somado aos casos que mencionei em seção anterior, a Professora Clara atuou no CED 15 da Ceilândia, que em 2018 teve um estudante vítima de latrocínio próximo à escola³⁴.

Apesar disso, dentro de sala, não chegou a sentir-se ameaçada de alguma forma, rechaçando a visão de que estudantes de periferia da escola pública seriam perigosos. Estando como Professora Temporária, acabou circulando por diferentes escolas de Ceilândia e acha curioso como nunca ouviu falar sobre problemas de violência no CED 07. Ao chegar na escola, deparou-se com os depoimentos da Direção, e de estudantes também, do 07 ser uma escola extremamente insegura antes da militarização, escutando relatos de que ocorriam perseguições por dívida de tráfico, por exemplo. Algo que a surpreendeu, foi um ponto de uso de crack próximo à entrada da estação Ceilândia Norte, do metrô, que fica ao lado do CEPI Ipê Branco de Ceilândia (escola que oferta Creche e Educação Infantil) e a poucos metros de distância do CED 07.

Diferentemente da Supervisora Escolar, que traz que os maiores transtornos do cotidiano escolar eram relacionados a problemas de indisciplina, problemas com drogas, alunos infrequentes e que matavam aula, fora a questão da indisciplina dentro de sala de aula, entre estudantes e para com professores. Para ela, a causa disso é graças a escola estar no centro de tráfico de drogas, em que tinham - e ainda têm, em suas palavras -, estudantes usuários e traficantes, o que deixava a questão da violência muito visível, principalmente na entrada e na saída do portão da escola. Exemplificou este cenário com os casos de estudantes marcando brigas fora da escola, estudantes fumando no portão da escola e a própria

³⁴ BRASÍLIA, Jornal de. Comunidade de Ceilândia lota enterro de adolescente morto em assalto. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/comunidade-de-ceilandia-lota-enterro-de-adolescente-morto-em-assalto/>.

segurança dos professores, por ocorrerem muitos assaltos antes. Em relação a aspectos pedagógicos, ela considera que a falta de motivação para os estudos, o desinteresse e problemas familiares são tocantes para o cenário escolar prévio.

Tal como a Professora Clara, a Professora Heloísa escutou histórias sobre a escola pré-militarização, de que os índices de violência seriam altos, mas acha que, apesar disso, é normal algumas coisas (não especificadas) acontecerem. O cerne da questão está, para ela, refletida na sensação de segurança, a partir da presença da PMDF na escola:

"Eu acho que a gente se sente mais seguro aqui com o trabalho deles. Só a presença do Policial eu acho que já traz um resultado positivo, e os alunos começaram a perceber que eles estão fazendo o trabalho deles aqui, que eles são pessoas também normais, né? Então, eles têm até uma troca afetiva com o pessoal do disciplinar, eu acho que é muito positivo."
Professora Heloísa (Linguagens)

"A gente tá aqui para corrigir, para disciplinar vocês", essa é a fala, vinda da Gestão Disciplinar, que a estudante Aurora conta como sendo o principal motivo para a presença da PM na escola, de forma que, ela não considera que a questão da segurança era o principal objetivo deles. Os motivos para acreditar nisso, são pelos problemas anteriores à Gestão Compartilhada continuarem, só que, agora, para ela, as coisas são descobertas mais rapidamente, como o caso de brigas - que continuam ocorrendo -, e consumo de drogas no ambiente escolar. Essa foi uma ocorrência que pude constatar em campo, ao usar o banheiro feminino de estudantes, o espaço estava com cheiro de maconha, a título de exemplo. Além do mais, Aurora tem a impressão de que, com o final do ano, a Gestão Pedagógica e a Disciplinar pareciam não ligar mais.

É interessante notar o relato do estudante Levi, que corrobora a impressão de Aurora de que a PM não representa necessariamente um aumento de segurança, do assalto que sofreu próximo à escola. Após ser assaltado, retornou correndo à escola e havia uma viatura na frente da escola com um Policial mexendo no celular. Informou-o o ocorrido, levando a viatura a dar uma volta ao redor da escola, porém, informando que não encontrou o assaltante. Para o estudante, o que se cria é uma sensação de falsa segurança:

"Essa questão de segurança também é muito entre aspas, é tipo para o pai e a mãe falar, 'olha só não tem mais bandido na escola', mas, não é isso, porque se for isso, tem gente do lado de fora e eles não estão protegendo do lado de fora. Então, a gente também pode dizer que a segurança não é algo que mudou muito, porque fora da escola continua a mesma coisa, porque o problema não tá nas pessoas que estão na sala de aulas, ao meu ver claro. Até quando a gente

sobe no metrô ali, né? Ainda tem aquele ponto de usuários de droga então não mudou nada. (...) é isso que eles fazem, é ficar macetando na sua cabeça o tempo todo, que uma hora entra, que você não tem voz. Hoje em dia, se tem algo contra, ninguém fala. Ficam falando que tá mais seguro e eu fui assaltado do lado de fora, e eu não fui o único. Teve uns três assaltos num intervalo de um mês do lado da escola."

Levi, estudante.

A repetição constante pela Gestão Escolar (Pedagógica e Disciplinar) de que houve aumento na segurança é uma das formas de controle e estabelece a hierarquia disciplinar, criando maneiras de evitar questionamentos, contrapontos e até mesmo críticas ao modelo implementado. Ao dizer que a promoção de segurança na escola estaria atrelada à aparência de não haver mais bandido na escola, Levi refere-se a estudantes que foram expulsos ou tiveram que *pedir pra sair*³⁵ (conforme acionado por Caruso & Paz (2022) na assimilação sobre as lógicas de cerceamento da militarização), como no caso de colegas seus que foram expulsos "porque eles não iam com a cara do menino, por usar alguma coisa, mas não necessariamente que ele era ruim na escola". Isso expressa o que ele considera uma forma muito ruim que a Polícia passou a interferir na educação.

Outro estudante que foi expulso, ele conta, tinha a escola como o local onde poderia se alimentar e banhar-se, dado que era órfão e encontrava-se em situação de vulnerabilidade social. Menciona como outros três estudantes, também colegas de Levi, inseridos em contexto de vulnerabilidade social, foram expulsos da escola por serem considerados *problema*. Para Levi, esses e outros casos de expulsão seriam justificados por enxergarem-nos como "vagabundos". Com a entrada de estudantes de escolas particulares e a retirada de estudantes que abaixariam as médias da escola, de aproveitamento e aprovações, Levi entende que, "o problema foi jogado fora e varrido pra debaixo do tapete, assim conseguem falar que as notas melhoraram". A política de *pente fino* implementada pela escola, com aval da Gestão Pedagógica e execução da Gestão Disciplinar, funcionou sob esses parâmetros, para decidir quem sai e quem fica na Escola Piloto do modelo de Gestão Compartilhada.

³⁵ Expressão referenciada no filme *Tropa de Elite* (2007), utilizada pela personagem Capitão Nascimento no curso de formação de soldados do BOPE.

PARTE 3

10. Primeiro ano de implementação

A chegada no CED 07, para o Professor Marcelo, foi marcada pela sua condição de temporário porque, inicialmente, deveria assumir o cargo em outra escola, só que, ao chegar na sala, um Professor efetivo apareceu para assumir o posto. Ao retornar à Regional, descobriu que quem pegou a carência foi um Professor que era do CED 07, descobrindo, nesse momento, que a escola estava militarizada. Sua primeira cena ao chegar na escola, foi das viaturas ao lado de fora e PMs circulando nos corredores, e, ao apresentar-se no administrativo, recebendo um conselho que só entenderia depois, de ter cuidado com quem se envolveria, porque era temporário e poderia sobrar pra ele. Percebeu que muitos professores efetivos da escola estavam esperando para sair, ou, os que ficariam, para se manterem resistentes ao Projeto.

Dos Professores Efetivos que eram contra a Gestão Compartilhada e permaneceram, que foram poucos, apenas dois continuaram até o final do ano de 2019, segundo Marcelo. Os demais Efetivos que permaneceram, eram a favor da implementação, como é retratado pela Supervisora Jordana, que define o primeiro ano de implementação como bastante turbulento devido à (não) aceitação de professores, o que, para ela, não haveria algum impasse quanto a isso, em virtude de separação entre Disciplinar e Pedagógico, e que os Policiais não interfeririam no trabalho pedagógico.

Na primeira reunião de Coordenação do ano, o então Major, Comandante Disciplinar à época, ao ser questionado por outros Professores, exemplificando, questionamentos sobre se estudantes com cabelo *black* teriam que cortar o cabelo, em que foi-se respondido que teriam que adaptar-se, em tom irredutível, passando a invocar o *pede pra sair*, coisa que, até o momento durante a reunião, não havia sido mencionado, pois o Comandante estava na postura de respeito às opiniões (quaisquer que fossem). O sutil *pede pra sair* se configurava no trabalho prestado pela Gestão Disciplinar de que, quaisquer professores insatisfeitos, poderiam procurar o Comandante que este iria pessoalmente na Regional garantir outra vacância. Com essa fala, um Professor solicitou sua saída no momento de reunião da Coordenação.

Para a Orientadora Educacional Vivian, o *pede pra sair* é visto como um benefício que foi concedido pela Secretaria de Educação aos(às) colegas professores que, infelizmente, alguns não quiseram usufruí-lo. Sendo assim, teria se criado um clima organizacional complicado e conflituoso, visto que, Professores contrários à Gestão, tentavam provar de todas as formas que a Polícia não seria benéfica para a escola. Para ela, o ataque ao Disciplinar vinha nos posicionamentos que não auferiam diferença sobre a questão disciplinar entre estudantes. A Orientadora Vivian chegou a trazer uma suposta postura de Professores que estariam provocando situações para colocar os Policiais em maus lençóis, por exemplo, solicitando a presença do Disciplinar em sala e, ao chegarem, gritariam dizendo que não pediu a entrada:

"(...) então a gente fica triste porque assim o educador às vezes ele usa da função social e em vez de trazer benefício, ele tenta trazer um prejuízo, porque quando eu trago conflito, para um ambiente, isso reflete no aluno. Isso é uma coisa em que 10 anos de orientação, eu vi muitas vezes. Quando a equipe ela tá coesa, ela tá harmoniosa, ela tem fluxo, automaticamente você tem menos conflito entre os alunos, você tem menos situações de violência entre os alunos, porque a equipe tá coesa. Então, ela reflete em cima do aluno. Agora, quando você tem uma situação conflituosa entra a equipe, os adultos, né. os educadores, consequentemente você vai ver essa projeção vindo dos estudantes também, eles também vão ser mais conflituosos."

Orientadora Educacional Vivian

No desenvolver do ano letivo, Marcelo aproximou-se dos Professores Efetivos e Temporários que eram contrários à militarização, descobrindo que o conselho que recebeu ao chegar na escola, tratava-se de um dos dois Professores Efetivos que permaneceram, contrários ao Projeto. A conjuntura da escola nos primeiros meses de implementação, era de policiais transitando constantemente pelos corredores. No início, receberam a informação de que estudantes receberiam o fardamento escolar e professores receberiam jalecos; e, em relação à vestimenta, professores não receberam restrições de qualquer natureza, ficando essas apenas a estudantes, que deveriam seguir o previsto no Regimento Escolar das Escolas Cívico-Militares.

Surge, nesse desenrolar, a figura de Chefe de Sala, informado pelo Major, em que cada turma de todos os anos teria um Chefe, com atribuições próprias, como a apresentação da turma a professores no início de cada aula. As apresentações ficaram a cargo de professores, que era cobrada por alguns e por outros não, levando a novas falas em reuniões de Coordenação, de que "tem professor" que desestimula e apresentação. Em adição à apresentação de turma, estudantes Chefes de Turma funcionam como uma forma de

vigilância sobre o que acontece dentro de sala de aula, segundo a Supervisora, em caso de haver alguma briga, a(o) estudante Chefe de Turma pode avisar à Gestão Escolar para que as táticas de evitar conflito sejam acionadas: “os policiais ficam espalhados, a gente faz a liberação dos alunos de uma outra maneira, de uma logística diferente, né? Para que não aconteça esse tipo de violência”.

Além das apresentações, outra exigência colocada pelo Regimento Escolar, sobre o porte dos estudantes, era da blusa para dentro da calça que, segundo o Professor Marcelo, era seguida apenas nos espaços comuns da escola, onde haveria a presença de Policiais, enquanto que, dentro de sala, faziam o que queriam. O balanço inicial que fez, foi que as coisas não aconteciam como pensavam, servindo apenas como uma fachada, de uma falsa moralidade e disciplina que não se enraizaram no cotidiano escolar.

Em contrapartida, a Orientadora Educacional considera que, segundo a equipe Disciplinar, as exigências do Regimento Escolar foram implementadas gradualmente, em um processo de transição, sendo o grande empecilho para a finalização da transição, a pandemia, fazendo com que tudo o que foi construído em 2019 fosse perdido. Ao ser procurada por estudantes com queixas sobre as novas exigências escolares, respondia, dialogicamente, conforme destacou, que a adesão às regras era apenas para a escola, do portão para fora, poderiam portar-se da maneira que gostariam. O exemplo que deu foi de, junto aos Policiais, comparar o que encontrariam fora da escola, que é um momento de aprendizado, mas, é, também, um aprendizado para fora dela. Nos casos de Professores que diziam que não se deveria aceitar o regramento por acreditarem que poderia descaracterizar a identidade juvenil, Vivian relata que escutava esses comentários de estudantes que a procuravam, sobre os Professores, integrando um outro fator responsável pelo processo de transição conflituoso em 2019.

Retomando a fachada de disciplina instaurada que pretendia-se criar, essa foi concretizando-se ao longo do ano, na forma de que tudo o que a Gestão Disciplinar tinha como proposta e vontade de implementar, não conseguiam, seja porque estudantes não os respeitavam ou não levavam a sério o que falavam. Entra, aqui, o fator fardamento, que, por não terem conseguido fornecer o fardamento escolar próprio das Escolas Cívico-Militares, o Disciplinar encarou como um fracasso na tentativa de controle sobre a escola, o que fez com que parassem de cobrar a postura disciplinada de estudantes e circular pela escola, chegando ao ponto que, ao final do ano, os Professores quisessem sua presença nos corredores.

"(...) fora da sala de aula, os estudantes tinham essa energia mais reprimida e dentro da sala de aula gastavam tudo, o que era um caos. Ao final do ano, já não era uma escola comum porque uma escola comum tinha até mais ordem e disciplina dentro dos corredores. Os policiais não conseguiam mais."
Professor Marcelo (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)

Ainda sobre o primeiro ciclo de implementação, o posicionamento da Professora Heloísa, atual Coordenadora do Novo Ensino Médio, é de que, mesmo havendo resistência quanto ao padrão cívico-militar da escola, acredita que, "querendo ou não, eles gostam da presença dos policiais aqui, né? Acho que é igual o Capitão [atual Comandante Disciplinar] fala, com o tempo, a gente vai mostrando pra eles o lado positivo dessa parceria".

11. Pandemia

Dando continuidade à compreensão da Orientadora Vivian, de impedimento da finalização do processo de transição da implementação completa do previsto pelo Regimento Escolar das Escolas Cívico-Militares, é importante explorar, mesmo que não em profundidade, o que foi o período inicial da pandemia de COVID-19 para o CED 07. Para começar, vale destacar que, já em 2020, Ceilândia - RA mais populosa do DF -, foi a Região Administrativa mais afetada pela COVID-19, em quantidade de pessoas infectadas e óbitos registrados³⁶. Em 2021, a maior taxa de letalidade esteve na RA Sol Nascente/Pôr do Sol, seguido por Ceilândia, com maior concentração de casos de COVID-19³⁷.

De acordo com o levantamento, não representativo, realizado com estudantes da rede pública de Ensino Médio do Distrito Federal (KLEIN, 2021), o “cenário constatou-se que o cenário pandêmico, de (in)acesso de estudantes ao Ensino Remoto Emergencial, graças à falta de acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação, não garantidas por meio de políticas educacionais, locais e/ou nacionais, que promovessem o direito à educação, foi percebida pelos(as) estudantes consultados(as) e pela literatura analisada, como aspectos estruturais foram reforçados no contexto de isolamento. Aspectos referentes às desigualdades sociais, de acesso à escola e permanência na educação.

O início das aulas estava planejado para ocorrer o processo de orientação sobre as normas disciplinares. Todavia, com o início das políticas de isolamento social e suspensão das aulas, isso não foi possível. A Gestão Disciplinar continuou a trabalhar presencialmente na escola, realizando atividades de entrega de livro didático e material impresso, e de busca ativa, indo à casa de estudantes que não estavam participando das aulas online. Para a Orientadora Educacional, o Disciplinar foi uma mão na roda, pois, caso não tivessem esse apoio operacional realizado pela PM, provavelmente teriam sido solicitados para estarem presencialmente na escola. No que tange ao SOE, o atendimento de estudantes, e também suas famílias, ficou prejudicado pelas condições de acesso. Por conseguinte, as ações se

³⁶ DISTRITO FEDERAL, G1 - Globo. Ceilândia, região mais afetada pela Covid-19 no DF, concentra 22% das mortes na capital. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/07/01/ceilandia-regiao-mais-afetada-pela-covid-19-no-df-concentra-22percent-das-mortes-na-capital.ghtml>.

³⁷ METRÓPOLES. Veja quais são as cidades do DF com maior letalidade por Covid-19. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/veja-quais-sao-as-cidades-do-df-com-maior-letalidade-por-covid-19>.

BRAZILIENSE, Correio. Taxa de transmissão da covid-19 aumenta no Distrito Federal. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/09/4948834-taxa-de-transmissao-da-covid-19-aumenta-no-distrito-federal.html>.

davam em forma de ações coletivas, mediante lives, rodas de conversa virtual, material impresso e postagens na plataforma com materiais em temáticas. A Orientação Educacional trabalhou os temas de violência contra a mulher, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), saúde mental e aproveitamento de estudos, a fim de manter o vínculo com estudantes.

Sobre o corpo discente, os impactos decorrentes dos efeitos da pandemia, envolveram de perda de familiares (que poderiam ser a pessoa mantenedora do núcleo familiar, gerando impactos também econômicos à família) a abandono escolar para procura de trabalho, ou por considerar não ser possível acompanhar as aulas remotamente, em contraste a estudantes que preferiram o formato remoto. Concernente a outros efeitos da pandemia, considerei intrigante o relato da Orientadora Vivian de estudantes que não conseguiam buscar o material impresso na escola por não terem meios de pagar o transporte, pondo à prova qual a abrangência da ação operacional realizada pelo Disciplinar de entrega de material impresso e sua real efetividade; se esses casos eram de conhecimento durante o período remoto, ou, se vieram à tona com o retorno ao presencial, sendo, somente assim, possível o contato, tomando conhecimento da circunstância em que se encontrava o(a) estudante.

Para docentes, houve uma tentativa de manter os procedimentos de aula em situação regular, com uma certa demora para entender as nuances impostas pelo contexto pandêmico. A Supervisora Jordana, menciona como muitas das medidas passadas - e exigidas -, pela SEEDF, deixaram a desejar, inclusive, com a formação de professores para o Ensino Remoto. Além da insegurança causada pela COVID-19, havia a preocupação com o tipo de trabalho didático-pedagógico que poderia ser efetuado. É o que relata a Professora Clara, sobre a configuração do Ensino Remoto, o que se deu foi um empreendimento de transpor o presencial ao online, gerando uma série de empecilhos para Professores. A começar pela forma como eram dirigidos, originando uma culpabilização de professores dos problemas enfrentados. A quebra de expectativa de uma rotina de controle sobre estudantes e professores, propiciou uma sobrecarga no trabalho docente, também como uma forma de manter a justificativa da militarização, para Clara, que em seus objetivos suscita a melhora de indicadores educacionais, rendimento escolar e ingresso na educação superior - aproveitamentos educacionais que foram prejudicados massivamente no período pandêmico.

A impressão era de ter que se prestar (e mostrar) serviço em uma lógica militar, sob a lógica de que o 07 era uma escola séria, diferentemente de outras escolas públicas, que não seriam, segundo esse fundamento guiado pela Gestão Pedagógica. O trabalho pedagógico realizado no CED 07, em comparação a outras escolas em que a Professora Clara trabalhou, é, para ela, muito hierarquizado, com pouco espaço para reflexão e crítica, que não seria bem

recebida pelo Pedagógico. Consequentemente, o pede pra sair é difundido não só entre o disciplinar, como entre o Pedagógico, na figura da Direção e da Orientação Educacional, em momentos que é dito que, caso não se goste da escola, que saia, "esse discurso lembra tempos sombrios da humanidade, inclusive Brasil, ame-o ou deixe-o. A escola não é pra ser um lugar plural, um lugar democrático?!".

12. Retorno do Presencial

O retorno completo ao presencial ocorreu em setembro de 2021, havendo a possibilidade de estudantes com restrição médica permanecerem em casa, ou caso algum membro familiar possuísse restrições médicas, era permitida a licença até o final do ano. A volta ao presencial também implicou nos casos de evasão escolar de estudantes que não poderiam acompanhar as aulas em regime regular por motivos de trabalho ou adoecimento mental. O retorno apresentou seus desafios ainda nas medidas de prevenção e higiene necessárias. O uso da máscara, por exemplo, não era cumprido por parte de estudantes, o que demandava a conscientização do corpo discente e docente, perpassando questões que fugiam ao controle da escola, com a impossibilidade de manter o distanciamento em salas de aula com cerca de 40 estudantes. Juntamente ao aumento de problemas de saúde mental, de acordo com o observado pela Supervisora Jordana, de crises de ansiedade, quadros depressivos, crises de pânico e tentativas de suicídio.

Os impactos sobre a aprendizagem, percebidos pelas avaliações diagnósticas, foi de defasagem de aprendizado, principalmente relacionados a dificuldades de interpretação de texto, leitura, escrita e matemática básica. Fora a defasagem de aprendizado, a volta ao presencial foi, igualmente, de dificuldade de socialização, "é como se eles não soubessem mais viver em coletivo", como conta a Orientadora Vivian. A percepção era de que os(as) estudantes estivessem individualistas e imediatistas, como nos casos de problema com colegas, queriam uma resolução instantânea, complexificando a atuação do SOE para a mediação de conflitos. Isto posto, foram pensadas ações de atendimento individual e conversas em sala, combinados a uma formação de comunicação não violenta para professores. Um episódio ocorrido no retorno ao presencial foi de assédio sexual cometido por um estudante. A partir da denúncia de uma estudante vítima do assédio, outras estudantes passaram a denunciá-lo também. Com isso, a estudante Aurora conta que houve uma mobilização na escola:

"Não vou mentir, geral tava querendo bater nele (...) e tal passar o cara, não sei o quê, aí tipo assim, ele ficou o dia inteiro lá com os Policial e só botaram ele para o período remoto. (...) mas eu não vi dando nenhum apoio às meninas que foram assediadas, sabe? Tipo assim, as pessoas que foram assediadas, eu não vi nada em relação a isso, então acho que é uma questão importante também para se falar, que foi marcante assim na escola."

Aurora, estudante.

O desfecho principal para a Orientadora Educacional foi de que, mesmo com estudantes que tendem à agressão, há estudantes que procuram o caminho de evitá-lo, levando os acontecimentos para conhecimento da Gestão Escolar. Um estudante, por sua vez, produziu um documentário, intitulado Assédio³⁸, impulsionado pelo acontecimento na escola, entrevistando ao Capitão (Comandante Disciplinar), estudantes, Professores e a Diretora Pedagógica. No documentário, o Capitão declara que, ao se tomar conhecimento de algum ocorrido e, a partir de avaliação sobre o caso e tipificação ou não de crime de assédio sexual ou importunação sexual, o assunto será tratado em Delegacia. No caso de não tipificação, é aplicada a medida disciplinar, de orientação. O estudante colheu o relato de estudantes que sofreram assédio (fora do ambiente escolar), assim como, suas percepções sobre o que seria assédio sexual.

No relato da Diretora Pedagógica, é mencionado que a escola prevê em seu Projeto Político-Pedagógico o Projeto de Combate à Discriminação, que aborda o respeito à diversidade sexual, de gênero, Pessoas com Deficiência, etnicidade e religião; e o Projeto Só para Meninas, onde é trabalhado os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, como fruto desse Projeto, foi implementado na escola, em parceria com a Supervisão Escolar e a Universidade de Brasília, outro projeto intitulado Mulheres, em que são realizadas rodas de conversa sobre o ato político de ser mulher. A Diretora destaca que há uma preocupação também na formação de estudantes do gênero masculino, por fim, recomenda que, em situações de assédio e/ou importunação sexual, que a Direção Escolar seja procurada para que as providências cabíveis, no âmbito escolar, sejam tomadas e que seja procurada uma Delegacia de Polícia para registro de ocorrência. A contar desse ocorrido, a Orientadora tem o entendimento de que os(as) estudantes passaram a reagir diferentemente "diante daquela situação, eles oportunizam justamente esses momentos da gente conversar.

Nessa guinada de retorno ao presencial, ainda em contexto pandêmico, além dos desafios expostos neste tópico, a escola teve o primeiro ano de funcionamento do Novo Ensino Médio, em 2022, combinado ao retorno completo da Gestão Compartilhada.

³⁸ Assédio Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F5UkMrp4z3w>.

13. Novo Ensino Médio

O Novo Ensino Médio, para uns, e Reforma do Ensino Médio, para outros, aprovada após um golpe de Estado, instituída na Lei nº 13.415/2017, ou Lei do Novo Ensino Médio, estabelece a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. A efetivação das diretrizes da Reforma do Ensino Médio se dá com a formulação, prevista em sua redação, da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). De acordo com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal³⁹, a Reforma do Ensino Médio começaria a ser implementada nas escolas da rede pública de ensino, através de cinco escolas-piloto⁴⁰, nos anos de 2020 e 2021. As escolas-piloto ofertaram a nova organização curricular para o Ensino Médio somente no 1º ano do EM, com progressão da implementação também para os anos seguintes, e seu trabalho pedagógico guiado pelo Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio⁴¹. Em 2021, outras 12 escolas implementaram o novo currículo-organizacional, também para os 1ºs anos do Ensino Médio - seguindo a lógica de implementação progressiva nos anos subsequentes -, começando a implementação nas demais escola de Ensino Médio da rede pública do DF em 2022, com previsão de último ano de implementação das unidades escolares iniciadas em 2022, no ano de 2024.

A Reforma aparece nas proposições neoliberais para a área de educação, em que seriam necessárias reformas na administração pública à serviço da capitalização educacional. Tais reformas serviriam para promover acesso, qualidade, custo e superação de desigualdades com a inserção cada mais do privado no público. O envolvimento de entes privados na formulação de políticas públicas na educação é o caso da Reforma do Ensino Médio, onde fundações, institutos e consultorias de bancos e empresas diversas estiveram massivamente presentes na formulação das propostas, explicitando a influência dos interesses de mercado.

Ações como essa são justificadas na expressão desses entes diante da distância que o Brasil está dos padrões internacionais de desenvolvimento, da falta de qualidade de ensino e como o país não encontrou a melhor forma de gerar incentivos, via legislação, de aumentos

³⁹ DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Educação do. Novo Ensino Médio. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/novo-ensino-medio/>.

⁴⁰ A Portaria nº 21, de 4 de fevereiro de 2020 (disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/e926203ed5be47d4bcb31cbba47e36b2/see_prt_21_2020.html#art3_incII_replaced), em seu artigo 3º, inciso I, menciona 10 unidades escolares participantes do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e 2 unidades escolares participantes do Programa Ensino Médio em Tempo Integral.

⁴¹ DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Educação. Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio. 2021. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/08/Curriculo-em-Movimento-do-Novo-Ensino-Medio-V4.pdf>.

de produtividade (BORGES, 2016). Vale notar que, os problemas elencados como justificativa para a Reforma, são os mesmos presentes no Projeto de Gestão Compartilhada, acrescido dos fatores combate à violência e promoção de segurança pública. A solução para os problemas observados presentes no Ensino Médio está delimitada na BNCC, baseada na reorganização de currículo, com a nova carga horária dividida em Formação Geral Básica – Áreas do Conhecimento – e itinerários formativos. Uma vez que as escolas precisam ofertar apenas os itinerários para o qual tiverem possibilidade de atender, os estudantes ficam à mercê do que caberá à sua realidade ou não.

A modalidade de currículo integrado é muitas vezes vista como a resolução dos grandes problemas educacionais. Caso seja mal conduzida, a formulação prevista na BNCC pode causar empobrecimento dos conteúdos presentes no Ensino Médio, já que o “estreitamento curricular” funciona a partir da lógica das organizações de larga escala (SILVA, 2019). De acordo com a apresentação do Novo Ensino Médio⁴², as propostas de currículo focam nos processos de aprendizagem e nas necessidades individuais de cada estudante. A realização do projeto-piloto tem como finalidade subsidiar a construção coletiva de uma organização curricular que promova aprendizagem mediante a oferta de estratégias diversificadas de ensino, conforme seus projetos de vida, preparando-os para o exercício da cidadania, estimulando o protagonismo e reconhecendo diferenças e necessidades pedagógicas para combater os elevados índices de reprovação, abandono e defasagem idade-série.

A execução do Novo Ensino Médio no CED 07 se deu a partir de 2022, posto que não foi uma escola-piloto, então, sua experiência com a nova organização curricular, para o 1º ano do Ensino Médio, não tem ainda 1 ano completo de implementação no momento de realização do campo. A partir das entrevistas realizadas, foi possível somente auferir uma perspectiva sobre como está sendo a execução do trabalho pedagógico. Em caso de interesse da pessoa leitora por estudos que analisem com maior detalhamento o que a Reforma se propõe a executar, no Distrito Federal, recomendo a leitura do trabalho de Doralice Assis (2021)⁴³.

⁴² DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Educação do. Plano de Implementação do Novo Ensino Médio/DF. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/07/PLANO_DE_IMPLMENTACAO_NOVO_ENSINO_MEDIO_20set2022_2_-1.pdf.

⁴³ ASSIS, Doralice Pereira de. Ciências Humanas e a Reformas do Ensino Médio no Distrito Federal: concepções dos agentes educacionais. 2021. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/30265/1/2021_DoralicePereiraDeAssis_tcc.pdf.

A recepção do Novo Ensino Médio na escola foi um “ninguém tava sabendo de nada”, para a Professora Luna. Em 2021, o corpo docente passou por cursos voltados para o novo currículo, porém, a impressão que a Professora Clara teve foi de que ninguém parecia saber explicar direito como funcionaria, “tá uma bagunça generaliza”. A Coordenadora do Novo Ensino Médio, a Professora Heloísa, entende a Reforma como uma melhoria para oportunizar que estudantes tenham um formato de aula diferenciado, além de possibilitar que Professores possam trabalhar com projetos, “é uma forma de ter uma visão mais dinâmica do trabalho, não sei se os professores vão conseguir se adaptar a esse modelo, mas eu acho que pra funcionar tem que ser um trabalho diferente.” A Coordenadora parafraseia da Diretora Pedagógica, que estão tendo que trocar o pneu com o carro andando, “a gente começou sem saber como que isso ia ser né? E ainda continua.”

Professores e Gestão encontraram dificuldades na aplicação do novo currículo, como na operacionalização da oferta de Eletivas (Itinerários Formativos) aos(as) estudantes – que foi feita por inscrição em papel, só que os papéis foram perdidos. O intuito era que os(as) estudantes tivessem a perspectiva de que a escolha da Eletiva é um planejamento futuro, porém, não são todos(as) os(as) estudantes que já têm isso delimitado: “os meninos chegam no 3º ano e eles ainda não sabem o que eles querem.” Isso gera, segundo a Professora, uma pressão e uma realidade que não cabem no contexto em que se inserem, sem a generalização de que não há quem não tenha uma orientação, mas não é a maioria.

As Eletivas ocorrem nas terças e quintas-feiras, segundo a oferta de cada Professor(a), com as aulas abrangendo estudantes de várias turmas (em razão da possibilidade de escolha do que cursar); ficando as segundas, quartas e sextas para a Formação Geral Básica, no regime de organização das turmas regulares. Na passagem do primeiro para o segundo semestre letivo, muitos(as) Professores modificaram suas Eletivas, seja à pedido por parte de estudantes, ou por não conseguirem executar seu planejamento pedagógico, como no caso da Professora de Educação Física, contou Luna, que teve uma alta taxa de matrícula em sua eletiva, mas, os(as) estudantes “só queriam brincar”. A Professora Luna oferta uma Eletiva, e sua avaliação é de que:

“A gente tem percebido que tem sido um fracasso total porque a ideia é muito boa, a ideia é legal, você poder escolher algo que você já quer pro seu futuro para você não ficar perdendo tempo e outras coisas que não vão servir, né? Por exemplo, quero ser médico, então foca na Biologia, né na Química enfim. Só que a gente vai ver na prática não é assim. Os alunos não estão ligando. Não dão valor. Eles acham que é uma aula livre perdida, porque Eletiva não reprova. Eles já falam isso, eles já têm isso na ponta língua, então você pode vir aqui na terça e quinta, as salas estão mais vazias. Eles não fazem nada, eles abaixam a cabeça e deitam.”

Com isso, a Professora percebe que Professores do Novo Ensino Médio estão desmotivados, pois realizam um planejamento de execução de aulas e oferta de eletivas que não seria apreciada por estudantes. Em consequência disso, a Professora percebe uma maior tendência de estudantes à evasão, baseada não só no que acontece na escola, como em relatos de outros(as) colegas professores, de escolas públicas e particulares, que tem sido um fracasso, graças à falta de estrutura, pensando não só na sua situação, mas no cenário geral, e do apoio da Secretaria de Educação. Na escola, a Professora fala como tem uma boa estrutura à sua disposição, com uma sala exclusiva e disponibilidade de materiais para a execução de projetos. Todavia, haveria, para ela, uma influência de uma romantização sobre o Ensino Médio, de que o(a) protagonista é o(a) estudante, enquanto na realidade, depara-se com estudantes cursando eletivas que não têm afinidade, por não terem um planejamento definido ou por ser o que sobrou para se matricularem: “se antes era difícil, agora com essa implementação tá mais difícil, não tá fácil, não facilitou, não melhorou.”

PARTE 4

14. Atuação da PM: “Eles são treinados desse jeito, numa escola, eles vão fazer a mesma coisa”

Parte da compreensão da Gestão Compartilhada depende de considerar o que envolve e para que serve a Polícia Militar. Para quem entende que a presença da PM na escola, na figura de Gestão Disciplinar, ultrapassa a manutenção da ordem e disciplina, ao estarem dentro do previsto constitucional de sua competência de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública, realizando o policiamento ostensivo dentro da escola, respaldados por sua competência, colaborando nas abordagens a “pessoas e alunos com comportamentos suspeitos” (FABRÍCIO, 2020), podemos ver a representação do sujeito militar como organizador da lei e da ordem (GOMES, 2022, p. 120), que precisa ser restaurada.

“O policial militar ao ser capacitado para exercer a função de monitor disciplinar na **escola cívico policial militar**, somado à sua formação profissional e acadêmica, sua experiência vivenciada no labor diário, ocorrências, atendimentos, patrulhamentos e outros, durante toda a sua carreira operacional, terá a oportunidade de exercer a prevenção primária, tornando-o um monitor disciplinar por excelência.” (JÚNIOR, 202-, p. 12, grifo da autora)

O autor utiliza de uma “nova” categoria, de “escola cívico policial militar”, não prevista em legislação ou literatura da área como tentativa de diferenciação para escolas militarizadas pela Polícia Militar, explicitando, também, outras táticas de legitimação da política educacional empregada. A carreira operacional construída pelo Policial Militar, mencionada por Júnior como vantagem na prevenção primária de conflitos escolares, nasce da formação de *ethos* militar da instituição, que age na atividade policial com o objetivo de combate e o extermínio do inimigo e/ou punição de transgressores, comportando-se de forma repressiva e punitiva, desprovido de capacidade reflexiva em situações complexas envolvendo questões da juventude, discriminação social, racial e de gênero (KANT, 2021. p. 109). Ao tratar da formação policial no Brasil, Kant de Lima traz que, em sociedades idealmente democráticas, o emprego da polícia seria de prestação de um serviço público para proteção e defesa da cidadania, tendo sua autoridade fundamentada na capacidade de administrar conflitos (2021, p. 99). No seio de sociedade de estruturas sociais explicitamente

desiguais, a polícia se incumbe de identificação de conflitos não com a finalidade de prevenção e resolução, mas de supressão.

O conflito para Simmel (1983), constitui-se a partir de determinadas condições, mudanças e adaptações interiores que o gera, podendo criar duas situações de elevar a concentração de uma unidade já existente, eliminando radicalmente qualquer outro elemento externo, considerado como inimigo, como pode promover uma unificação. Numa atuação disciplinar exercida pela Polícia Militar, com sua função de repressão de conflitos - em contextos diversos -, no ambiente escolar, não tem o preparo para a leitura do conflito como parte constitutiva da formação humana tratado por Simmel. A supressão completa de todo e qualquer conflito não resultará na pacificação do ambiente escolar, se a lógica policial não é capaz de abranger as funções sociais educacionais do conflito. Com isso não quero dizer que situações de violência escolar (na escola, da escola e para com a escola (SILVA, LIMA e CARUSO, 2022)) devam ser ignoradas e/ou encorajadas. Estou partindo do princípio de, se há uma lacuna na leitura de administração de conflitos pela Polícia, conforme elucidado por Kant (2021), na escola, o Policial Militar dificilmente terá o capital necessário de mediação de conflitos, uma vez que operam sob “eu mando, você obedece”.

Do mesmo modo, não pretendo simplificar a complexidade do fenômeno da militarização das escolas públicas enquanto política pública educacional, nem da Polícia e do policiamento nos expedientes de controle social. Concebendo o policiamento, que não tem suas práticas de monopólio da Polícia, na definição de Muniz, como "uma expressão pragmática, funcional, utilitária e invasiva de como sustentar a submissão, sob algum consentimento, às regras do jogo (...), ou a uma determinada ordem pactuada ou não, com o recurso à coerção respaldada pela força" (2010, p. 438).

Cabe, então, mostrar quem são os(as) Policiais Militares lotados no CED 07. Como relatei, houve certa dificuldade de contato direto com os(as) monitores disciplinares, porém, será possível retratá-los parcialmente com os relatos colhidos por aplicação de questionário. Os Policiais respondentes do Formulário disponibilizado mediante autorização, como retorno à solicitação à Secretaria de Segurança Pública para entrevistas qualitativas semi-estruturadas, foram 04 praças, majoritariamente masculinos, com graduação de Sargento, com exceção de 01 oficial intermediário, na patente de Capitão, todos atuando na corporação por mais de 20 anos. Considerando que, em média, de acordo com as tabelas 4 e 5, a escola conta com 11 monitores, a quantidade de respostas colhidas representa 45% do total da equipe da Gestão Disciplinar.

Tabela 17: Perfil Policiais Militares no CED 07

Perfil Policiais Militares no CED 07				
Patente	Idade	Gênero	Raça/Cor	Há quanto é Policial Militar
1º Sargento	48	Feminino	Branco	27 anos
Capitão	48	Masculino	Pardo	23 anos
2º Sargento	42	Masculino	Pardo	23 anos
1º Sargento	49	Masculino	Branco	28 anos
2º Sargento	47	Masculino	Pardo	20 anos

FONTE: Formulário aplicado via Google Forms a Policiais Militares do CED 07 de Ceilândia em 22/09/2022. Elaboração Própria.

Dos policiais militares respondentes, 3 se autodeclararam pardos (negros) e, apenas uma oficial Sargento está dentre as respondentes. Dois Policiais já atuaram em outra escola pública, ambos no CED 01 da Estrutural. Os demais não possuem experiência de atuação em ambiente escolar, no caso, em escolas públicas. O que poderia inferir que, os que têm experiência, podem ter mais facilidade e desenvoltura para exercer o cargo de monitor disciplinar.

Tabela 18: Atuação enquanto Monitor(a)

Atuação enquanto Monitor(a)		
Respondente	Já atuou em outra(s) escola(s)?	Se sim, qual(is)? Por quanto tempo?
1º Sargento	Sim	CED 01 Estrutural por 3 meses
Capitão	Sim	Curso de Formação na APMB
2º Sargento	Não	-
1º Sargento	Não	-
2º Sargento	Sim	CED 01 Cidade Estrutural

FONTE: Formulário aplicado via Google Forms a Policiais Militares do CED 07 de Ceilândia em 22/09/2022. Elaboração Própria.

Todavia, a monitora que já atuou em outra escola de Gestão Compartilhada, no momento que respondeu ao Formulário, considerou que a atuação enquanto monitora disciplinar é complicada, por entender que há um estigma perante a figura de um Policial Militar que se transpôs no ambiente escolar. Por seu lado, o outro monitor que também atuou no CED 01 da Estrutural, percebe a atuação de monitor disciplinar com um propósito de transmissão de disciplina a estudantes, discordando da colega que, para ele, há uma receptividade perante a presença da PM na escola. Dois Policiais consideraram a atuação

difícil, seja pela não experiência prévia com o ambiente escolar ou com a falta de apoio das instituições: “sensação de desamparo”.

Tabela 18: Como tem sido o processo de atuação enquanto Monitor(a) na escola?

Respondente	Como tem sido o processo de atuação enquanto Monitor(a) na escola?
1º Sargento	Na verdade um pouco complicado! Sei que como policial não somos bem aceitos em alguns lugares da sociedade, entrar no ambiente escolar foi um desafio muito grande!
Capitão	Não tinha experiência em escola pública, está sendo desafiador.
2º Sargento	Difícil pela falta de apoio das instituições. Sensação de desamparo.
1º Sargento	Tranquilo. Ao longo da carreira atuei na área de educação, como instrutor do PROERD, por exemplo, e palestrante.
2º Sargento	Vejo que meu trabalho de monitor tem sido muito importante para os alunos, pois, além de transmitir uma disciplina no ambiente escolar, tenho tido a oportunidade de orientar os discentes dentro daquilo que entendo ser importante para o crescimento pessoal e profissional deles. Percebo que a receptividade dos alunos para com nossa presença é muito positiva.

FONTE: Formulário aplicado via Google Forms a Policiais Militares do CED 07 de Ceilândia em 22/09/2022. Elaboração Própria.

Quanto à rotina de trabalho, duas respostas descrevem-na negativamente, como cansativa e desgastante. Uma resposta classificou a rotina de trabalho positivamente, considerando-a tranquila, porém, o trabalho desempenhado é administrativo, não requerendo a atuação direta com estudantes, talvez, por esse fator, o Policial tenha uma rotina de trabalho mais amena. Ainda que não tenham qualificado a rotina de trabalho, duas respostas descreveram as atividades desempenhadas, de acolhimento, monitoria e aplicação de advertência, no cargo de monitor; e, acompanhamento de atividades, gestão de pessoas e trabalho administrativo, para o Comandante Disciplinar.

Tabela 19: Como é a rotina de trabalho?

Respondente	Como é a rotina de trabalho?
1º Sargento	Às vezes muito cansativa, pois cuidamos da disciplina do aluno!
Capitão	Sou o diretor disciplinar, acompanho todas as

Respondente	Como é a rotina de trabalho?
	atividades da equipe Disciplinar, gestão de equipe, demandas administrativas e encarregado dos procedimentos de correição (IPM, sindicância, MA....)
2º Sargento	Desgastante.
1º Sargento	Sempre bem tranquilo. Tenho desempenhado trabalho administrativo.
2º Sargento	Acolhimento inicial dos alunos; monitoria diversa no sentido de orientar e respeitar os códigos de conduta dos discentes; fazer advertência quando necessário e outros afins.

FONTE: Formulário aplicado via Google Forms a Policiais Militares do CED 07 de Ceilândia em 22/09/2022. Elaboração Própria.

É interessante observar que, mesmo os Policiais que trouxeram a carga desgastante do desempenho da monitoria disciplinar, todos consideram a relação com as diferentes partes da comunidade escolar - estudantes, pais e responsáveis, e, Direção Pedagógica -, positiva. A exceção, é para com Professores, com as considerações de um Policial que põe a presença de resistência perante o Projeto, por parte do corpo docente, prejudicando sua implementação. O mesmo Policial menciona decepções, não especificadas, com a Gestão Pedagógica.

Tabela 20: Relação com a Comunidade Escolar

Relação com a Comunidade				
Respondente	Como você define a relação com os(as) estudantes?	Como você define a relação com os(as) Professores?	Como você define a relação com os pais e responsáveis?	Como você define a relação com a Direção Pedagógica?
1º Sargento	Com a maioria dos alunos muito boa e de muito respeito!	Com a maioria muito boa!	Depende da situação! Mas na maioria das vezes muito boa!	Muito boa.
Capitão	Sempre foi boa.	Boa	Muito boa.	Excelente
2º Sargento	Relação com a maioria é harmoniosa. Principalmente com aqueles que têm pretensão em carreiras militares.	Pacífica na maioria das vezes.	Pacífica na maioria das vezes.	Harmoniosa.
1º Sargento	Sempre respeitoso.	Quase sempre é cordial.	Harmoniosa em quase todas as oportunidades.	Parceira. Não tive problemas em nenhuma

Relação com a Comunidade				
Respondente	Como você define a relação com os(as) estudantes?	Como você define a relação com os(as) Professores?	Como você define a relação com os pais e responsáveis?	Como você define a relação com a Direção Pedagógica?
				oportunidade que precisamos agir juntos.
2º Sargento	A relação é muito amistosa, os alunos sempre nos procuram para conversar, demonstram admiração pelo nosso trabalho. Quando saí do Ced 01, da Estrutural, me emocionei pois, muitos alunos choravam e pediam minha permanência. Recebi muitas cartinhas deles, agradecendo por tudo que fiz por eles.	Infelizmente, a relação com os professores é de muita resistência por parte deles, isso afeta sobremaneira o projeto que poderia atingir outro patamar, caso fosse diferente. Claro que existem professores colaboradores e que querem bem o projeto, mas os que dificultam, acabam por causar certo dano ao bom andamento do processo.	A relação é a melhor possível, eles são defensores do projeto, tendo em vista que, reconhecem a importância da nossa presença na formação dos seus filhos.	Infelizmente, vi coisas que realmente me decepcionaram, porém prefiro focar no que posso fazer para beneficiar os alunos para os quais trabalho e procuro dar o meu melhor.

FONTE: Formulário aplicado via Google Forms a Policiais Militares do CED 07 de Ceilândia em 22/09/2022. Elaboração Própria.

Enfim, a relação com colegas monitores foi considerada, unanimemente, positiva.

Tabela 21: Relação com Colegas Monitores

Relação com Colegas Monitores	
Respondente	Como você define a relação com os(as) colegas Monitores(as)?
1º Sargento	Excelente!
Capitão	Muito boa
2º Sargento	Equipe extremamente profissional.
1º Sargento	Ótima.
2º Sargento	São colegas maravilhosos, comprometidos com a missão que nos foi dada.

FONTE: Formulário aplicado via Google Forms a Policiais Militares do CED 07 de Ceilândia em 22/09/2022. Elaboração Própria.

Meu primeiro contato direto com a Gestão Disciplinar foi através do Comandante Disciplinar, ao apresentar-me e à pesquisa, uma vez que tinha o interesse de entrevistar também os(as) monitores. Em uma das idas à campo, ainda em setembro, o Comandante disse que está pensando em sair, pois sente que seu trabalho não é valorizado, por serem vistos, por órgãos como o Ministério Público, na figura da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (PROEDUC), a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal e seus Parlamentares, como se estivessem com intenções ruins e maltratando os(as) estudantes. Em outro momento, comentou dos problemas que encontra “com a CDH do Fábio Félix” e com a PROEDUC, que só fazem algo quando são acionados, não vendo Promotor ir à escola fazer uma palestra sobre o cargo ou sobre Cultura de Paz, em comparação ao que ele e sua equipe fazem diariamente.

Em outubro já estava confirmado que sairia, dizendo que trabalhar com pais e estudantes era bom, “o problema é mais as outras partes”. Seu comentário sobre a Gestão Compartilhada é de que não há uma integração efetiva. Essas outras partes, não especificadas num primeiro momento, surgiram ao longo da conversa, de “os que são ideologicamente contra” e minavam as iniciativas de projetos que o Disciplinar gostaria de desenvolver, como os(as) Professores que são contra a acabavam os cansando. Para ele, sua função envolve amor, citando Paulo Freire, que a educação é um ato de amor - uma das poucas coisas que disse concordar com Freire -, e que estava na escola, por amor, enquanto educador, mesmo não sendo sua função original e não recebendo a mais por isso.

Ainda que se tivesse se deparado com as frustrações mencionadas, disse ainda acreditar no Projeto, devendo ser avaliada periodicamente enquanto Política Pública, para que sofra as adequações necessárias, sendo algo bom e que serve à comunidade.

Entre Professores, os “boatos” são que os Policiais Militares que estão nas escolas são os que estão "encostados", afastados da rua, não gerando prejuízo de efetivo policial na atuação ostensiva que desempenham. A atuação da PM, para o Professor Francisco, é da figura do Policial Militar como salvação da moralidade na educação:

"Que existia essa ideia na população de os militares assumem novamente, né, com Bolsonaro, eles eram eficientes, eram não sei o quê, etc e não são né? Os militares no Governo Federal a gente viu que são muito interesses particulares, inclusive, também se falava no CED 07, que os militares que estavam lá ganhavam mais do que os professores da Gestão."

Professor Francisco (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)

Em contraste, a estudante Aurora fala como os Policiais não tratam bem os(as) estudantes. Uma forma que isso pode ser expresso, é através da fala de Levi, sobre o que já foi dito nos momentos de Formação:

"O que eles falam é que o terceiro ano é ruim, que a gente não tá nem aí para nada, que o pessoal do terceiro ano não tá nem aí para as notas, que a gente tá piorando e que não segue nada direito, sabe, é tipo umas paradas dessas te deixando para baixo para ver se você muda, mas todo mundo sabe que não é assim na sala de aula, é aqui na formatura porque ninguém quer. Na sala de aula é totalmente diferente, mas nos discursos deles a maioria das vezes é isso, você não é elogiado, você é questionado pelas coisas que você não faz."

Levi, estudante.

A atuação do disciplinar, por conseguinte, é vista como inconstante na exigência de cumprimento das regras disciplinares, principalmente, relacionada a padrão de cabelo e vestimenta. Em 2019, o estudante Levi foi obrigado a cortar o cabelo e no final do ano de 2022 não era mais cobrado. Ele fala como já foi impedido de entrar na escola por não estar nos padrões, que se tratava do tipo de calça que passaram a cobrar como permitida para uso de uniforme escolar: "do nada cobram e depois param de cobrar, não faz sentido". A aplicação e cobrança das regras é pouco efetiva, como relata o estudante, de que falam, mas ninguém (estudantes) quer seguir porque ninguém concorda, com isso, esporadicamente punem alguém, mas, na maioria das vezes não.

A possibilidade de consenso, debate e construção coletiva não tem espaço numa escola cívico-militar, bem representada no entendimento de Aurora: "se você tem uma opinião contrária à deles, eles não vão ouvir, sabe, tipo, eles não querem nem ouvir. (...) Mas é difícil porque com pessoas assim, ou você concorda com a opinião deles ou você não estuda mais aqui. Foi isso que eles fizeram e continua sendo assim".

O tratamento com Levi foi de quererem tirarem-no da escola, por ser contra o modelo, porém, conta da vez que foram conversar com ele e perceberam que tinha boa oralidade e disseram-no que era um menino inteligente. Então, tentaram mudar a abordagem com ele, ao invés de tentarem o tirar da escola, tentaram trazê-lo para o lado deles, "porque é bom ter alguém que é a favor e que saiba falar bem". Levi foi chamado em sala de aula, por um Policial, para que o acompanhasse à sala do Disciplinar, em que lhe foi dito que como ele gostava de conversar, eles iriam conversar. Ao chegar na sala, deparou-se com quatro Policiais fardados para que conversassem, "um debate super hiper mega igual, me chamaram sozinho para conversar com quatro adultos". Os tópicos abordados foram sobre a forma de atuação da PM na escola, em que lhe foi respondido em torno do principal argumento de

defesa: a questão de segurança., e, caso estivesse incomodado, ele deveria sair da escola. Ao fim, a conversa não levou a lugar nenhum, pôr o propósito ter sido, para Levi, de convencimento dele perante a Gestão Compartilhada.

"E aí foi chegando no ponto em que eles conseguiram, eles me venceram, porque eu só cansei, porque não adiantava dialogar, não adiantava eu tentar colocar contraproposta (...). A escola é para ter liberdade. E aí sempre vem os mesmos argumentos, porque a meu ver eles vencem desse jeito, sabe, na continuidade dos argumentos."

Levi, estudante.

Há um incômodo por parte de Levi sobre a presença policial na escola. para ele, se estão lá pela segurança, porque seu preparo é para lidar com pessoas que estariam infringindo a lei, não são policiais treinados para lidar com estudantes, sendo os que estão na escola, em sua maioria, em condição de afastamento da corporação, "são policiais treinados para tratar pessoas como sei lá o que. Você já viu a abordagem policial, não é nada legal." Exemplificou seu pensamento com o que segue:

"Tem um menino da minha da minha sala que ele foi até expulso, um menino super brilhante assim, que pela vida não teve muitas oportunidades, sabe querendo ou não, usava as coisas que ele usava e tudo mais, mas sempre um menino que tentava participar da aula, só que ele tinha os seus problemas. Ninguém é perfeito. E aí, eu lembro que teve uma vez que ele entrou numa briga assim e aí tipo foi assustador, porque era um policial tipo subindo em cima dele enforcando e tipo imobilizando ele muito como se fosse um marginal, e eu ficava tipo assustado, ao meu ver foi assustador e muita gente achou, porque do nada um estudante assim que senta do seu lado tá sendo quase preso e era desse jeito, sabe? E enfim assustador... e muita gente não gosta, e eles sabem disso, que é assustador, porque um dos discursos que o próprio Sargento fala, o Comandante, que é 'ah, dependendo, em alguns casos, a gente vai levar pro Disciplinar, mas, se você for maior de idade, a gente vai pra Delegacia'. Eles são treinados para ser desse jeito, então numa escola com adolescentes, eles vão fazer a mesma coisa, só que não é certo, e as pessoas ficam com medo."

Levi, estudante

15. Denúncias

A formação da Polícia como um "corpo especial de funcionários que fazem a manutenção da ordem entre e por sobre os corpos e territórios" (MUNIZ, p. 2010), no contexto brasileiro, de ausência de garantia de segurança (a depender de raça, gênero e classe), como posto por Zaluar (2014), faz com que possa haver maior aprovação coletiva de práticas heterodoxas de policiamento, no uso de "toda sorte de violações e violências socialmente autorizadas" (MUNIZ, 2010, p. 440). Essa situação descrita pôde ser observada ao longo dos três anos de implementação da Gestão Compartilhada no CED 07, de práticas de violência policial no ambiente escolar, respaldadas pelas Secretaria de Estado envolvidas no Projeto e, principalmente, pela Gestão Pedagógica da escola.

Por meio das entrevistas foi possível tomar conhecimento de, ao menos, dez casos de emprego de um policiamento moral em nome da manutenção da ordem e disciplina. Seja pelo Disciplinar ou (mas principalmente) pelo Pedagógico, a produção de discursos sobre os acontecimentos criou, para além dos conflitos constatados, o problema de se e como as coisas acontecem na escola. A tentativa de controle sobre problemas produzidos pela Gestão Compartilhada gera, em algumas ocasiões, “zonas nebulosas” de legitimação do que é permitido na ação disciplinar, aplicando o raciocínio foucaultiano da economia dos discursos de verdade, acionando as táticas necessárias para cumprir esse fim. Assim, esse tópico tem o intuito de trazer como não “são casos isolados” de denúncias que chegam a ser noticiadas publicamente dos “limites ultrapassados” pela Polícia Militar do DF.

15.1. Estudantes imobilizados em “evento de Judô”

De acordo com a matéria do jornal Metrôpoles⁴⁴, a briga ocorreu no horário de Formação, entre três estudantes, que teria se iniciado com um dos estudantes sendo atacado pelos outros dois, após um desentendimento sobre a colaboração com a disciplina no horário, segundo o relatado pelo Comando da PMDF ao jornal. Os Policiais Militares presentes derrubaram e imobilizaram os estudantes envolvidos. A Gestão Escolar, conforme reportado na matéria, considerou a ação policial correta para evitar o envolvimento de um número ainda maior de estudantes. A Diretora Pedagógica expressou ao Metrôpoles que um dos estudantes

⁴⁴ METRÓPOLES. Vídeos: PM imobiliza e derruba aluno em escola militarizada do DF. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/videos-pm-imobiliza-e-derruba-aluno-em-escola-militarizada-do-df>

estava muito alterado e os outros estudantes queriam machucá-lo, assim, a imobilização pelo Policial foi necessária para contê-los e os defender, não crendo ter havido excessos.

Na versão da Orientadora Educacional, ao ser perguntada sobre alguma situação de conflito direto entre estudantes e monitores, responde que não se lembra de algum caso, a não ser do episódio que foi mal reportado pela mídia:

"A gente tem os episódios que a mídia reportou só os pedaços, né? A gente teve por exemplo o evento de troca de faixa do judô. E aí veio uma pessoa de fora para assistir a troca de faixa porque era irmão parente de um dos alunos, e aí entrou em conflito em briga corporal com outra pessoa, e aí o policial que era um instrutor do judô, conteve a pessoa com um movimento da própria prática de arte marcial que ele ensinava. E aí quando se reportou para imprensa se reporta assim "Policial imobiliza aluno em evento escolar", e não era nem aluno, era uma pessoa de fora. Então, assim, a gente que tá aqui, a gente às vezes fica entristecido por isso, porque algumas coisas chegam mas não chegam como é né. "

Orientadora Educacional Vivian

Ao pesquisar "Policial imobiliza aluno em evento escolar no CED 07 de Ceilândia", as reportagens que aparecerem se referem ao conflito ocorrido diretamente com estudantes e Policiais da escola, não apresentando resultados sobre um outro possível embate que teria acontecido em um evento de Judô. Outros jornais também reportaram o ocorrido⁴⁵. A matéria do Correio Braziliense⁴⁶, traz o depoimento de uma mãe de estudante, que se manteve em anonimato, por medo, de acordo com a reportagem, e discorda da forma como os Policiais agiram.

15.2. Policial Militar entra na sala para impor a ordem

Em 2019, também houve a situação de discussão entre uma Professora e um Policial. De acordo com o relato do estudante Levi, a Professora saiu de sala e, enquanto ela não retornou, um PM entrou na sala, solicitando silêncio e que, caso a solicitação não fosse cumprida, a turma iria levar advertência. Ao retornar, a Professora entra em embate com o

⁴⁵ BRASÍLIA, Jornal de. Policial é filmado empurrando estudante em escola militar. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/policial-e-filmado-empurrando-estudante-em-escola-militar/>.
DISTRITO FEDERAL, G1 - Globo. PM intervém em briga de escola militarizada no DF; veja vídeo. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/04/26/video-mostra-pm-derrubando-aluno-em-escola-militarizada-de-ceilandia-no-df.ghtml>.

⁴⁶ BRAZILIENSE, Correio. VÍDEO: ação da PM em escola de Ceilândia acende polêmica sobre militarização. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/04/26/interna_cidadesdf,751735/video-acao-da-pm-em-escola-militarizada-acende-polemica-na-internet.shtml.

Policial, afirmando que não havia autorizado sua presença em sala e não concordava com a medida tomada por ele. Já o Professor Marcelo, sobre esse caso, conta que a Professora teria liberado um estudante para fazer algo fora de sala, em que um Policial retornou com ele dizendo que não era para o ter liberado, gerando a discussão em frente aos estudantes.

No relato da Professora envolvida, que consta na matéria do Metrôpoles⁴⁷, o que se menciona é que o policial adentrou a sala de aula para fazer advertências indevidas, o que levou o PM a desautorizá-la. De acordo com a reportagem do G1⁴⁸, que traz a transcrição do áudio gravado do confronto, a Professora solicitou que o Policial saísse de sala, em que ele respondeu que a Professora não tem autoridade para mandar que ele saísse de sala.

15.3. A corporação se protege

A estudante Aurora, bem como o Professor Marcelo, tomaram conhecimento de casos de assédio de Policiais sobre estudantes, durante 2019: "o que fizeram para resolver isso, demitiram ele? Levaram ele? Não, só trocaram ele de turno, ele assediou uma menina da manhã, botaram ele para tarde. Foi isso que fizeram." Entre esse, e outros episódios, ocorre o que o Professor Marcelo avalia como a postura dos policiais de se protegerem entre si, perante fatos contraditórios, de embate de professor-policial e assédios de policiais para com estudantes. Apesar de não ter reportagens relacionadas a assédio de Policial com estudantes no CED 07, o CED 03 de Sobradinho teve casos que foram parar na mídia⁴⁹ do mesmo problema, em 2019.

15.4. Quando quase rolou um Big Brother CED 07

Em 2022, situações-problema continuaram a intercorrer na escola. A Professora Clara fala da alocação de câmera em sala de aula, que não chegaram a serem instaladas, em função da intervenção do Sindicato de Professores, após uma denúncia anônima. O Comandante

⁴⁷ METRÓPOLES. Discussão entre docente e PM em escola militarizada chega à CLDF. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/discussao-entre-docente-e-pm-em-escola-militarizada-chega-a-cldf>.

⁴⁸ DISTRITO FEDERAL, G1 - Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/11/12/professora-e-pm-batem-boca-na-frente-de-alunos-em-escola-militarizada-no-df-ouca-audio.ghtml>.

⁴⁹ DISTRITO FEDERAL, G1 - Globo. Sargento da PM é afastado após denúncias de assédio sexual contra estudantes em escola militarizada do DF. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/06/04/sargento-da-pm-e-afastado-apos-denuncias-de-assedio-o-sexual-contra-estudantes-em-escola-militarizada-do-df.ghtml>.

BRAZILIENSE, Correio. PMs acusados de assédio. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/06/05/interna_cidadesdf,760318/pms-acusados-de-assedio.shtml.

Disciplinar, referente a esse episódio, disse que instalaram as câmeras em sala de aula, após depredações que estariam ocorrendo, de cadeiras danificadas e paredes na sala de aula pichadas: “o Professor que deixa isso acontecer não tem amor pela educação”. Tendo o SINPRO sido acionado, as câmeras foram retiradas, em que comentou que, caso estivesse presente, não teria deixado que fossem desinstaladas.

15.5. “Uma situação meio Geisy Arruda”

No início do ano, ocorreu uma situação que resultou na saída de um Professor, em defesa de uma estudante. A Professora Clara destaca como, sendo o retorno da pandemia, o convívio entre estudantes ainda estava em um clima hostil, com agressividade, ocorrências de bullying, casos de racismo e dificuldade de boa convivência em sala de aula. Durante o intervalo, começou-se a espalhar um boato de que uma estudante estaria se relacionando com um menino dentro do banheiro e um vídeo teria sido gravado. Ao fim do intervalo, o vídeo teria se espalhado pela escola e chegado ao conhecimento da Gestão Escolar. Ao escutar sobre o boato, a Professora Clara orientou que o caso não fosse comentado, já que se trataria de um boato, e com ressalva para que o peso da questão não fosse jogado para a estudante. A Direção Pedagógica e Disciplinar foram à sala do estudante procurá-lo para que os levassem à sala da estudante. Ao chegar na sala, o Comandante Disciplinar indicou ao estudante, "você vai apontar quem é".

O Professor presente na sala discordou da ação do Comandante Disciplinar, na forma que a estudante estava sendo exposta. Ambos os estudantes foram direcionados à sala do Comandante Disciplinar, ao coro de gritos e vaias: "se a menina já estava sendo ridicularizada, quando um Policial chega e tira a menina na frente de todo mundo, para todo mundo ver, logo após o intervalo, é um prato cheio pra essa situação." Foi apurado que não havia vídeo gravado e que se cogitava que se tratava de um esquema que os meninos estariam levando as meninas ao banheiro para ficarem mal faladas. A estudante foi expulsa.

A Professora Luna, que descreveu o caso como “uma situação meio Geisy Arruda”⁵⁰, relembra o desenrolar da situação na reunião de Coordenação seguinte ao ocorrido, o caso foi discutido, com a presença do Capitão, em que se foi estabelecido ao Professor envolvido que "você faz o seu e deixa que eu faço o meu (...), eu não me meto no trabalho de vocês, então, vocês também não se metam". O Professor saiu da escola.

⁵⁰ UOL. Há 13 anos Geisy Arruda era retirada por policiais da faculdade; relembre o caso. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/o-viral/2022/03/14954202-ha-13-anos-geisy-arruda-era-retirada-por-policiais-da-faculdade-relembre-o-caso.html>.

"Só sei que depois tudo isso foi deixado de lado, nada mais se falou sobre machismo na escola e assédio de meninas, jamais. O que foi falado é como esse Professor ousou desafiar os policiais. E aí meio que tentaram dizer 'opa, nessa seara aqui vocês não entram, isso é disciplinar, isso é nosso.'"
Professora Clara (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)

Perguntei-a se a separação de atuação sobre o que é disciplinar e o que é pedagógico, em pauta na reunião de Coordenação, foi por parte do Disciplinar ou da Direção, "é praticamente a mesma coisa, o discurso deles é um só, essa é que é a verdade, e a Direção tá sempre realmente promovendo o discurso deles."

15.6. “Eu que tô errado”

A Professora Luna recapitulou um momento que estava em sala de aula e um estudante que estava atrasado chegou com a orelha sangrando e inchada. O procedimento conduzido pelo Disciplinar de estudantes atrasados é de enfileiramento, aguardando o início do próximo horário, enquanto é feita uma revista de cabelo e vestimenta. O estudante estava com um brinco, nessa situação, o Policial responsável: " chegou no menino, ele só fez assim, era uma bolinha, ele fez isso [puxando para baixo]. A Professora orientou ao estudante que a atitude não era correta e que o Policial não poderia machucá-lo, escutando a seguinte resposta do estudante: "ah, Professora, eu vou fazer o quê? A escola vai falar que eu tô errado. Eu não vou falar nada não."

15.7. Até que se prove o contrário

A Professora Clara chegou a ser procurada por uma estudante por estar sendo perseguida por uma Policial na escola, que chegou a ligar para o pai da estudante dizendo que ela havia levado muitas advertências, que professores reclamavam dela e chamando o pai para conversar. A estudante era uma excelente aluna e estava com medo do que poderia acontecer, por essa razão, recorreu à Professora para orientação. Conseguiram articular o acompanhamento de uma pessoa Bacharel em Direito para acompanhamento e foi averiguado que a perseguição à estudante pela Policial era de cunho racial.

15.8. Detenção

Outra ocorrência foi de um estudante que teve um desentendimento com um Policial na saída da escola e acabou sendo perseguido por ele até o metrô, junto a um amigo, onde os dois foram levados à Delegacia da Criança e do Adolescente, permanecendo detidos até a noite. A família procurava pelos estudantes, sem ter sido avisada da detenção, tomando conhecimento do encaminhamento posteriormente. Em vista disso, trago a fala da Professora Clara, de que “a postura da escola é de nunca abrir o jogo, nunca, a gente ficava sabendo desses casos através de outros estudantes, né? Que vinham, comentavam, falava uma coisa e falava outra”.

15.9. Período Eleitoral

Com o advento das eleições, a escola contou com a visita de Candidatos(as) que fizeram propaganda eleitoral antecipada. Isso gerou uma comoção entre Professores para questionar a Direção, conjuntamente, em que foi respondido que essas ações eram de iniciativa e solicitação de estudantes. Não houve apuração do ocorrido e as visitas continuaram a acontecer, principalmente de Candidatos(as) favoráveis à militarização, que destinavam verbas à escola, conforme relatado em entrevista.

Ainda nesse âmbito, de período eleitoral, outro acontecimento foi de uma reunião com pais e responsáveis que ocorreu por iniciativa da Gestão Escolar, sem a presença de professores, que foram convidados a realizar uma atividade de café da manhã no momento de reunião. Lá, o que se conversou foi sobre a importância da comunidade demonstrar apoio à Gestão Compartilhada, posto que haveria uma resistência entre professores, por não saberem o que é hierarquia e que não a respeitam. Alicerçado nisso, houve relato de que o tom da conversa era de, caso o Ibaneis não ganhasse, acabaria a militarização e a escola voltaria a ser terra sem dono. A comunidade, por seu turno, estendeu uma faixa na escola com os dizeres "apoiamos a militarização".

15.10. “Quê spray?”

Um dos grandes acontecimentos que estive como lenda urbana até sua confirmação gradual ao longo do tempo, foi do Caso do Spray de Pimenta. A situação foi de um Policial, na tentativa de dispersar estudantes na hora da saída, fez uso do spray de pimenta contra os estudantes no portão da escola, "mas é como se não tivesse acontecido, isso foi falado, uma

mãe foi lá, mas eles conseguem dar algum jeito de convencer a própria comunidade, ou, eu não sei o que que aconteceu nesse caso, que desmentiram." O estudante Levi lembra que estavam na frente da escola e algumas pessoas começaram a tossir muito e começou a sentir um cheiro muito ruim. O estudante Nicolas foi uma das vítimas da atuação policial:

"(...) eu não sei o que que rolou, inclusive foi comigo até, eu não sei o que que... eu tava saindo na hora e literalmente um sargento pegou o spray de pimenta e fez assim na minha cara. E aí isso me deixou muito indignado. Eu comecei a passar mal, eu vomitei e aí, minha garganta ardendo porque foi mesmo na minha cabeça. E aí fiquei revoltado e querendo ou não quando você taca spray de pimenta isso pega em você, pega em todo ali. Muita gente começou a passar mal, e aí a galera se juntou, veio aqui, conversou com a diretora e não deu em nada."

Estudante Nicolas

Levi esperou a multidão se dispersar e foi procurar saber se havia tido alguma briga e escutou de um colega que estava do lado quando o Policial jogou o spray, que estava tossindo muito e não sabia o porquê, ao lado de um outro estudante que estava tossindo ao chão, sem conseguir respirar direito. Os(as) estudantes se juntaram diante disso e foram à Regional de Ensino de Ceilândia denunciar a agressão, em que foi feita uma ATA e orientados a procurarem a Direção da escola. Ao buscarem a Direção Pedagógica para apoio e orientação, contando o que tinha acontecido: "teve um policial que jogou spray de pimenta do nada e o **** tá passando mal, a gente queria saber o porquê que isso aconteceu". A resposta da Diretora, de acordo com o relatado: "quê spray?". Continuou-se a insistir que havia estudantes do lado de fora da escola sentindo-se mal, vermelhos, ao passo que escutaram da Diretora Pedagógica: "não, você tá mentindo". Outros argumentos foram dados aos(as) estudantes, de que o spray de pimenta era um spray caseiro de algum estudante, "não tem como (...) a gente sabe como é difícil um caseiro, não ia fazer aquele efeito que fez ali na hora, ter pegado em todo mundo, o negócio espalhou num nível muito grande." O desfecho, que não tiveram confirmação, foi de dedução que, a partir de observação, após a ida à Regional, os policiais não podem mais portar spray de pimenta no fardamento na escola.

16. Entre Disciplinar e Pedagógico

A separação da Gestão Escolar em Gestão Pedagógica e Gestão Disciplinar(-Cidadã), na Portaria do Projeto, coloca, conforme previsto pelo artigo 7º, as gestões em paridade hierárquica, e que as decisões de cada gestão não estão condicionadas à aprovação da outra, devendo ser levadas a conhecimento mútuo. Ao criar-se uma separação da Gestão Escolar, o Projeto de Gestão Compartilhada fere os princípios da Gestão Democrática das escolas públicas, como aponta Santos (2021a), uma vez que a comunidade passa a não participar mais do processo de escolha da Direção Disciplinar. Para mais, mesmo que a Portaria a gestão administrativa e pedagógica de responsabilidade da Gestão Pedagógica, a função disciplinar criada separadamente para cumprimento pela Polícia Militar, no caso do CED 07, não se efetiva sem o uso pedagógico pelos(as) “educadores da ordem”, na aplicação de medidas disciplinares, penalidades e faltas.

Foi curioso entender que, fora a aplicação disciplinar sobre estudantes, pela Gestão Disciplinar, há também o controle exercido pela Gestão Pedagógica, não só com estudantes mas com Professores. Os mecanismos de vigilância e controle apareceram, desse modo, durante as entrevistas em sutilezas, não tão discretas, tanto para estudantes como para Professores. No primeiro semestre de 2022, a título de exemplo, foi feita uma oficina de controle de sala em que foram chamados somente Professores Temporários e um Professor Efetivo que estava em estágio probatório. Nessa oficina, o Professor Tomás observou como existiu uma pressão para que determinados comportamentos fossem adotados por Professores, sob pena de punição administrativa.

Um caso que pude presenciar em campo, de um Professor que acionou o Disciplinar devido a um problema com um estudante em sala de aula. O Professor relatou, durante o horário de intervalo, junto a outros(as) Professores, que estava dando aula e um estudante pediu a palavra, dizendo “Professor, você sabe que se o Lula for eleito, você vai ter que trabalhar no sábado e domingo, né? Ó [rindo e gesticulando ‘se fudeu’]”. O Professor aproximou-se do estudante e o repreendeu, indo ao Disciplinar acompanhado da Supervisora. Contou a situação ao Comandante, registraram o ocorrido e informaram ao estudante que o ato realizado poderia ser enquadrado como injúria e, por ter 18 anos, ele já poderia ser transferido para o EJA. O estudante ganhou 1 dia de suspensão. Ao fim da história, comentei com os(as) Professores presentes que o Pedagógico realmente não lida mais com nenhuma “questão disciplinar”, em que eles(as) concordaram com veemência.

O Regulamento Disciplinar, conforme levantamento realizado pela Catarina Santos (2021b), prevê que as medidas disciplinares são penalidades de caráter educativo, com o objetivo de preservação da disciplina escolar, da moral e dos bons costumes. As faltas disciplinares, portanto, são niveladas em leves, médias e graves, através de advertência oral, escrita, suspensão de sala de aula, ações educativas e transferência educativa. Contabilizando, o adjetivo educativo(a) foi empregado três vezes para qualificar as funções disciplinares previstas em Regulamento. Tendo isso em mente, será possível ler os casos abaixo com a concepção de que a separação pedagógico-disciplinar talvez não seja restrita.

Quanto a possíveis interferências sobre o conteúdo pedagógico ministrado em sala, o Professor Tomás entende que sempre teve garantida a autonomia de execução do planejamento didático-pedagógico, assim como a Professora Clara, não obstante, avalia que não seria impossível haver interferência sobre o trabalho pedagógico, crendo que isso não pôde ser feito em alguma medida por ainda não terem saído do estágio inicial de implementação do Projeto. Vejamos, agora, como ocorre na prática, a separação pedagógico-disciplinar.

O trabalho desenvolvido pelo SOE abarca todas as questões que influenciam no processo de ensino-aprendizagem, como, pelos exemplos dados pela Orientadora Educacional, de acolhida de estudantes adoecidos mentalmente, na orientação de estudos e atendimento das famílias: "mesmo quando eu chamo uma família por conta de um adoecimento, o foco do atendimento é como esse adoecimento vai interferir no cognitivo e no rendimento acadêmico do estudante." Nesse sentido, os projetos desenvolvidos pelo SOE são para motivação do corpo estudantil, melhora da qualidade de vida e integração social na escola.

A presença de uma Gestão Disciplinar, para a Orientadora, colabora em sua função, como nos casos de estudantes em situação de negligência, abuso e/ou violência, que necessitam de assistência, em suas palavras, de outros órgãos:

"(...) por exemplo, eu recebo uma aluna que foi vítima de abuso, foi dentro de 72 horas ou o agressor reside na casa dela, a própria gestão compartilhada me permite que uma viatura leve eu e ela até a Delegacia, que eu possa acompanhar ela, vai um monitor também da Polícia, existe essa parte também da gente ter essa assistência, porque se eu não tivesse eles eu teria que ou levar no meu carro próprio, ou eu teria que solicitar uma viatura do Batalhão Escolar, o que é bem concorrido porque eles atendem muitas escolas, ou eu teria que depender do Conselho Tutelar, como eu já tive que depender, e fiquei na mão, né? E a estudante acabou voltando para o ambiente de agressão (...) então eles

estarem aqui, garantem que eu consiga fazer essa assistência de uma forma mais, mais assertiva, né? Eu tenho uma garantia maior de fazer isso."
Orientadora Educacional Vivian

Ao conseguir ter uma "garantia maior" de prestar a assistência que cabe ao Serviço de Orientação Educacional, percorre as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar de suporte de outros mecanismos institucionais de atendimento à criança e ao adolescente.

Na percepção do Professor Francisco, a Direção Pedagógica pode ter visto a Gestão Compartilhada, também, como uma forma de estarem dedicadas exclusivamente a questões pedagógicas: "essas ilusões ou representações a respeito do que poderia ser a militarização, agora nós vamos cuidar do pedagógico (...) elas imaginavam que poderiam estar compartilhando a direção da escola, né, com os militares." Algo que a Professora Clara também nota entre Professores, que a PM ajudaria na educação e no trabalho docente ao tirar uma sobrecarga da categoria, sendo o fator medo, um contribuinte a mais nessa equação, tanto para uma defesa da segurança como nos modos de controle crítica à Gestão, que não é vista com bons olhos.

Para estudantes, como se aplica essa separação pedagógico-disciplinar? A impressão de Levi é de que "ninguém sabe de nada" e, que entre Disciplinar e Pedagógico, parece que são órgãos que trabalham individualmente, não tem uma homogeneidade:

“A meu ver, parece que a escola não é uma engrenagem. Tipo assim, não é várias engrenagens girando para uma coisa só, parece que são várias assim e só uma meio que escolhe e ninguém fica sabendo (...). Ninguém sabe como vai funcionar, porque não tem diálogo, eu acho que é um dos maiores problemas disso tudo."
Levi, estudante.

Quanto a isso, traz o exemplo sobre a aplicação das penalizações, em que, antes, a advertência era com aplicada pela Secretaria Escolar, "e agora quem é que vai dar advertência? Policial ou Professor? É o Policial", na linha de produção de sentar-se no banco em frente à sala do Disciplinar, esperar sua vez de ser chamado(a), entrar e tomar a sanção. E o ciclo se repete. De forma que, desde a implementação do Projeto, o Professor Marcelo traçou como os Policiais acabaram por banalizar as advertências.

As advertências não eram mais levadas a sério por estudantes, chegando ao ponto que pais e responsáveis não ligavam quando seus filhos chegavam em casa com mais uma. Como as advertências eram aplicadas a esmo, nem o próprio Disciplinar conseguia ter o controle,

dado que, três advertências gerariam uma suspensão. Fora que, as advertências não eram exclusividade de "alunos-problema", conforme lembra Marcelo.

Isso gerou um problema para Professores, caso necessitassem de aplicar alguma advertência por indisciplina grave, o mecanismo já não surtia efeito como nenhum(a) estudante a levava a sério. Levando o Professor Marcelo a classificar a consequência da banalização da advertência como exemplo de formas que questões disciplinares impactam na parte pedagógica. Para ele, uma instituição que faliu.

Em 2019, o Professor Marcelo gostaria que o Disciplinar participasse das reuniões de Coordenação, para que estivessem a par do que acontece no âmbito pedagógico da escola, além de ser uma forma de Professores levarem suas demandas no que tange a esfera disciplinar. O que acontecia era de uma Gestão Disciplinar sem contato com Professores e que "não prestava contas". Marcelo deu destaque ao caso dos estudantes imobilizados na Formação, que o Disciplinar não se manifestou perante Professores, quem realizou uma conversa a respeito foi a Diretora Pedagógica, no dia seguinte. Evidencia como não havia nem os mecanismos da Polícia de demonstração de resultados, somente em manifestações públicas, com afirmações de que a escola melhorou o desempenho, sem provas ou dados, não tendo qualquer mecanismo de avaliação institucional.

Na lógica disciplinar de que a ordem deve ser estabelecida, a vez em que estudantes que chegavam atrasados, mencionada por Nicolas e as Professores Clara e Luna, tiveram que esperar até o horário de intervalo (a entrada é às 7h e o intervalo às 9h30) na frente da escola, aplicada como uma "medida pedagógica" para que não ocorressem mais atrasos, é um bom exemplo de qual o limite do que é disciplinar e qual a sua efetividade. Haveria, realmente, algo que é estritamente disciplinar? Concordo, nesse ponto, com a fala da Orientadora Educacional de que "tudo tem um objetivo pedagógico". Agindo como "educadores da ordem", autores como Francisco (2020) e Júnior (202-) que abordam a Gestão Compartilhada na perspectiva de projetos como esse trazerem benesses à educação, a figura do monitor disciplinar é reiteradamente colocada e defendida como um educador, envolvidos nas práticas educacionais presentes na escola. Além disso, o monitor disciplinar, para esses autores, é ainda preterido e desvalorizado no seu exercer que veem como não só disciplinar, mas pedagógica.

Outra demanda pedagógica que foi preterida pelo disciplinar, era a da solicitação de Professores da Sala Ambiente, que é uma sala designada a cada Professor(a) para a realização de aulas, ao invés de sala por turmas. De início, a Gestão Pedagógica solicitou que as coisas se acalmassem com a implementação, para depois considerar a organização, porém, a Direção

informou que a Sala Ambiente não poderia ocorrer porque haveria uma desorganização nos corredores de trânsito de estudantes, que impactaria no trabalho disciplinar. Quando entrei em campo, em agosto de 2022, o assunto das Salas Ambientais foi mencionado a mim pela Diretora Pedagógica, pela Supervisora e pela Orientadora Educacional, em momentos distintos, como uma reivindicação do corpo de Professores que não poderia ser atendida, uma vez que, causaria problemas de disciplina e ordem. Na finalização do campo, em novembro, as Salas Ambientais haviam sido implantadas.

Em 2022, há uma cobrança sobre Professores sobre o controle de estudantes, conforme narrado pela Professora Luna, em situações de estudantes que saem antes do sinal da aula, ou algum(a) estudante vai ao banheiro e não volta para a sala, "a gente briga por isso nas Coordenações, 'cadê os monitores?'. A gente não tem muita voz com a equipe Disciplinar (...) mas a gente fala e é aquilo, quem já falou, fica queimado." A falta da presença dos Policiais que deveriam ficar nos corredores faz com que os(as) Professores(as) tenham que desempenhar essa função, que, com a Gestão Compartilhada, não seria mais do corpo docente. Do início de 2022 ao desenvolver do ano, a Professora Luna expõe a diferença da (não) presença do Disciplinar na escola, que, para o final do ano, concentrava-se na sala do Disciplinar. De fato, desde minhas primeiras idas à escola, foram poucas as vezes que presenciei Policiais nos corredores.

Faço uma breve observação do poder disciplinar, para Foucault (2009), que se articula através de métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, podendo, ou não, resultar num corpo dócil, disciplinado e obediente. No CED 07, parece que o Disciplinar, ao tentar agir sob o poder disciplinar que poderia ser produzido na articulação de métodos de controle, como os previstos no Regulamento Disciplinar, de medidas disciplinares-educativas, não foi eficaz em sua função. É o que Viaro (2022) classifica como um cruzamento híbrido presente na escola militarizada, dentro dos parâmetros foucaultianos, das técnicas disciplinares executadas.

A separação disciplinar-pedagógico não permite que haja uma conexão direta entre as atividades desempenhadas por cada parte e que, principalmente para Professores, implica no impacto da organização do trabalho pedagógico em si. Estando o Disciplinar como exclusivamente responsável pelo controle e organização das advertências dadas a cada estudante, o corpo docente não tem acesso a esse controle das penalizações dos(as) estudantes. Como foi na vez que a Professora Luna foi procurada por pais de um estudante que estava infrequente, com a mãe solicitando que gostaria de saber se o filho estava suspenso ou expulso e nem estava sabendo, "só que a gente também não tá sabendo porque

não é mais junto, é lá." A Professora redirecionou os responsáveis ao Disciplinar, acompanhando-os, para que pudessem saber da situação do estudante que, ao serem atendidos, o Disciplinar conversou diretamente com os pais.

Para a Professora Clara, a separação disciplinar-pedagógico pode ser tênue, ao perceber que a Gestão Pedagógica tem apreço pelo autoritarismo na imposição da ordem. Foi o caso da Policial Militar que tinha uma postura rígida com estudantes, com relatos de posturas agressivas no ambiente escolar, que era considerada pelo Pedagógico como parte vital do controle da disciplina escolar, contudo, saiu da escola, com o agradecimento da Gestão pelo seu serviço. É o que Clara considera que há um maior reconhecimento da atuação da PM do que o trabalho cotidiano docente, sendo a Polícia colocada num lugar de "guardiões da educação". A impressão do Professor Marcelo, que corrobora, em certo nível, essa lógica, é que alguns Policiais pareciam ter vontade de ser Professor, só que acabaram optando pelo o concurso errado.

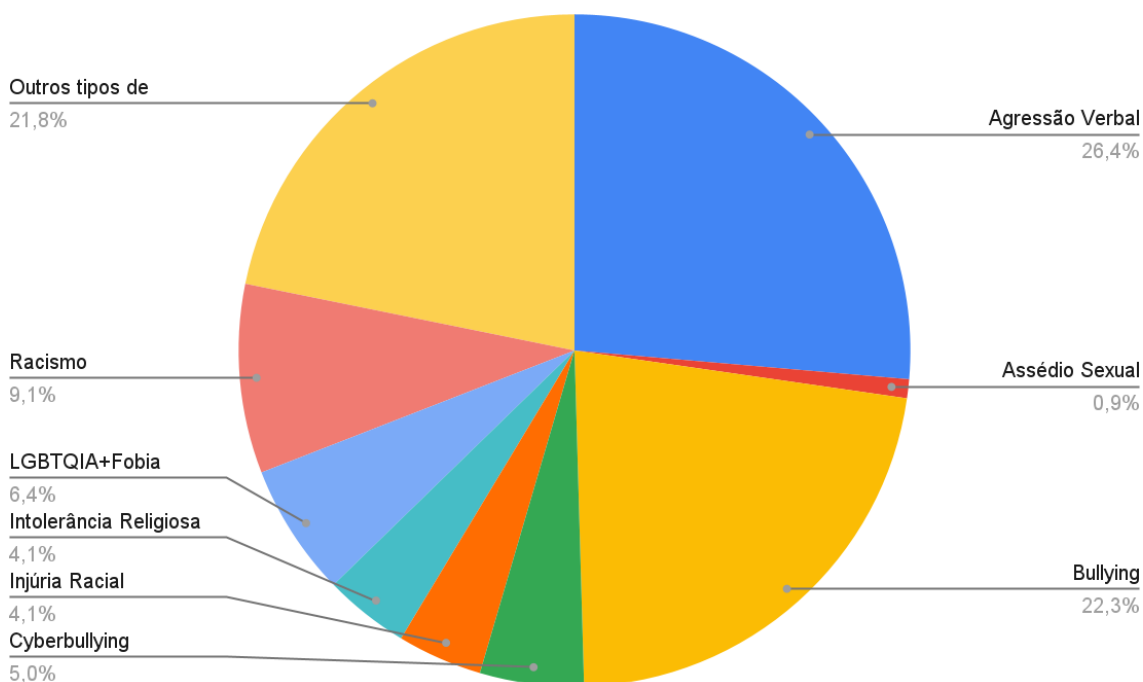
PARTE 5

17. Sobre os(as) Estudantes

Na qualidade de “público-alvo” da execução do Projeto, os(as) estudantes do CED 07, que eram definidos como “bandidos” e “marginais”, passaram a ser “apáticos”, “desinteressados” e, particularmente, “indisciplinados”. Essas novas classificações são perceptíveis nos documentos do Projeto Político Pedagógico da Escola e nas entrevistas de Professores. Em uma ida à campo, pude presenciar o desabafo entre Professores, na Sala dos Professores, sobre os(as) estudantes: “de 2019 pra cá piorou de um jeito que não dá pra achar ponta mais. Antes eram 5 que não queriam e 30 que queriam. Agora são 30 que não querem, não se motivam”.

Contudo, como os(as) estudantes se percebem? Por meio das entrevistas, pude constatar a importância de fala às(aos) estudantes, que, muitas vezes, são preteridas(os), minando a potencialidade do protagonismo juvenil, relegando-as(os) a um local de passividade defronte do cotidiano escolar. Por esse ângulo, as respostas do Conselho de Classe Discente contribuíram nesse entendimento. Escolhi trazer o conteúdo que trata das múltiplas mediações que experienciam na escola, a partir das situações que observam em turma, convivência e dificuldades. Quis começar pelas situações observadas na turma por ser onde, na escola, estão inseridos(as) e organizados(as) na maior parte do tempo.

Gráfico 1: Tipos de situações observadas na turma

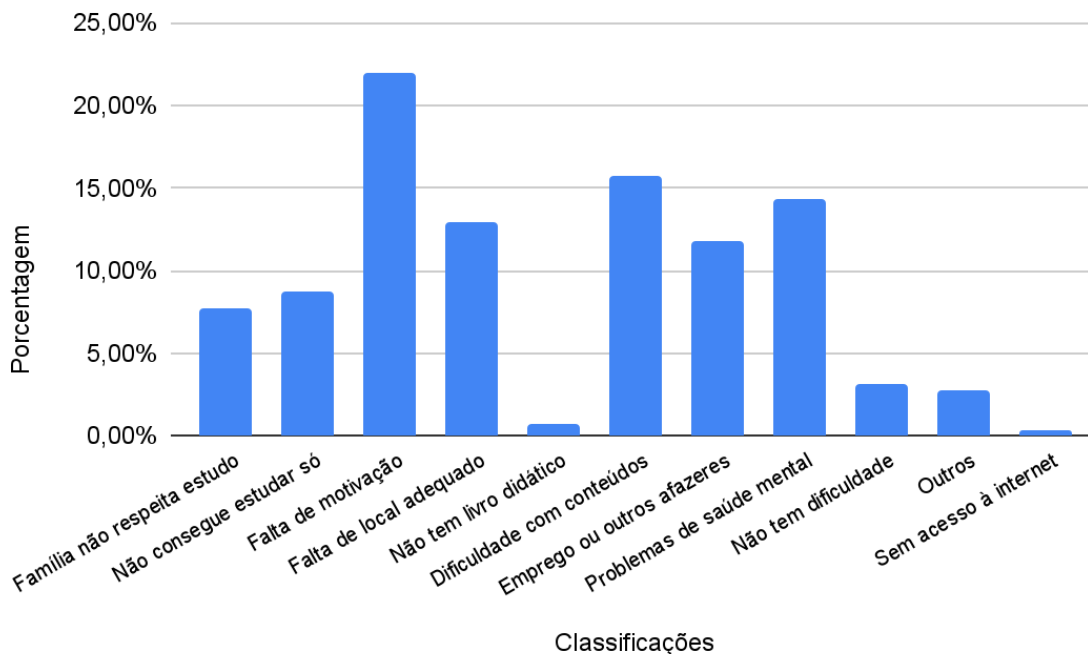


FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

As respostas para os tipos de situações observadas na turma, eram fechadas, com possibilidade de múltipla marcação, ou seja, a(o) estudante teve a possibilidade de marcar mais de uma situação observada em turma. Agressão verbal foi a situação mais sinalizada entre todas as turmas do Ensino Médio, com bullying, consecutivamente (caso as categorias bullying e cyberbullying fossem compiladas, estariam em primeiro lugar de situações observadas). Seguida por “outros tipos de violência”, a questão não tinha espaço para comentários complementares quanto ao que poderia se referir a outros tipos de violência que estão nas turmas. O racismo, ainda que com distância percentual considerável das demais situações observadas, está na 4ª posição. O SOE escolheu categorizar racismo e injúria racial separadamente, provavelmente, seguindo a lógica jurídica de diferenciação dos conceitos, como injúria racial expressando-se na ofensa à honra da pessoa, baseada em discriminação por raça, cor, etnia, religião ou origem, e racismo no ataque à uma coletividade de pessoas de determinada raça (população negra, amarela ou indígena, por exemplo).

À vista disso, estudantes estão expostos diariamente a situações vexatórias e discriminatórias, partindo de colegas, que podem implicar uma série de consequências para ser e estar no ambiente escolar.

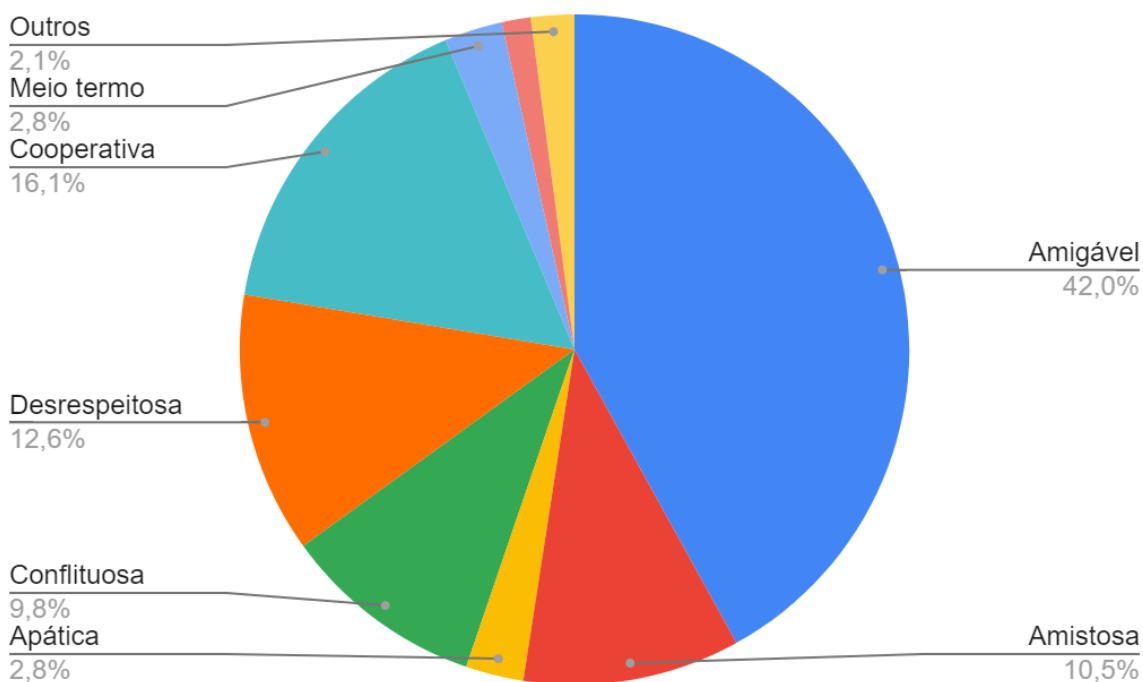
Gráfico 2: Qual a maior dificuldade estudando em casa



FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

Depreendendo que a situação social e econômica do(a) estudante tem impacto sobre sua vida escolar, cabe analisar os dados das dificuldades que encontram em casa. As categorias de respostas são de: Família não respeita o momento de estudo; Não consegue estudar sozinho(a); Falta de motivação; Falta de local adequado; Não tem livro didático; Dificuldade com os conteúdos; Emprego ou outros afazeres; Problemas de saúde emocional; Não tem dificuldade; Outros; e, Sem acesso à internet. A questão permitia múltipla marcação, de forma que, a pessoa respondente pôde selecionar mais de uma dificuldade que enfrenta em casa. A maior dificuldade expressada foi de falta de motivação, com 21,9% de incidência. Sendo assim, o problema relatado por Professores - e pela Gestão Pedagógica, como um todo -, é perceptível entre os(as) próprios(as) estudantes. A dificuldade com os conteúdos (15%) e problemas de saúde emocional (14%), seguem na liderança das dificuldades enfrentadas, junto à falta de local adequado (12%) e emprego ou outros afazeres (11%).

Gráfico 3: Como é a convivência em turma



FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

A convivência em turma é considerada boa para a maioria dos(as) estudantes, considerando as expressões combinadas de amigável, amistosa e cooperativa, e ruim para 20% de respondentes, considerando a combinação de conflituosa e desrespeitosa. Entender essa percepção é importante, em contraste às situações observadas em turma, com incidências consideráveis de agressão verbal e bullying, no geral, a convivência se dá em bons termos. Situação essa que não é impossível, mesmo que aparentemente contraditória. Em campo, pude acompanhar três aulas, duas no 3º ano do Ensino Médio e uma no 1º ano. Nas aulas do 3º ano, presenciei turmas que estavam engajadas com a disciplina curricular, participativas e não apresentaram problemas de convivência entre estudantes. A aula observada no 1º ano, foi de uma turma um pouco mais dispersa, com maior incidência de conversa durante a aula e com o destaque de uma estudante que assistiu a aula sentada no chão, por não ter carteira.

Bom, é plausível entender, com os dados expostos, que parte dos(as) estudantes do Ensino Médio do CED 07, considerando que foram 142 respostas obtidas no Formulário do Conselho de Classe Discente, representando 10% do corpo discente total da escola, vivenciam um ambiente de sala de aula majoritariamente amigável, com presença de agressões verbais e bullying, tendo problemas de motivação e dificuldade com os estudos. Com este panorama, seguiremos para as situações observadas em turma que os(as) estudantes

respondentes gostariam que julgam necessário ter uma atenção pela escola, leia-se, Gestão Escolar.

Tabela 22: Relatar alguma situação para observação da escola

Relatar alguma situação para observação da escola	
Classificação	Quantidade
Sem relato	99
Problemas de convivência em sala (conversa excessiva, brincadeiras, desrespeito)	27
Bullying (2º e 3º ano)	2
Racismo (3º ano)	1
Transfobia (1º e 2º ano)	2
Problemas com saúde mental (3º ano)	1
Outros	10
Total	142

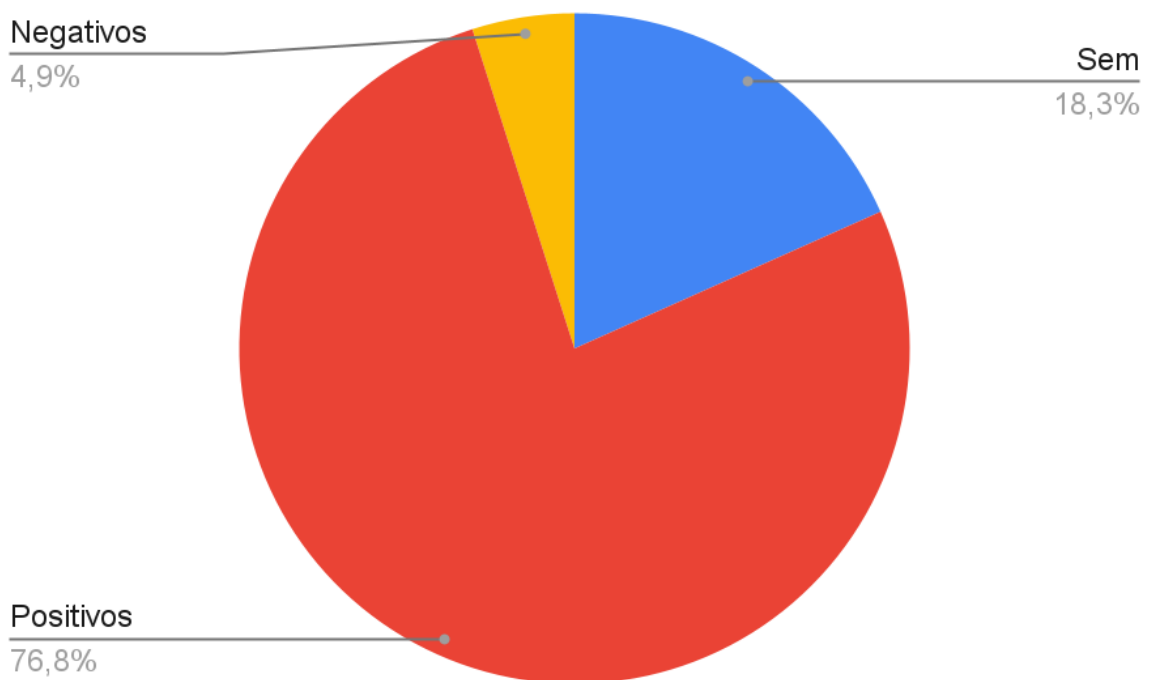
FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

As respostas para a questão de situações que gostariam de chamar atenção para a escola (Gestão Escolar), eram fechadas com possibilidade de múltipla marcação. Destaco que, apesar de bullying ter ficado com a segunda maior incidência de situações observadas em turma, ele é mencionado apenas duas vezes, uma no 2º ano e uma no 3º ano, ao serem perguntados(as) sobre as situações de destaque. Assim como racismo, que anteriormente aparece com terceira maior incidência - em seguida, injúria racial -, aqui, somente é relatada uma vez, por algum(a) estudante do 3º ano. A maioria de respondentes declara não ter relatos para observação da escola (69%), enquanto com 19%, a situação com maior expressão de relato, é de problemas de convivência em sala. No Formulário, essa questão possibilitava respostas abertas, com comentários adicionais da situação observada.

Dentre os relatos, destaco um do 2º ano, que conta ter procurado o Pedagógico e Disciplinar por estar sofrendo bullying na escola e não ter recebido apoio e/ou orientação: “Já procurei ajuda da direção pedagógica e da direção disciplinar e meu problema não foi solucionado. Problemas com bullying que não estão me fazendo bem”; e os relatos do 1º ano, um sobre problema com a Gestão Disciplinar: “A parte disciplinar, as vezes são muito grossos com os alunos”, e, uma denúncia de uso de droga na escola “Que os policiais fiquem mais de olho no que está acontecendo dentro do banheiro, sala de aula, porque está ocorrendo muita droga na escola”. Os 2 relatos de transfobia, um para o 1º ano e um para o 2º ano,

mencionam nominalmente estudantes que cometem transfobia, similarmente ao relato de racismo, do 3º ano, que cita nominalmente a(o) estudante que cometeu racismo para com um(a) colega de turma. Visto que não consegui me aprofundar sobre o retorno dos dados colhidos pelo Formulário do Conselho de Classe Discente, sob responsabilidade da Orientação Educacional, não foi possível confirmar se medidas foram tomadas frente aos relatos-denúncia tragos por estudantes.

Gráfico 4: Elogios à escola



FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

Ainda assim, os(as) estudantes respondentes, na questão que indica se gostariam de elogiar um setor, Professor ou Servidor da escola, a maioria dos elogios escritos foram positivos, conforme direcionado pela questão, com poucos relatos negativos, havendo maior mostra de sem relatos. Essa foi uma questão aberta do Formulário, permitindo comentários diretos dos(as) estudantes. Por isso, classifiquei-os em comentários positivos, negativos e sem comentários. Evidencio que, com exceção dos comentários reproduzidos na tabela abaixo, todos os outros elogiavam Professores e/ou comentários gerais sobre todos os funcionários da escola. Na tabela 23, trouxe os comentários referenciados que julguei interessantes para discussão.

Tabela 23: Elogios à Escola

Destaques de Elogios à Escola
Os policiais e monitores sempre se mostraram prestativos quando eu precisei de informações.
Os professores são legais, eu até gosto mais de conversar com os professores de história e filosofia dos primeiros anos, os policiais são muito de boa sempre dou bom dia para eles, os cozinheiros sempre dou bom dia também
Os professores sempre tratam bem a gente muito humilde alguns e os funcionários da limpeza sempre deixam tudo limpinho as salas e banheiro para a gente, funcionários da comida muito boa e os policiais sempre motivando para a gente fazer o nosso melhor
Sim. Primeiramente, eu gostaria de agradecer pela equipe de limpeza e aos cozinheiros da nossa escola. São eles que ajudam a manter a nossa escola limpa e fazem um lanche delicioso toda semana. Eu também gostaria de agradecer à direção por estarem sempre cuidando da gestão da nossa escola. Aos nossos queridos professores, muito obrigada também, graças a vocês poderemos ingressar na vida adulta como excelentes profissionais e pessoas cultas, sábias. Nossos queridos militares... vocês é quem cuidam tanto da segurança como da ordem da nossa escola. Desde que vocês entraram na nossa escola só vi melhoras. Todos sabem da fama ruim que o CCM-CED 07 tinha antes de vocês chegarem. Equipe do SOE. Sempre ajudando os alunos a superarem suas dificuldades e a focarem nos estudos. Vocês são maravilhosas! Amo de paixão! Vocês, assim como os demais servidores públicos da nossa escola, são mais que necessárias! E por último mas não menos importante, os bibliotecários. Sempre que eu vou à biblioteca, vocês são muito gentis e me ajudam a encontrar os livros que estou procurando, vocês são incríveis! A todos vocês muito obrigada, são excelentes profissionais, sem qualquer um de vocês a nossa escola não seria o que é hoje.
FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

Os quatro comentários, colocados na íntegra no texto, são os que mencionam especificamente a Gestão Disciplinar, trazendo para análise a perspectiva de estudantes que não pude entrevistar, que consideram a presença e atuação da PM na escola como benéficas. Para esses(as) estudantes, a Gestão Disciplinar é descrita como prestativa e importante para a manutenção da segurança e da ordem na escola. No quarto relato, podemos ver a perspectiva estudantil mencionada nas entrevistas da percepção sobre a “fama ruim do CED 07”. Sendo assim, cabe trazer as percepções de 3 estudantes, colhidas através de entrevistas qualitativas não estruturadas, que apresentam discordâncias com o Projeto de Gestão Compartilha. Através dessas entrevistas, foi relatada as percepções que têm sobre o corpo estudantil, sua relação com a Gestão Disciplinar e Pedagógica, assim como, o impacto de se ter uma Gestão Disciplinar no ambiente escolar. Em diálogo, trouxe também as percepções de Professores o corpo discente.

A estudante Aurora entende que as pessoas que são a favor, referindo-se ao corpo discente, misturam a perspectiva política, deixando-se guiar em suas decisões e na defesa de uma "segurança fantasma, que só dá uma ideia de proteção"; há quem seja imparcial; e, quem seja contra, mesmo com a saída, em 2019, "de uma galera que era diversa e contra isso",

ainda se fazem presentes na escola: "eu vejo que ainda tem grande parte da escola que é contra". O Professor Tomás tem a mesma percepção que Aurora, sobre os(as) estudantes, de um sentimento geral de uma demanda por maior expressividade, que a escola tenta de alguma forma canalizar. Ademais, pontua que há um embate constante no imaginário estudantil, de que a Gestão Compartilhada não ser uma coisa bem resolvida, que se faz presente nos aspectos simbólicos próprios da juventude, que são importantes na formação de identidade cultural: "então, o que eles estão na verdade debatendo é se tá valendo a pena, se o ganho é proporcional a essas limitações".

Por sua vez, a Professora Luna considera que há mais estudantes que apoiam o Projeto do que quem seja contra e, desses, "quase nenhum vai bater de frente". As reclamações, para ela, são feitas diretamente a Professores, em casos que ficam "40 minutos em pé lá porque a gente tava de brinco", ou que tiveram que esperar a mãe trazer uma camisa totalmente branca para poderem entrar na escola. A Professora Clara se surpreendeu com uma turma ao realizar um debate sobre a Gestão Compartilhada, ao esperar um posicionamento crítico por parte da turma. A turma trouxe o posicionamento de que a escola era violenta antes e, agora, tem segurança, sendo o incômodo maior com a questão das regras de vestimenta, e a Professora discordou, a partir de sua experiência em outras escolas da Ceilândia, que não tinha conhecimento de problemas com violência na escola no CED 07. Como a Professora Clara tem o costume de pedir uma avaliação da turma sobre as aulas, recebeu como devolutiva que não foram respeitados pela Professora. Perguntei-a, a partir disso, se é possível fazer esse tipo de construção de análise crítica sobre o Projeto e o contexto em que se insere:

"Acho que ter espaço tem, mas, assim é algo que eu acho que muitos Professores que estão ali ou concordam como eu falei, ou têm medo. Então acaba que não tem como ser pautado. Eu já conversei com alguns Professores que falaram assim, 'não, nem proponho o debate de sala de aula, porque não quero ter que lidar com isso', sabe? (...) mas acho que é possível pautar sim. Aí é que eu me pergunto também, até que ponto nós enquanto Professores também nos acovardamos, sabe? Por toda a estrutura mesmo, né? O medo da demissão. Mas como eu falei né? Se diz progressista ou é progressista, mas acaba apoiando a militarização."

Professora Clara (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)

O medo aparece similarmente perante estudantes, na perspectiva do estudante Levi sobre o posicionamento estudantil: "as pessoas não se sentiam muito à vontade, tinha bastante gente falando da gente se juntar, mas acabava que ninguém queria porque ou tinha medo ou

não sei dizer". O medo funciona como uma ferramenta muito efetiva de controle, como notou Levi, para proibições de, por exemplo, sentar na mesa, que não poderia ser feito, porém, continuou-se a sentar na mesa. Como o dispositivo da ameaça de punição a estudantes que sentavam na mesa não coibia o ato, o Disciplinar, com apoio do Pedagógico, passou a acionar o mecanismo de ameaça a Professores, que passaram a solicitar que não se sentasse na mesa, não por quê os(as) estudantes seriam punidos, "porque depois vem a reclamação pra mim e eu prefiro que todo mundo fique bem, ninguém reclame."

Sobre a relação entre estudantes e Policiais, o estudante Nicolas pontua que é mais sobre os Policiais perante estudantes. Cita como há Policiais que "são muito ignorantes, muito ignorantes mesmo", que foi o tratamento que recebeu do Comandante Disciplinar:

"Teve até uma vez que eu tava até sentado lá na mesa, nem sentado, era encostado assim e aí era o comandante, o comandante chegou já gritando comigo falando um monte de coisa e eu falei, 'custava você ter chegado "licença aluno, você sabe que isso aqui é errado"', porque assim, respeito pra mim é uma via de mão dupla, do mesmo jeito que ela vai ela tem que vir. E aí, eu fui contra isso."

Nicolas, estudante.

Sua mãe chegou a ir à escola para conversar com a Diretora Pedagógica, mas, nada foi resolvido, porque, para ele, "tem alguns alunos que eles realmente gostam de implicar". A estudante Aurora também traz problemas de atitudes impositivas do Disciplinar querendo trabalhar sob uma lógica militar: "eu sei que você é militar, mas eu não sou, então, assim, não tenta impor isso a mim. Eu sei que essa é a minha realidade mas a escola ainda é cívico-militar". Nicolas reconhece que há Policiais "mais tranquilos", assim como há estudantes que "gostam de afrontar os Comandantes", e Policiais, na categoria dos que gostam de implicar, que "gostam de afrontar os alunos com falas estereotipadas, homofóbicas e racistas". Nicolas deu o exemplo de casais LGBTQIAP+ na escola que recebem ameaças de suspensão ao demonstrar afeto, fora da escola, nos momentos de entrada e saída, enquanto casais heteronormativos não passam por isso.

No caso de Aurora, a instauração da militarização em 2019 teve um impacto na construção de identidade e no entendimento de si enquanto pessoa negra:

"Em 2018 eu ficava com o cabelo preso, eu tinha o cabelo grande e, tipo, era *black* né, arrumado assim e tal. Ele ficava preso porque eu não tinha um certo empoderamento sabe e em 2019 quando finalmente veio isso, quando eu comecei a aceitar meu cabelo, comecei a aceitar a minha pessoa, eu tive que mudar isso pela questão da escola, sabe? Foi um negócio que me afetou muito."

(...) e eu falei assim, agora que eu tô me aceitando, que eu tô gostando de mim, eu vou ter que mudar isso. E muitos outros alunos negros já falaram pra mim que chegavam neles e falavam em relação ao cabelo, 'o cabelo é muito chamativo, esse não é o padrão militar', entende? (...) foi cortada as minhas asas, entre asas, pra entrar no padrão."
Aurora, estudante

Em sua fala, Aurora comenta também que "não vou falar, 'ah não, é porque eu sou negra, mas, tipo, assim, não sei, né, vai saber?". A padronização dos corpos é expressa no relato da estudante, é também uma prática de sujeição criminal, de catalogação de "estudantes marginais", como já exposto anteriormente - no abandono da imagem de "Escola de Marginais". Ao Aurora perguntar-se, "o que é o padrão, né?!", é possível ver uma outra face dos mecanismos de perseguição (GONZALEZ, 1979). O comentário de Aurora se estende não só ao cabelo, como às roupas, que não entende por quê seguir esse padrão principalmente numa escola como o 07, que, quando entrou em 2018, era uma escola diversa e muito bonita de ver os(as) estudantes, "e sinceramente, é, mano, a escola da favela, né? Tem pessoas que usam o estilo das ruas aqui dentro e, tipo assim, tá tudo bem". É isso o que incomoda, a expressão da juventude periférica, cultural e socialmente.

Essas e outras situações colaboram para que o ambiente escolar se torne mais rígido, de acordo com Nicolas, porque os(as) estudantes, frente à reprimenda, revoltam-se, gerando outras repreensões. Junto a isso, as "regras bestas" também afetavam no desempenho escolar que, com o passar do ano e a flexibilização do regimento, Nicolas percebeu que o rendimento em sala de aula de seus colegas melhorou. Nessas relações intrincadas, de hierarquia, controle, disciplina e ordem, em especial, sobre os(as) estudantes, como bem elaborado por Viaro (2022), as tensões entre sujeição e resistência não são estáticas:

"Se entendemos que a constituição de sujeitos e subjetividades se dá no tensionamento entre sujeição e resistência, podemos evitar um determinismo estreito que diria que todo estudante inserido numa Ecim está fadado a ter seu corpo docilizado, sua conduta padronizada, suas diferenças homogeneizadas. Não se pode ser taxativo em afirmar a materialização de certos efeitos, pois isso significaria negligenciar as apropriações singulares que cada sujeito faz das relações e práticas educativas das quais participa, significaria ignorar as múltiplas possibilidades de resistência." (VIARO, 2022, p. 14)

Logo, os(as) estudantes não devem ser relegados à uma posição única de submissão à nova organização escolar, que pode ser percebida com os embates sobre o Grêmio Estudantil.

18. Grêmio Estudantil

A primeira vez que soube um pouco mais sobre o Grêmio foi durante a entrevista com o Professor Tomás, ao perguntá-lo se havia algum posicionamento contrário à Gestão Compartilhada, por parte dos(as) estudantes, em que me respondeu que estava tendo naquele momento com a formação de chapas para eleição do Grêmio Estudantil. Segundo o relatado, o Grêmio estava desativado por causa da pandemia e estaria sendo reativado naquele segundo semestre de 2022. Havia duas chapas, "uma delas abertamente favorável à Gestão Compartilhada", e outra "completamente nessa questão de mais liberdade, em oposição, querendo flexibilização das regras", então, "as duas chapas do Grêmio, na verdade, vão materializar esses diferentes sentimentos e percepções a respeito desse modelo".

A partir disso, o nó foi se complexificando. Nesse momento, o Grêmio, conforme entendi, estaria sem representantes, aguardando a eleição das chapas para dar início às suas atividades. Em seguida, realizei a entrevista com a Orientadora Educacional, aproveitando para perguntá-la como estavam as movimentações do Grêmio. A Orientadora Vivian, em entrevista, disse não ter conseguido fazer a reunião com as chapas do Grêmio, para que, assim, o processo de eleição pudesse ser iniciado, por estar sozinha no SOE (a outra Orientadora estava afastada de licença à época). Reiterou que existe esse movimento estudantil, só que a eleição ainda não tinha se concretizado naquele ano. Sobre a formação do Grêmio, comentou:

"Eles se interessam muito por esse protagonismo, eles têm a vontade, mas eles precisam ser orientados, **ser assistencializados**, tipo, olha isso aqui não dá, se você fizer isso aqui você pode correr nesse, nesse e nesse prejuízo. Ai eles refletem eles mesmos, porque esse é o movimento, não é eu podar. Não é o menino falar assim, eu quero fazer tal coisa, deixa eu te falar, se você fizer isso, pode dar muito certo, mas você já pensou que pode dar isso isso isso isso errado e se isso dá errado, como que você vai resolver? Então assim a gente tem que estimular a reflexão, podar não adianta."

Orientadora Educacional Vivian

Sua resposta me intrigou, porque restringi minha pergunta a comentar que tomei conhecimento que o Grêmio estava suspenso e as movimentações para formação estariam sendo retomadas, e ela foi bem enfática de que supostamente estaria ocorrendo um direcionamento específico do que poderia ser realizado, no âmbito do Grêmio, para as chapas, ao "estimular a reflexão". Ao fim da entrevista, perguntei-lhe se poderia acompanhar o debate, que deveria ocorrer na sexta-feira próxima, ou, na semana seguinte, entre as chapas,

em que ela me respondeu positivamente, pegando meu telefone para confirmação do dia e horário. A confirmação não veio e, ao entrar em contato, me foi informado que não teria sido possível ainda marcar o debate, para início do processo eleitoral, por não haver sala nem horário disponível para as atividades, porque "os Professores estão com muitas atividades, então, não estão conseguindo liberar os meninos pra gente sentar e conversar". Minha insistência se estendeu por mais algumas idas à campo, perguntando-a como estava o andamento, recebendo sempre a mesma resposta. Junto a isso, ao final da entrevista solicitei-a se poderia me apresentar o espaço da escola que, até então, não conhecia por completo. Assim, também pude passar pela sala identificada como Sala do Grêmio, que estava sendo utilizada parcialmente como depósito e foi alocada a um funcionário da escola.

Como não havia, até então, tido contato com algum(a) estudante, não consegui confirmar se, de fato, os debates não tinham ocorrido entre as chapas, ou se ocorreram e minha observação foi vetada. Nesse meio tempo, fui realizando outras entrevistas, chegando à entrevista com a Professora Clara, que me narrou um acontecimento que me fez voltar à estaca zero, em termos de entendimento/acompanhamento do processo de formação do Grêmio. Em uma das semanas anteriores à entrevista com a Professora, ocorreu uma entrega de um prêmio relacionado ao Disciplinar, contando com a presença de visitas externas na escola, com isso:

"(...) passou o Grêmio com uma estudante que se dizia ser enviada pelos Policiais, né? E ela com discurso assim, 'não porque esses Tenentes' sei lá, quem estão aí, 'e eles vão passar de sala em sala, então vocês tem que tirar brinco, vocês têm que tirar piercing', e aí ela já começou a engrossar, 'e se vocês não tirarem, eu vou falar para vocês irem levar advertência no Disciplinar'. Como assim uma estudante falando isso, que vai dar advertência para outros estudantes? Fiquei olhando aquilo, e aí o estudante do Grêmio veio, 'Professora, você pode colocar as cadeiras em fileira?', e tava em círculo, né, porque eu tava fazendo uma dinâmica e eu falei, 'não', tipo 'a sala de aula, na boa, eu escolho como vai ser a dinâmica, e tá em círculo e vai continuar em círculo'".

Professora Clara

A entrada em sala para o recado foi feita em várias turmas, então, outros(as) Professores passaram pela mesma situação, levando-os(as) a perguntar à Gestão do que se tratava. O que foi respondido, segundo a Professora Clara, é que "a menina é doida, que não teve nada daquilo e que ela jamais foi enviada por ninguém do Disciplinar". Desse episódio, a Professora chegou à conclusão de que, mais uma vez, poderiam estar desmentindo algo que estava previsto inicialmente, que acabou gerando um efeito negativo, porque os(as) estudantes também se incomodaram. Trago esse caso por ter sido ele o responsável por me

confirmar que já havia (alg)um Grêmio atuante, mesmo sem ter ocorrido as novas eleições das chapas formadas. Caso a pessoa leitora esteja confusa, convido-a a fazer um exercício de imaginação sociológica de pôr-se no meu lugar, ainda no desenvolver da pesquisa, tentando entender o que realmente ocorria, e se, as informações que me foram passadas eram verdadeiras, um singelo "imagina eu".

Nisso, perguntei à Professora se o Grêmio havia ficado ativo, e, até onde ela sabia, "parece que eles foram mais ativos no processo da implementação da Gestão [Compartilhada], em 2019, que se alinharam e depois meio que ficou morno. Agora, como vai ter eleição, tão voltando mas é um Grêmio pró-direção". De fato, tendo a última eleição para a Direção Escolar ocorrido em 2019, a previsão para novas eleições era para 2022, momento que, algumas escolas aproveitariam para também realizar as eleições de chapa do Grêmio, de acordo com o que me foi informado pela Diretora Pedagógica, em conversa informal, numa das idas à campo.

Cerca de um mês depois do primeiro contato com a Orientação Educacional, foi anunciado que as eleições para Gestão Escolar seriam realizadas em março de 2023⁵¹, estando os atuais mandatos automaticamente prorrogados até as próximas eleições. Em dezembro, o Projeto de Lei⁵² de alteração da Lei nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, foi sancionado pelo Governador Ibaneis Rocha⁵³, prevendo novas eleição para Direção Escolar em outubro de 2023, com os mandatos atuais prorrogados, respectivamente⁵⁴.

De acordo com a Lei de Gestão Democrática do DF, a Gestão Democrática é efetivada por Direção da Unidade Escolar e sete Órgãos Colegiados, dentre eles, o Grêmio Estudantil. A Subseção VII, trata dos Grêmios Estudantis:

"Art. 36. As instituições educacionais devem estimular e favorecer a implementação e o fortalecimento de grêmios estudantis, como forma de desenvolvimento da cidadania e da autonomia dos estudantes e como espaço de participação estudantil na gestão escolar.

⁵¹ DISTRITO FEDERAL, Sindicato dos Professores. SEE-DF: ELEIÇÃO PARA GESTOR ME MARÇO DE 2023; ATUAIS MANDATOS PRORROGADOS. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/see-df-eleicao-para-gestor-em-marco-de-2023-atuais-mandatos-prorrogados/>.

⁵² DISTRITO FEDERAL, Lei nº 7.211 de 29 de dezembro de 2022. Disponível em: https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2022%7C12_Dezembro%7CDODF%20097%2029-12-2022%20EDICAO%20EXTRA%20A%7C&arquivo=DODF%20097%2029-12-2022%20EDICAO%20EXTRA%20A.pdf.

⁵³ METRÓPOLES. Temporários não poderão votar em eleição de diretores em escolas do DF. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/temporarios-nao-poderao-votar-em-eleicao-de-diretores-em-escolas-do-df>.

⁵⁴ METRÓPOLES. CLDF aprova data para eleição de diretores em escolas públicas. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/cldf-aprova-data-para-eleicao-de-diretores-em-escolas-publicas>.

Parágrafo único. A organização e o funcionamento do grêmio escolar serão estabelecidos em estatuto, a ser aprovado pelo segmento dos estudantes da respectiva unidade escolar." (DISTRITO FEDERAL, 2019)

O Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal⁵⁵ faz o mesmo apontamento que a Lei de Gestão Democrática do DF, de definição do Grêmio Estudantil, cabendo à Orientação Educacional, conforme previsto na Subseção II, Art. 128, que enumera as atribuições do Pedagogo-Orientador Educacional, inciso XV, apoiar e subsidiar os órgãos colegiados, como o Grêmio Estudantil (e outros).

Sendo uma escola “híbrida”, de Gestão Compartilhada entre Secretaria de Educação e Secretaria de Segurança Pública, há momentos em que a escola segue o que se prevê para a Gestão Democrática, e, em outros, o que é previsto para Colégios Cívico-Militares. O Grêmio Estudantil se inclui nisso. Faço esta pontuação, neste momento, pelo motivo que segue: no Regimento Escolar dos Colégios Cívico-Militares (2019), o que consta na Subseção V, artigo 49, é que as unidades escolares devem estimular e favorecer a implementação e o fortalecimento de Grêmios Estudantis, como forma de desenvolvimento da cidadania e da autonomia dos alunos, em seu §2º, assim como no Regimento Escolar para escolas de Gestão Democrática, é prevista a organização e o funcionamento do Grêmio Estudantil através de estatuto, a ser aprovado pela Assembleia Geral do corpo discente. As diferenças encontram-se nos §3º, §4º e §5º:

§3º O Grêmio Estudantil tem por finalidade:

- I - desenvolver atividades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais;
- II - contribuir para a formação do aluno pela promoção da corresponsabilidade, iniciativa e criatividade;
- III - auxiliar a administração da escola, observando o disposto neste Regimento.

§4º É vedada atividade político-partidária por parte do Grêmio Estudantil e a que prejudique o livre funcionamento da Unidade Escolar, principalmente o bom andamento das atividades pedagógicas.

§ 5º Em caso de inobservância das prescrições desta seção, não será reconhecido a sua legitimidade.

Regimento Escolar dos Colégios Cívico-Militares (2019).

⁵⁵ DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do. Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. 2019. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/08/Regimento-SEEDF-COMPLETO-FINAL.pdf>.

A finalidade de auxiliar a administração da escola, observando o exposto no Regimento Escolar dos Colégios Cívico-Militares não é prevista no Regimento Escolar de escolas de Gestão Democrática, considerando o relato da “menina doida”, poderia ser explicado por essa lógica, caso a Gestão Escolar tenha um Grêmio em atuação, da estudante que teria sido orientada a impor ordem às salas de aula. Imagino que, para a pessoa leitora, assim como eu, o §4º tenha chamado a atenção, ao vedar atividade político-partidária, que não é prevista em qualquer outro dispositivo legal de Regimento Escolar, podendo ser caracterizado por descumprir o direito à livre associação estudantil, assim como, de liberdade organizacional e de expressão. Chega-se, então, ao §5º, que me parece um passe livre para que a Gestão Escolar deixe de reconhecer a legitimidade do Grêmio Estudantil, a seus critérios, sem necessidade de justificativa, permitindo manobras regimentais de controle sobre a composição e atuação do Grêmio Estudantil.

Como não há menção direta nos Regimentos aqui citados, de como formar um Grêmio e quais as etapas necessárias, localizei uma orientação dessa natureza, no site da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)⁵⁶, que apresenta 5 passos de como montar um Grêmio Estudantil:

Passo 1: O grupo que pretende formar o grêmio comunica à direção da escola, divulga a proposta entre os alunos, convidando os interessados e os representantes de classe (se houver) para formar a Comissão Pró-Grêmio. Este grupo elabora uma proposta de estatuto que será discutida e aprovada pela Assembleia Geral.

Passo 2: A Comissão Pró-Grêmio convoca todos os alunos da escola para participar da Assembleia Geral. Nesta reunião, decide-se o nome do grêmio, o período de campanhas das chapas, a data das eleições e se aprova o Estatuto do Grêmio. Nessa reunião também são definidos os membros da Comissão Eleitoral.

Passo 3: Os alunos se reúnem e formam as chapas que concorrerão à eleição. Eles devem apresentar suas ideias e propostas para o ano de gestão no Grêmio Estudantil. A Comissão Eleitoral promove debates entre as chapas, abertos a todos os alunos.

Passo 4: A Comissão Eleitoral organiza a eleição (o voto é secreto). A contagem é feita pelos representantes de classe, acompanhados de dois representantes de cada chapa e, eventualmente, dos coordenadores pedagógicos da escola. No final da apuração, a Comissão Pró-Grêmio deve fazer uma Ata de Eleição para divulgar os resultados.

Passo 5: A comissão Pró-Grêmio envia uma cópia da Ata de Eleição e do Estatuto para a direção da escola e organiza a cerimônia de posse da diretoria do Grêmio.

⁵⁶ União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Disponível em: <https://ubes.org.br/gremios/>. Cartilha: ZIRALDO. Triiiiiim... A hora do Grêmio é essa! Disponível em: https://issuu.com/contraregras/docs/cartilha_capa___miolo_45jj?utm_medium=referral&utm_source=ubes.org.br.

A cada ano, cada Grêmio reinicia o processo eleitoral a partir do passo 3.

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Visto que, houve uma eleição para o Grêmio Estudantil no CED 07 em 2019, provavelmente já havia algum Estatuto prévio que deveria ter sido elaborado e aprovado em assembleia geral. Em pesquisa e levantamento documental, não consegui localizar o Estatuto do Grêmio Estudantil para as escolas públicas do Distrito Federal, como ocorre em outros estados, ou um Estatuto do Grêmio Estudantil próprio do CED 07. Sem embargo, havendo ou não um Estatuto do Grêmio, o processo eleitoral deve ser reiniciado, para a posse de novas chapas, anualmente. Infelizmente, isso não parece ter ocorrido na escola. Nesses casos, a recomendação da UBES é que a Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985⁵⁷, que dispõe da organização de entidades representativas dos estudantes, deve ser apresentada à Gestão Escolar e, havendo resistência, recomenda-se que o Ministério Público local seja acionado.

Conversando com o estudante Levi, que integrava a Chapa do Grêmio contrária ao modelo de Gestão Compartilhada, perguntei-lhe quando começaram a articulação para formação da chapa: "essa foi uma parte interessante também, porque existia Grêmio ano passado". Bom, tive minha confirmação de que há, ou havia, um Grêmio atuante, mesmo sem ainda ter certeza de como isso sucedeu, o que me levou a perguntar se houve votação para essa chapa. A resposta de Levi ratificou minha hipótese de que estaria ocorrendo um boicote, no mínimo, à participação estudantil no Grêmio por parte da Gestão Pedagógica:

"Então, eu vou recapitular sobre o contexto do Grêmio na escola. Durante muito tempo, desde o meu 9º ano, eu não lembro de ter Grêmio na escola. No 1º e 2º ano, era pandemia, então não tinha muita mobilização, né? Mas, aí chegou no meio do ano que voltou aquele meio híbrido, eu lembro que tinha uma chapa, era uma chapa só, pelo que eu me lembro, eu não lembro de votar pro Grêmio nem nada do tipo. E aí, aconteceu que no 2º ano [2021] tinha um grêmio, mas o Grêmio era constituído apenas de pessoas do 3º ano. E aí, aconteceu que as pessoas do 3º ano saíram da escola e o Grêmio se desmanchou, ficou sem Grêmio. Aí desde o início do ano, de vez em quando, surgia algum, alguma coisa de tipo 'ah, vai ter Grêmio de novo?', e era sempre essa parada, 'vai ter, em algum momento', mas nunca chegava. E aí, quando chegou perto de acontecer e a gente propôs outra chapa, coincidentemente, parou de conversar sobre o Grêmio."

Levi, estudante

⁵⁷ BRASIL. Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17398.htm.

Quando Levi faz referência ao seu 9º ano, relembro que foi o ano de 2019, então, realmente, a última eleição para o Grêmio ocorreu no ano de implementação da Gestão Compartilhada, que também foi o ano de eleição para Gestão Escolar. Para confirmar, perguntei-lhe novamente se não teve eleição para o Grêmio em 2021: "eu não lembro de ter uma eleição e eu sou uma pessoa que vem muito pra escola". Se não houve novas eleições para o Grêmio, desde 2019, como haviam estudantes integrando-o? Desenhei as possibilidades de: eram estudantes que entraram na eleição do Grêmio de 2019, estando no 1º ano do Ensino Médio, fazendo com que, em 2021, estivessem no 3º ano ainda como parte do Grêmio; ou, novos estudantes passavam a integrar o Grêmio sem o devido processo eleitoral. A primeira possibilidade não explicaria, conforme relatado pela Professora Clara, terem estudantes, em 2022, apresentando-se como parte do Grêmio, já que, teriam se formado em 2021, tornando a segunda possibilidade uma explicação mais cabível. De qualquer forma, as duas possibilidades estariam em desconformidade à recomendação da UBES, de eleição anual para o Grêmio.

Nesse ponto, há uma fragilidade no meu argumento pelo seguinte motivo, as legislações oficiais que tratam da Gestão Democrática, incluindo o Grêmio Estudantil, como parte integrante do dispositivo de sua efetivação, não especifica os procedimentos que devem ser adotados de formação do Grêmio, relegando sua organização ao Estatuto do Grêmio vigente. Em consequência de não ter adquirido acesso ao Estatuto, caso haja, do CED 07, não é possível confirmar precisamente em que grau a Gestão Escolar estaria descumprindo e vetando a participação estudantil. Bem como, novamente, o ponto de "ninguém nunca sabia direito o que estava acontecendo", contribuir para uma facilidade maior de controle de narrativa e manipulação de movimentos contrários à Gestão Compartilhada.

Não ocorrendo novas eleições para o Grêmio e mantendo, aparentemente, a composição existente em 2022, que está de acordo com a atual Gestão, evitar-se-ia que, caso eleita, uma chapa de representação estudantil com críticas ao modelo militarizado, tenha voz institucional garantida e reconhecida. Isto posto, Levi conta como um dos principais motivos de quererem criar outra chapa "porque a gente não quer que eles tenham mais voz, porque é só o que eles têm, voz":

"O Grêmio é um grande mecanismo de voz do aluno. E esse foi um dos principais temas que a gente tava abordando, né? Quando a gente tava falando sobre o Grêmio, com todo mundo da escola, pelo menos na nossa chapa do Grêmio, é de ter mais esse debate, porque a gente não é muito escutado, e dar voz, ter um pouco essa voz contra os militares em alguns requisitos, porque a gente nunca é escutado. Enfim, a gente fala bastante sobre isso, de ter

representatividade de todo mundo, porque muitas vezes quem tá falando aqui, o sargento não sabe a vivência de muita gente, então a gente queria trazer uma galera desse jeito."
Levi, estudante

É o que Aurora corrobora, que também era integrante da chapa, "se eles tiverem poder total sobre a escola, não vai dar bom pra ninguém". A princípio, teria somente uma chapa, e, com a formação de uma segunda chapa, criou-se um certo envolvimento de que iria constituir-se uma votação, com a possibilidade de escolha, que significaria pelo menos dar uma segunda opção, para Aurora, e, para Levi, não apenas sair ou tolerar. A ideia principal da chapa era envolver estudantes do 1º e 2º ano para que a chapa não morresse. Fizeram passagens em sala anunciando que estavam montando uma chapa e suas proposições, "tinha muita sala que via gente desinteressada, eu não culpo, mas a gente percebeu que também tinha gente interessada".

A organização da chapa foi feita com o levantamento necessário entregue à Orientação Educacional. Após a entrega, o modus operandi foi o mesmo que recebi, "semana que vem vamos chamar alguém para conversar com as duas chapas", chegando a semana que vem, "não deu, então semana que vem vamos fazer uma reunião com os Presidentes de chapa", na semana seguinte, "ninguém sabia de nada, diziam: a gente tá marcando". Até a minha última ida à campo, no final de novembro, não se tinha notícia sobre a previsão de uma eleição, ainda mais estando no final do ano letivo. Como uma parte da composição da chapa era de estudantes do 3º ano, com sua saída da escola, talvez a Gestão espere que seja possível manter o Grêmio com "chapa militarizada", conforme Aurora já escutou, alinhada ao Projeto.

PARTE 6

19. Impressões sobre a Gestão Compartilhada

Percorrido esse caminho, chegamos no ponto em que, afinal, qual(is) o(s) resultado(s) da implementação da Gestão Compartilhada? Dando seguimento aos protagonismos das impressões das pessoas entrevistadas que vivenciam a militarização na prática, coloco as percepções pertinentes que colaborem nesse balanço. O Professor Tomás, adentrando na escola, percebeu que há sentimentos divergentes dentro da comunidade e a escola tenta apaziguar todos eles. Algo que está presente na atuação docente, ao dizer que encontra um desafio em conciliar os diferentes interesses, sem comprometer seu trabalho, enquanto Professor. Quanto à Gestão Compartilhada em si, depreendeu algumas vantagens de medidas que são solicitadas, por mais que não concorde com o modelo, em suas palavras. Para ele, há um descompasso do âmbito pedagógico com o disciplinar.

A Professora Luna sentiu-se bem acolhida ao chegar na escola e se surpreendeu positivamente com a organização e estrutura da escola, que não é comum em todas as escolas públicas, que carecem de investimento. Apesar disso, sente que há um clima de vigilância constante sobre Professores e uma pedagogia do medo para com os(as) estudantes. Juntamente, há um esforço de criar a imagem da escola militarizada como escola modelo, sem violência, com bons índices de rendimento escolar e aprovação no Ensino Superior graças à disciplina e ordem instauradas, não pelo desenvolvimento didático-pedagógico exercido por Professores. A Professora Clara percebe, complementarmente, a escola como um ambiente de vigilância. Sua percepção sobre a aceitação do Projeto pela comunidade é de uma garantia que "os filhos vão seguir um bom caminho"

Já a Supervisora Jordana crê que há uma boa aceitação da Gestão Compartilhada, com um processo de comunicação muito grande, tanto da parte Pedagógica como da Disciplinar. Em caso de algum problema com estudante por motivo de indisciplina, furto, ameaça, as equipes estão em constante diálogo para auxílio mútuo. Quando requisitado, o Policial entra em sala somente com a permissão docente - comunica -, estando presentes, também, em reuniões de Coordenação para maior contato com Professores. A possibilidade da participação nas reuniões de Coordenação, do Disciplinar, está díspar à resposta dada pela Diretora Pedagógica, na reunião de Coordenação que estive presente, no início de agosto de

2022, ao dizer que a Gestão Disciplinar não participava das Coordenações, por ela entender que essas reuniões são um espaço para Professores enquanto um aspecto importante da Gestão Democrática. O que não quer dizer que o Disciplinar já não tenha sido convidado à participação pontual, conforme informou, e que já pedidos de Professores que a PM participasse, mas, ela negou por entender que não havia necessidade,

O balanço da Supervisora é que o Disciplinar é de grande ajuda, "só quem trabalhou nessa escola antes e agora pra saber que realmente mudou", contudo, entende que não é o suficiente. Para ela, é necessário um maior efetivo de Policiais na escola, para que se consiga dar conta da abrangência da escola, com as demandas de atendimento de estudantes, pais e responsáveis e auxílio pontuais do cotidiano. Além disso, como o fardamento é impreterível para o bom funcionamento da escola, que, junto ao aumento de efetivo, depende de ajuda do Governo.

Ao ser perguntada sobre quais têm sido os avanços, dentre os objetivos do Projeto, a Supervisora fala que, no caso dos índices educacionais, "não depende só deles", após termos passado por uma pandemia, prejudicial a estudantes e Professores, causando grandes impactos na questão do ensino-aprendizagem. Sobre a violência, "eles nos auxiliam muito na questão de drogas na escola", "o trabalho que fazem do respeito dos alunos entre si, dos alunos com a equipe, dos alunos com professores". Ainda há ocorrências de estudantes com entorpecentes, mas, a incidência teria diminuído e acredita que, "se não tivesse os policiais aqui, os problema seriam maiores, como eram antes. Melhorou, mas nós temos muito o que melhorar e avançar". Apesar disso, entende que não há dificuldades: "quando eles são solicitados, eles atuam, a família é ouvida, a busca ativa de estudantes, a participação no Conselho de Classe, são coisas que não tínhamos antes". Me saltou aos olhos sua fala de que há professores que se sentem ameaçados(as) com estudantes, e é aí que o disciplinar vai atuar. Há coisas que foram planejadas que foram executadas e outras não, como em assuntos que não dependem só da escola, precisam do apoio de outros setores, da Secretaria de Educação, da Secretaria de Segurança Pública, para projetos desenvolvidos pelo Disciplinar que não foram postos em ação e, trazendo, de novo, o problema do uniforme.

A Diretora Pedagógica ao responder se acha que a implementação cumpre o que propõe, responde que o Regimento das Escolas de Gestão Compartilhada é um "*ctrl + c, ctrl + v*", com a única diferença de que tentam implementar o que está escrito, de cobrança do uniforme e comportamento. Para ela, o que falta, é o nome da escola, porque na Portaria das Escolas de Gestão Compartilhada diz que são Escolas Cívico-Militares, "tá muito claro isso na Portaria", porém, na parte administrativa do sistema da SEEDF isso ainda não foi

implementado, o que prejudica o(a) estudante que quer o certificado dele(a) com o título de Escola Cívico-Militar. Combinado à questão dos uniformes que foi prometido e não pôde ser cumprido já que não os receberam, "então isso foi para a comunidade uma grande decepção, porque se não há uniformização, é como se não tivesse implementado o Projeto":

"Eu lembro que em 2019, nós tivemos uma aluna que ela tinha um problema de saúde e ela veio a óbito, pouco antes do final do ano, e os pais dela vieram conversar com a gente e eles falaram que o maior sonho dela era ter colocado o uniforme. Colocado o uniforme conforme eles tinham prometido, né a farda aliás, ter usado a farda. Então, hoje eu sinto, a gente, eu não, né, a gente sente muito essa questão, da falta da normatização do nome da escola, né, e a questão da uniformização. Isso realmente quando acontecer, vai ser o grande diferencial do projeto."

Diretora Pedagógica

A partir da Gestão Compartilhada, a Diretora trouxe como avanço o visível impacto pedagógico para Professores, que, agora, conseguem ter mais tempo em sala de aula para trabalhar conteúdo, caso haja algum problema com os(as) estudantes em aula, é possível fazer o encaminhamento ao Disciplinar e continuarem dando sua aula normalmente. Ao mesmo tempo, o impacto sobre estudantes que estão, em sua maioria, mais tranquilos, com maior compromisso com os estudos e um novo referencial positivo, da figura Policial, no ambiente escolar, "então a gente vê muitas mudanças". As dificuldades existentes giram ao redor do desmonte da equipe disciplinar:

"Assim que iniciou o ano, antes dos Professores se apresentarem, nós sentamos as duas equipes, pedagógica e disciplinar, e definimos como é que a gente iria trabalhar esse ano. E aí, quando a gente iniciou os trabalhos que o negócio parecia que ia pegar forma, aí teve aquele problema na escola da Estrutural, né? E aí, eles pegaram e tiraram o nosso, o Vice-Comandante daqui para poder conduzir os trabalhos lá e, junto com o Vice-Comandante, eles levaram acho que mais dois ou três Policiais. E isso acabou atrapalhando muito, né, o impactando muito naquilo que a gente tinha programado, então assim, o Capitão [Comandante Disciplinar], ele se sentiu muito desmotivado, né?"

Diretora Pedagógica

Nesse cenário, quem *pediu pra sair* foi o Comandante Disciplinar, aguardando o deferimento de sua transferência. O que desmotiva a equipe, na visão da Diretora, sabendo que o cargo foi entregue, impactando no trabalho realizado, porque "uma escola não caminha só com Diretor, ela precisa de Vice-Diretor, e não caminha só com esses dois, precisa do Supervisor (...) tudo o que a gente faz na escola, a gente faz em equipe". Expõe que os(as) Professores também percebem isso, dizem que o Projeto está diferente e a Diretora pede

paciência, porque percebe que nem a própria Secretaria de Educação não dá suporte às escolas de Gestão Compartilhada. A diferença é sentida do início do Projeto para 2022, que, em 2019, havia uma Assessoria e um Sub-Secretário que ia à escola quinzenalmente, para acompanhamento da implementação.

Hoje, a Diretora sente que estão num limbo, porque há coisas que não podem ser realizadas por serem uma Escola de Gestão Compartilhada, e outras que não podem ser aplicadas porque são uma Escola Pública, então, dependendo da situação, "a gente não é nem uma coisa nem a outra". Embora pareça contraditório, o relato da Diretora exprime uma sensação de “não-lugar” após a militarização da unidade escolar, ao se depararem com as contradições próprias do Projeto. Quando põe que não são “nem uma coisa nem a outra” transparece uma insatisfação, além do desamparo mencionado por parte da SEEDF, de um descompasso entre as previsões normativas e o cotidiano escolar.

Para a Orientadora Educacional Vivian, com a Gestão Compartilhada e a divisão do trabalho proposta pelo Projeto, de uma equipe que cuida do pedagógico e uma que cuida do disciplinar, só há como ter uma melhora no quadro educativo. Justifica essa percepção com o seguinte:

"Quando eu não tenho uma equipe que cuida do disciplinar, eu que sou pedagógico, a Diretora que é pedagógico, a Coordenação que é pedagógica, Supervisão que é pedagógica, a gente vai ter que parar o nosso trabalho de atender todas as demandas para a gente atender as questões disciplinares, que é um aluno que usou celular em sala, é um aluno que estava conversando em sala, um aluno que brigou com colega, um aluno que está se desentendendo com colega, então a gente tem que parar o pedagógico para cuidar do disciplinar. Então só essa divisão de trabalho, ela já tem que significar uma melhora, porque se eu não preciso atender o disciplinar, eu posso acolher meu aluno que tá adoecido, eu posso fazer um projeto para tentar trabalhar uma deficiência deles, eu posso fazer um planejamento para fazer alguma formação para os pais, eu tenho tempo para fazer isso."

Orientadora Vivian

A melhora no quadro educativo pela presença policial na escola, defendida pela Orientadora Educacional, corrobora com a desvalorização de Profissionais da Educação, colocando, como já visto, Profissionais da Segurança Pública em função educativa para suprir as necessidades do processo educacional. A abrangência da atuação do Disciplinar é, igualmente, para a Orientadora, no desenvolvimento da Cultura de Paz, ao fazer a mediação de conflitos, na garantia de direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme acompanha os atendimentos. Nesse sentido, a Cultura de Paz se efetiva porque a Polícia está protegendo, na sua visão, "porque proteger também é Cultura de Paz".

O benefício da Gestão Compartilhada, para a Professora Heloísa começa na presença da Polícia na escola, fazendo com que sintam-se mais seguros(as) e tem seu apogeu ao assegurarem que ela, pela primeira vez, conseguiu ser Professora, e não psicóloga ou babá. Com o disciplinar, "eu não preciso me desgastar com isso". O relato da Professora reproduz o entendimento do lugar social do estudante, enquanto sujeito docilizado, combinado a uma fragilidade da figura docente, destituída de autoridade (CARUSO, 2022), carecendo de uma Autoridade Legítima, que, só em sua presença cumpre o papel de instituição da ordem.

Mesmo não tendo que ser mais babá, aponta como "aluno é igual filho, que apronta e vão testando a gente", assim, seria necessário ter mais rigidez com estudantes e que há estudantes que fazem questão que houvesse maior rigidez na escola, o que faria com que tivesse menos desgaste. O que temos aqui é a ação policial repressiva de instituição da ordem que não conseguiu se operacionalizar na sujeição completa, teve que se readequar para exercer a obediência negociada da natureza política do policiamento (MUNIZ, 2010), na escola, sob a forma de gestão da disciplina.

"Com essa questão de piercing, é uma besteira, eu até botei aqui de novo, porque já ia tampar porque eu tiro também. Aí eles falam, 'ah professora, porque você tirou?', para dar exemplo para vocês. 'Ah, mas isso é uma besteira, hoje em dia tem muita empresa que nem liga que até contrata a pessoa porque ela tem uma aparência diferente', é tem empresa, tem empresas que não. Aí esses dias eu fui no mercado e todos os funcionários do mercado estavam com esparadrapos na orelha. Meu marido até olhou assim, riu, né? 'Que que é isso aí, é para não poder mostrar o piercing?', aí eles riram, né? É porque a empresa não deixa eles estavam com esparadrappo branco, que tava pior do que o piercing. Aí eu lembrei dos meninos aqui, eles fazem isso também, não pode usar eles põe esparadrapos. Então assim, eu acho que tinha que forçar mais porque o mundo aí fora também tá cobrando essas coisas deles, né? A questão do uniforme, 'ah, mas o uniforme é muito feio é ruim usar assim', tá mas você vai trabalhar no local que vai te exigir também essa disciplina, né. Na minha visão, como Professora, eu acho que tinha que cobrar algumas coisas para poder ajustar, né?"

Professora Heloísa (Linguagens)

Ela enxerga uma perda de força do Disciplinar devido ao que aconteceu em outras escolas militarizadas, tornando a equipe insegura. Essa insegurança teria refletido no freamento da implementação de rotinas escolares que promoveriam o ajustamento de condutas de estudantes, utilizando do fardamento e alto respeito hierárquico. Bem como, não considera que houve qualquer prejuízo ao trabalho pedagógico, pelo contrário, ao querer desenvolver algum projeto que, de acordo com o Regimento Escolar das Escolas

Cívico-Militares, não fosse viável, conversando com o Comandante Disciplinar, pôde ter o aval para a aplicação do projeto.

Olhemos agora para o balanço sobre a implementação da Gestão Compartilhada para aqueles que adentraram o ambiente escolar graças ao Projeto, sendo o principal elemento para que ele se concretizasse, os Policiais Militares. Como não pude ter contato direto com os(as) monitores(as), mas, ao menos, tive acesso às suas considerações sobre o trabalho desempenhado e a execução da política, o balanço foi assimilado por meio de três perguntas: de quais têm sido os avanços e as dificuldades na escola, e, se o que foi planejado é executado. Com exceção das respostas da monitora que indicou não saber opinar, o Comandante Disciplinar e outros três monitores trouxeram contribuições interessantes para entender o que a Gestão Disciplinar avalia.

Tabela 24: Balanço sobre a Implementação da Gestão Compartilhada

Balanço sobre a Implementação da Gestão Compartilhada			
Respondente	Quais têm sido os avanços na escola devido ao Projeto de Gestão Compartilhada na escola?	Quais têm sido as dificuldades na escola devido ao Projeto de Gestão Compartilhada na escola?	O que foi planejado para a escola é o que tem sido executado?
1º Sargento	Não sei opinar.	Não sei opinar.	Não sei opinar!
Capitão	Os servidores, mais antigos, da seedf e terceirizados me relatam que a escola melhorou bastante. No entanto, por conta da pandemia os anos de 2020 e 2021, foram prejudicados. O ano de 2019 foi muito difícil, com atuação direta de docentes pra impactar negativamente o IDEB. O que vejo de positivo são os ex-estudantes retornando a escola pra agradecer, por conta de acesso a trabalho e ou ao ensino superior.	Muitas promessas não foram cumpridas, alguns docentes que atuam com o objetivo de prejudicar o modelo de ensino.	Estamos num processo, onde muitos enxergam grandes avanços e eu entendo que precisamos avançar mais
2º Sargento	Melhoria em geral no tratamento pessoal.	Falta de apoio das instituições, tanto de segurança quanto educacional. Sensação de desamparo.	Em quase nada do projeto inicialmente proposto.

Balanco sobre a Implementação da Gestão Compartilhada			
Respondente	Quais têm sido os avanços na escola devido ao Projeto de Gestão Compartilhada na escola?	Quais têm sido as dificuldades na escola devido ao Projeto de Gestão Compartilhada na escola?	O que foi planejado para a escola é o que tem sido executado?
1º Sargento	É percebido a mudança de comportamento de muitos deles e interesse por conteúdo disponibilizado.	A implementação de fato com todas as promessas iniciais propagandas.	Ainda aguardamos um planejamento. Temos nos esforçado para manter um padrão diferente do que era exigido quando chegamos no CCMDF.
2º Sargento	Em primeiro lugar, entendo que, a segurança de uma maneira geral foi muito contemplada. Para os alunos, o senso de responsabilidade foi evidenciado, pois nossas cobranças os fizeram refletir a respeito de suas responsabilidades e obrigações, no que tange a vida escolar de cada um. Somos muito observados por eles, e isso acaba por causar uma transformação positiva em suas vidas.	A demora em estabelecer um uniforme padrão para as escolas, acaba por trazer um desgaste desnecessário no que tange a organização e controle dos alunos. Pois caso houvesse tal vestimenta, facilitaria bastante a identificação de possíveis pessoas estranhas no ambiente escolar.	Não. Conforme resposta anterior.

FONTE: Formulário aplicado via Google Forms a Policiais Militares do CED 07 de Ceilândia em 22/09/2022. Elaboração Própria.

Em relação a quais têm sido os avanços, o Comandante Disciplinar respondeu que a presença da PM melhorou o ambiente escolar, segundo as impressões de servidores e Professores mais antigos da escola. Traz, também, outros dois objetivos previstos no Projeto, de melhora dos índices educacionais e aumento das taxas de aprovação no Ensino Superior, com a ressalva de que, devido à pandemia, os(as) estudantes foram prejudicados e que, em 2019, Professores teriam atuado de maneira negativa para impactar o Ideb da escola; e, de resultados positivos proporcionados pelo Projeto, o agradecimento de ex-alunos(as) da escola para acesso ao mercado de trabalho e Ensino Superior. Os monitores veem avanços de melhoria no tratamento pessoal, mudança de comportamento e que "a segurança de uma maneira geral foi muito contemplada". Semelhante ao relato da Diretora Pedagógica, um dos monitores considera que a presença de um Policial Militar na escola é um impacto positivo para estudantes, como um modelo à se espelharem. Novamente, a exemplificação da

legitimação moral relegada à figura militar, apontada pela Direção Pedagógica e reconhecida pela própria instituição, na suposta capacidade de fornecer referenciais necessários a uma (re)articulação social, que esteve expresso na apresentação do PECIM pelo Governo Federal. ao "apresentar a esses jovens modelos de profissionais capacitados" (GOMES, 2022, p. 117).

No tocante às dificuldades, um dos monitores considera que a implementação não cumpriu com os objetivos previstos, até o momento. Os outros dois monitores apontam a falta de apoio das instituições responsáveis pelo Projeto, (SEEDF e SSP), e, a falta de fardamento como a raiz de todos os males e problemas relativos aos empecilhos da implementação, impactando na organização e controle de estudantes, que interpreto como a imposição da ordem e disciplina. Para o Comandante Disciplinar, as dificuldades enfrentadas pelo Projeto, na escola, são de promessas não cumpridas e Professores que atuam com o objetivo de prejudicar a militarização. Portanto, o balanço do Capitão é de um processo em que já se pode ver avanços, mas que há avanços a serem alcançados, corroborando o discurso uníssono da Gestão Pedagógica, em encontro à Disciplinar. Se o que foi proposto inicialmente pôde ser efetivado, o consenso entre os Policiais respondentes é de que não se cumpre com os objetivos previstos em sua legislação regente.

A despeito do tom jocoso sobre a importância dada ao fardamento, há sim uma importância significativa no uso do uniforme militar na escola por estudantes, por cumprir uma função de criar a imagem da escola militarizada diferenciada e, sobretudo, o sentimento de pertencimento do corpo estudantil não só à escola, como ao Projeto. Nesse sentido, é preciso reconhecer, como posto pela Diretora Pedagógica, que sem fardamento e sem o nome da escola como “Colégio Cívico-Militar”, tem-se um enfraquecimento da simbologia militarizada que se pretende disseminar, impactando nos mecanismos de legitimação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As categorizações empregadas no combate à violência e promoção de segurança, carros chefe do Projeto de Gestão Compartilhada, atravessam a escolha para militarizar o CED 07, em sua figura de "Escola de Marginais". A economia dos discursos de verdade funcionaram na escola por meio da investida da Gestão escolar em pintar à comunidade (interna e externa) uma implementação exitosa, e permanência do Projeto, em que a escola necessita da presença militar para se concretizar como uma "Escola de Campões". Devido às evidências, até o presente momento, a gestão da violência e promoção de segurança como responsabilidades do Estado, não serão e, a partir dos resultados de pesquisa, não estão controlados no ambiente escolar pela mera presença de um corpo militar instaurando a disciplina sobre crianças e adolescentes. É preciso, juntamente, considerar que a expressão da educação como direito comum que vise o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania, talhada na CF/88 e na LDB/96, só é capaz de efetivar-se através da prática cotidiana de uma gestão escolar democrática. A gestão democrática, que abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira de uma escola, deve ser compreendida não somente enquanto princípio constitucional do ensino público, mas como um objetivo a ser atingido, que não se efetiva em uma Gestão Compartilhada.

IMAGEM 4: Fora PM das Escolas



IMAGEM: Fotografia de intervenção urbana em uma passagem subterrânea da Asa Norte, com os dizeres "Fora PM das Escolas".

Curioso observar que, mesmo em sua atuação de promoção da ordem social e, no contexto escolar, de contribuir na melhora dos índices de criminalidade local, a Gestão Compartilhada não atingiu seus objetivos. Realidade que se contrapõe às falas de pessoas da Gestão Pedagógica (Direção, Coordenação e Serviço de Orientação Educacional), onde comumente escutei que “posso focar na parte pedagógica, pois sei que há uma equipe focada em cuidar do disciplinar”. Contraditoriamente - ou não -, os problemas que a escola enfrentava em anos anteriores, que a colocava como “Escola de Marginais”, foram apenas abafados, com transferências e expulsões de “alunos problema”. A percepção entre Professores e estudantes é de que há um esforço de criar uma narrativa de que a militarização está sendo exitosa, que é produzida pela Gestão Escolar. A passagem efetiva para uma “Escola de Campeões” se concretiza com a Gestão Compartilhada, servindo "para criar um sujeito social superior, à medida que o torna 'melhor ajustado socialmente' (...) possível através da introjeção de características do ambiente militar, como a disciplina e a hierarquia" (GOMES, 2022, p. 127).

Por fim, gostaria de adentrar singelamente o que é apontado no PPP do CED 07 sobre o perfil estudantil, quando são representados como jovens desinteressados e apáticos, há uma negação da função social da educação e da escola, de promoção do desenvolvimento de estudante e a participação democrática. Esse retrato não me parece verídico a partir do trabalho de campo feito com a *experiência-etnográfica*, uma vez que, em sala de aula, os estudantes eram participativos e interessados, e, fora dela, demonstravam preocupação e vontade de contribuir com a comunidade escolar. Explicito, a título de exemplo, a falta que os estudantes entrevistados tiveram de ritos costumeiros para os “formandos”, como os trotes e atividades de integração que, devido à militarização, deixaram de ser celebrados. Em destaque, o boicote por parte da Gestão escolar, ao Grêmio Estudantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

• Reportagem Jornalística

BRASÍLIA, Agência. **Gestores dos colégios cívico-militares fazem balanço do projeto educativo.** 2020. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/11/24/gestores-dos-colegios-civico-militares-fazem-balanco-do-projeto-educativo/>.

BRASÍLIA, Agência. **Zero violência nas escolas cívico-militares.** 2022. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/zero-violencia-nas-escolas-civico-militares/>.

BORGES, Helena. **CONHEÇA OS BILIONÁRIOS CONVIDADOS PARA “REFORMAR” A EDUCAÇÃO BRASILEIRA DE ACORDO COM SUA IDEOLOGIA.** The Intercept Brasil. nov. 2016. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/11/04/conheca-os-bilionarios-convidados-para-reformar-a-educacao-brasileira-de-acordo-com-sua-ideologia/>.

• Legislação

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

BRASIL. **Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.793.htm.

BRASIL. **Decreto nº 9.940, de 24 de julho de 2019.** Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200). Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9940.htm.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019.** Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual das Escolas Cívico-Militares.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012.** Brasília. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/06/lei-n%C2%BA-4751-2012-da-gest%C3%A3o-democr%C3%A1tica.pdf>

FEDERAL, Distrito. **Portaria Conjunta nº 01, de 31 de janeiro de 2019.** Dispõe sobre a implementação do projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada. Diário Oficial do Distrito Federal. Brasília, DF, n. 23, p. 3-4, 01 fev. 2019. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/02/portaria-conjunta-gestao-compartilhada_07fev19.pdf.

FEDERAL, Distrito. **Portaria Conjunta nº 09, de 12 de setembro de 2019.** Dispõe sobre a implementação do projeto piloto Escola de Gestão Compartilhada. Diário Oficial do Distrito Federal. Brasília, DF, n. 207, 30 out. 2019. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2019/11/PORTARIA-CONJUNTA-N%C2%BA-09-DE-12-DE-SETEMBRO-DE-2019.pdf>.

FEDERAL, Distrito. **Portaria Conjunta nº 22, de 28 de outubro de 2020.** Dispõe sobre a implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada. Diário Oficial do Distrito Federal. Brasília, DF, n. 22, p. 30-31, 02 fev. 2021. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/25ce263a5d6d45698904bc0282c02d6a/Portaria_Conjunta_22_28_10_2020.html.

● Documentos Técnicos

Atlas da Violência 2021 / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2021>.

FEDERAL, Secretaria de Estado de Educação do Distrito. **Nota Técnica: Censo Escolar 2019.** Censo Escolar 2019. 2020. Disponível em: http://dadoseducacionais.se.df.gov.br/nota_tecnica/nota_tecnica.pdf. Acesso em: 1 out. 2021.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. **Regimento Escolar dos Colégios Cívico-Militares**. 2019. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Regimento_Escolar_dos_CC_MDF.pdf.

PÚBLICA, Fórum Brasileiro de Segurança. **Segurança em Números**. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/infografico-2020-v6.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

- **Livros, Artigos e Outros**

ALMEIDA, Ronaldo de. Estudo de Caso: foco temático e diversidade metodológica *In*: MIRANDA, Danilo Santos de et al. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: Sesc São Paulo/Cebrap, 2016.

Becker, Howard. **Truques da escrita para começar e terminar teses, livros e artigos**. Rio de Janeiro: Zahar. 2015.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

[CARUSO, Haydée](#); PAZ, M. C. . A escola como problema de polícia: um estudo de caso sobre a militarização da educação no Distrito Federal (Brasil). **EDUCACAO UNISINOS (ONLINE)**, v. 26, p. 1-22, 2022.

CERVI, Gicele Maria; SANTOS, Amarildo Inácio dos. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO COMO ESTRATÉGIA BIOPOLÍTICA DE GOVERNO. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 181-193, 2 mar. 2019. Portal de Periódicos UFPB. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2019v12n1.38748>.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MÉLO, José Luiz Bica de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159. 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. 24ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

GARCIA-SILVA, SULLYVAN ; LIMA JUNIOR, PAULO ; CARUSO, HAYDÉE . A VIOLÊNCIA URBANA E ESCOLAR NAS PERIFERIAS DE BRASÍLIA. **EDUCAÇÃO & SOCIEDADE**, v. 43, p. e248105, 2022.

GOMES, Greice Martins. O populismo e a militarização de escolas: proposições a partir dos processos discursivos de legitimação. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 9, n. 1, p-99-133, Janeiro-Abril/2022.

GONZALEZ, Lélia. **A JUVENTUDE NEGRA BRASILEIRA E A QUESTÃO DO DESEMPREGO**. 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gonzalez/1979/04/28.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

KANT DE LIMA, Roberto. Direitos Civis, Estado de Direito e ' Cultura Policial': a formação do policial em questão. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, SP, v. 11n41, p. 241-256, 2003.

KLEIN, S.; Faria, Clara Chaves Marques ; Moreno, Mariana ; Palau, Cecília Aguiar Silva ; Sousa, Isabella Cristina Alves de ; Vivas, Júlia ; do Planalto, Irene ; Nogueira, Carolina Silva ; Paes, Amanda Gomes ; Maia, Daniel Machado dos Santos ; LUZ, Guilherme Fernandes Carvalho da . Desigualdades, isolamento e o ensino remoto emergencial: reflexões a partir da realidade de estudantes da rede pública de ensino médio do Distrito Federal. **Pensata ? Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**, v. 10, p. 85, 2021.

LEGISLATIVA, Gabinete 24 Câmara. Comissão de Direitos Humanos da CLDF institui **Observatório da Militarização**. Disponível em: <https://fabiofelix.com.br/comissao-de-direitos-humanos-da-cldf-institui-observatorio-da-militarizacao/>. Acesso em: 11 abr. 2019.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. **Tempo Social - USP**, São Paulo, p. 81-95, abr. 2003.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Escolas cívico-militares: cidadãos ou soldadinhos de chumbo? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 621-636, dez. 2019.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. vol.35 no.3 Goiânia maio/ago 2019 Epub 21-Jul-2020.

MORAES FILHO, Evaristo de; PAVANELLI, Carlos Alberto; MASS, Otto E. W; AZEVEDO, Dinah de Abreu. **Georg Simmel Sociologia**. São Paulo: Ática S.A., 1983. 193 p.

MUNIZ, J. E PAES-MACHADO, E.. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. **Caderno CRH** [online]. 2010, v. 23, n. 60, pp. 437-447. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000300001>. 2011.

MUNIZ, J.; PROENÇA JR, D. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. **Dossiê Crime Organizado, Estud. av.** 21 (61), Dez./ 2007. p.159-172. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300011>. 2007.

MUNIZ, J; PROENÇA JR, D. – **O Mandato Policial**, ou a Teoria de Polícia Além de Bittner. 2014.

MISSE, Michel. “Crime, Sujeito e Sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria ‘bandido’”. **Revista Lua Nova**, São Paulo, 79: 15-38, 2010.

NAKATA, Cláudio Hiroshi. Escola de Gestão Compartilhada: modelo que ameaça a gestão democrática ou coloca-se como opção para melhorar a educação do Distrito Federal?. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 82-91, abr. 2021. ISSN 2359-2494.

OLIVEIRA, Amurabi; BOIN, Felipe; BÚRIGO, Beatriz Demboski. Quem tem medo de etnografia? **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 10-30, jan. 2018.

OLIVEIRA, Luciano. POLÍCIA E CLASSES POPULARES. **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, v. 1, n. 1, p. 85-96, jun. 1985.

PARO, Thais Pereira; FERREIRA, Rafael dos Reis. AS ESCOLAS MILITARIZADAS COMBATEM A VIOLÊNCIA ESCOLAR? UMA ANÁLISE SOBRE O CONCEITO DE VIOLÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DE PIERRE BOURDIEU, MICHEL FOUCAULT E THEODOR ADORNO. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro SP, 4 (1): 65-87, 2017.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>. Acesso em: 23 set. 2021.

PEREIRA, Wellerson Miranda. **“Mas as famílias querem...”: Estudo das representações sociais sobre a militarização da educação no Distrito Federal: o caso do Centro Educacional nº 1 da Cidade Estrutural**. 2021. 155 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

PORTO, Maria Stela Grossi. **A Violência entre o fenômeno e o conceito: possibilidades e limites de definição**. In: Sociologia da Violência – do conceito às Representações Sociais. Editora Francis, Brasília, 2010. (Capítulo 1)

ROBERTSON, Susan L. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 283-493, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a03>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SANTOS, Catarina de Almeida. **A militarização das escolas públicas do Distrito Federal e o direito à educação em questão**. In: MARCIEL, Carina Elisabeth; GOMES, Marcilene Pelegrine; SIQUEIRA, Romilson Martins (Orgs.) Políticas educacionais democráticas em tempos de resistência. [Meio Eletrônico]. Brasília, ANPAE, 2021a. “Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/POLITICAS-EDUCACIONAIS-DEMOCRATICAS-v2.pdf> Acesso em: dez de 2021.

SANTOS, Catarina de Almeida. **POLÍTICAS E PRIORIDADES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA NO DISTRITO FEDERAL: UM CENÁRIO EM CONSTRUÇÃO**. Políticas e Prioridades Para Educação Básica dos Governos Estaduais Eleitos em 2018: Para Onde Os Sistemas Estaduais Caminham?, Brasília, v. , n. 14, p. 247-262, 2019.

SANTOS, Catarina de Almeida. “Sentido, descansar, em forma”: escola-quartel e a formação para a barbárie. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, e244370, 2021b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hKLYdP7HgDtxVggJxPpwkzc/abstract/?lang=pt&format=html>.

SANTOS, Mariana Teixeira dos; SILVA, Thiago de Faria e. Militarização das escolas públicas do distrito federal: uma análise sobre a violência. **Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.** - v. 37, n. 1, p. 506 - 524, jan./abr. 2021.

SILVA, Francisco Thiago. “Pátria amada, Brasil”: ufanismo e intromissão burocrática na educação brasileira contemporânea. **Rev. Educ.**, Brasília, ano 42, n. 158, p. 178-194, jan./jun. 2019.

SILVA, Gabriela Tunes da. **MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: Análise do Desempenho Escolar, Disciplina, Segurança e Aspectos Legais**. 2019. Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/documents/3978810/4018983/Estudo+sobre+Militariza%C3%A7%C3%A3o+das+Escolas+P%C3%ABAblicas.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

SILVA, Ileizi Fiorelli; ALVES NETO, Henrique Fernandes. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a sociologia (2014 a 2018). **Rev. Espaço do Currículo (online)**, João Pessoa, v. 13, n. 2, mai/ago 2020, pp. 262-284.

SILVA JUNIOR, José Francisco Scartezini. **O monitor disciplinar no ambiente de uma escola policial cívico-militar**. [S.I.]. 202-.

SILVA, S.G., LIMA JUNIOR, P. and CARUSO, H. A violência urbana e escolar nas periferias de Brasília. **Educação & Sociedade** [online]. vol. 43, e248105. 2022.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: _____ (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 23. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico) p. 11-35.

VIARO, Renee Volpato. Militarização escolar, disciplina e subjetividade: reflexões a partir de Foucault. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 17, n. 38, jan/abr. 2022

Yin, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim** [recurso eletrônico]/ Robert K. Yin; tradução: Daniel Bueno ; revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre : Penso, 2016. e-PUB.

ZALUAR, A. M. **Ethos guerreiro e criminalidade violenta**. In: LIMA, R.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014.

ANEXOS

ANEXO I - Perguntas do Formulário do Conselho de Classe Discente (SOE)

- Perguntas do Formulário do Conselho de Classe Discente (SOE):
 - Sobre seu nível de dificuldade na compreensão dos conteúdos (separados por disciplina da Formação Geral Básica, de acordo com o Novo Currículo em Movimento para o 1º ano do Ensino Médio; separados por Disciplina Curricular de acordo com o Currículo em Movimento para o 2º e 3º ano do Ensino Médio);
 - Sobre a metodologia que é mais utilizada pelo professor durante as aulas (*idem*);
 - Sobre a complexidade das atividades propostas (*idem*);
 - Sobre as atividades aplicadas na ausência do professor (*idem*);
 - Sobre seu nível de dificuldade na compreensão dos conteúdos (*idem*);
 - Sobre a metodologia que é mais utilizada pelo professor durante as aulas (*idem*);
 - Sobre a complexidade das atividades propostas (*idem*);
 - Sobre as atividades aplicadas na ausência do professor (*idem*);
 - Em relação às suas expectativas sobre as Eletivas nas quais você se inscreveu (pergunta presente somente para o 1º ano do Ensino Médio, separados por Eletiva ofertada);
 - Sobre a metodologia utilizada na aula (*idem*);
 - Fale aqui sobre o que acha que foi POSITIVO nas eletivas que você participou, para a sua formação (pergunta presente somente para o 1º ano do Ensino Médio);
 - Falei aqui sobre o que PRECISA MELHORAR nas eletivas que você participou (*idem*);
 - O que você gostaria que fosse ofertado nas próximas eletivas? (*idem*);
 - Como é sua rotina de estudos?;
 - Qual sua maior dificuldade quando está estudando em casa?;
 - Qual área do conhecimento você tem mais dificuldade?;
 - Como a escola pode te ajudar com sua organização individual para aprender melhor?;
 - Como é a convivência entre os alunos da sua turma?;
 - O que mais atrapalha o aproveitamento da turma (NA SUA OPINIÃO);

- Você observa quaisquer situações a seguir na sua turma? Sua turma tem aluna(s) gestante(s). Se sua resposta for sim, informe o nome da aluna que está gestante.
- Conhece algum colega que está faltando com frequência às aulas? Se sim, cite o nome para que possamos ajudá-lo, por favor;
- Gostaria de relatar alguma situação de sala que julgue que é necessário a atenção da escola?;
- Gostaria de elogiar um setor, professor ou servidor da nossa escola? Se sim, pode fazê-lo. Acreditamos que devemos valorizar o que é bom para que isso se multiplique.

ANEXO II - Carta de Apresentação de Pesquisa



Prezada(o) Diretor(a),

A presente Carta de Apresentação tem por intuito versar sobre a pesquisa de responsabilidade de Mariana Moreno Dutra, estudante de graduação da Universidade de Brasília, com fins de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Sociologia, sob minha orientação. O objetivo desta pesquisa é compreender o processo de construção do Programa de Gestão Compartilhada, adotado pelo CED 07 de Ceilândia, desde 2019, por ocasião da publicação da Portaria Conjunta nº 1/2019.

Por se tratar de um programa novo no contexto das políticas educacionais e de gestão dos conflitos escolares no Distrito Federal, tendo sido o CED 07 uma das escolas pioneiras, interessa para a pesquisa dialogar com os atores-chave que vivenciam na prática tal iniciativa, como coordenadores(as), professores, estudantes e os policiais, se for possível.

Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre o interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A estudante-pesquisadora declara conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial as Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e o Código de Ética da Sociedade Brasileira de Sociologia. Será observado o compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo o local da instituição escolhida para a realização da pesquisa de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar. Todos os esclarecimentos necessários serão apresentados antes, durante e após a finalização da pesquisa, e será assegurada a postura ética perante a comunidade escolar, assim como, se manterá rigoroso tratamento e análise mediante as informações coletadas. Os dados provenientes da pesquisa, tais como questionários, entrevistas, gravações ou fotografias ficarão sob a guarda da estudante-pesquisadora responsável pela pesquisa. A coleta de dados será realizada por meio da técnica qualitativas, com a realização de observação participante e a aplicação de entrevistas semiestruturadas.

Ressaltamos que a participação na pesquisa não implica em nenhum risco e é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício.

Esperamos contribuir para o debate sociológico acerca das experiências de Gestão Compartilhada no contexto do DF, em diálogo com outras realidades no Brasil.

Tanto a estudante Mariana Moreno quanto eu, na qualidade de orientadora, comprometemo-nos com a devolução dos resultados do estudo para a comunidade escolar ao final de sua realização.

Se houver qualquer dúvida em relação à pesquisa, o responsável institucional poderá no contatar através do telefone 61 9 9****-**** ou pelos e-mails mariana.morenodt@gmail.com e/ou haydee@unb.br.

Brasília, 30 de junho de 2022.

Atenciosamente,

Profª. Dra. Haydée Caruso

Departamento de Sociologia

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UnB

ANEXO III - Roteiro de Entrevista Monitores

O seguinte roteiro de entrevista pauta-se no esquema organizacional de uma entrevista qualitativa semi-estruturada. O objetivo basilar da entrevista qualitativa é o de captar a compreensão de experiência(s) vivida(s) e o significado que é dado à(s) experiência(s). Utilizada como técnica de pesquisa, permite a oportunidade de interações bidirecionais de forma a não limitar as estruturas de respostas. Inserida na metodologia etnográfica, a entrevista qualitativa semi-estruturada deve servir como ferramenta para a compreensão de um mundo social complexo segundo a perspectiva de uma pessoa participante deste.

Isto posto, o roteiro de entrevista serve como guia de apreensão de significados que não se limitam às perguntas-chave, mas, que abrem possibilidades de interação entre quem entrevista e é entrevistado. Serão algumas perguntas-chave que conduzirão a entrevista:

- Há quanto tempo é Policial Militar? E monitor, há quanto tempo?
- Sempre esteve como Monitor(a) no CED 7?
- Como tem sido o processo de atuação enquanto Monitor(a) na escola?
- Como é a rotina de trabalho?
- Como você define a relação com as pessoas da comunidade escolar (estudantes, professores, pais e responsáveis)?
- Na sua opinião, quais têm sido os avanços na escola devido ao Projeto de Gestão Compartilhada?
- E as dificuldades?
- O que foi planejado é o que tem sido executado, na sua visão?

ANEXO IV - Roteiro de Entrevista Pedagógico (Professores, Coordenação e Orientação Educacional)

Conte-me um pouco sobre você.

É professor(a) há quanto tempo?

Que disciplina?

Quanto tempo atua aqui?

- Se for um professor(a) que passou pela mudança da gestão compartilhada, introduzir a segunda pergunta:

Então, você acompanhou a mudança na proposta educacional da escola, com a implementação da Gestão Compartilhada... conte-me sobre essa nova abordagem?

Como tem sido esse processo?

Na sua opinião, quais têm sido os avanços?

E as dificuldades?

O que foi planejado é o que tem sido executado, na sua visão?

- Caso o professor(a) já tenha entrado depois da gestão compartilhada, explorar como foi sua chegada na escola, adaptação ao novo modelo e etc)

ANEXO V - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa de responsabilidade de Mariana Moreno Dutra, estudante de graduação da Universidade de Brasília, com fins de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Sociologia. O objetivo desta pesquisa é compreender o processo de construção do Programa de Gestão Compartilhada, adotado pelo CED 07 de Ceilândia, desde 2019, por ocasião da publicação da Portaria Conjunta nº 1/2019. Por se tratar de um programa novo no contexto das políticas educacionais e de gestão dos conflitos escolares no Distrito Federal, tendo sido o CED 07 uma das escolas pioneiras, interessa para a pesquisa dialogar com os atores-chave que vivenciam na prática tal iniciativa, como coordenadores(as), professores, estudantes e policiais.

Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio da técnica de pesquisa etnográfica, com a realização de observação participante e a aplicação de entrevistas qualitativas semi-estruturadas. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa apurar se a militarização promoveu as melhorias previstas em suas legislações instituintes e organizacionais, de forma que, com os resultados encontrados, a comunidade escolar possa avaliar o impacto da gestão escolar militarizada, dentro de seu universo.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 9 9435-5908 ou pelo e-mail marianadutra99@hotmail.com e/ou haydee@unb.br.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de apresentação à comunidade escolar dos dados levantados e produzidos, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, ____ de _____ de _____

ANEXO VI - Respostas Coletadas para o Conselho de Classe Escolar (SOE)

- **Como a escola pode te ajudar com sua organização individual para aprender melhor?**

3º ano	
Classificações	Quantidade
Não soube responder/sem sugestões	18
Elaborou sugestões	24
Acredita que a forma atual é satisfatória	2
Total	44

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

2º ano	
Classificações	Quantidade
Não soube responder/sem sugestões	11
Elaborou sugestões	17
Acredita que a forma atual é satisfatória	2
Total	36

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

1º ano	
Classificações	Quantidade
Não soube responder/sem sugestões	31
Elaborou sugestões	29
Acredita que a forma atual é satisfatória	2
Total	61

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

- **Qual sua maior dificuldade quando está estudando em casa?**

3º ano	
Classificações	Quantidade
Família não respeita o momento de estudo	11
Não consegue estudar sozinho(a)	10
Falta de motivação	23
Falta de local adequado	15
Não tem livro didático	0
Dificuldade com os conteúdos	17
Emprego ou outros afazeres	16
Problemas de saúde emocional	15
Não tem dificuldade	0
Outros	2
Sem acesso à internet	0
Total	109

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

2º ano	
Classificações	Quantidade
Família não respeita o momento de estudo	2
Não consegue estudar sozinho(a)	7
Falta de motivação	15
Falta de local adequado	8
Não tem livro didático	0
Dificuldade com os conteúdos	13
Emprego ou outros afazeres	10
Problemas de saúde emocional	8
Não tem dificuldade	3
Outros	0
Sem acesso à internet	0
Total	66

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

1º ano	
Classificações	Quantidade
Família não respeita o momento de estudo	9
Não consegue estudar sozinho(a)	8
Falta de motivação	25
Falta de local adequado	14
Não tem livro didático	2
Dificuldade com os conteúdos	15
Emprego ou outros afazeres	8
Problemas de saúde emocional	18
Não tem dificuldade	6
Outros	6
Sem acesso à internet	1
Total	112

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

- **Como é a convivência entre os alunos da sua turma?**

3º ano	
Classificações	Quantidade
Amigável	17
Amistosa	5
Apática	2
Conflituosa	7
Desrespeitosa	4
Cooperativa	7
Meio termo	1
Indiferente	1
Outros	0
Total	44

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

2º ano	
Classificações	Quantidade
Amigável	16
Amistosa	6
Apática	0
Conflituosa	2
Desrespeitosa	4
Cooperativa	7
Meio termo	0
Indiferente	0
Outros	1
Total	36

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

1º ano	
Classificações	Quantidade
Amigável	27
Amistosa	4
Apática	2
Conflituosa	5
Desrespeitosa	10
Cooperativa	9
Meio termo	3
Indiferente	1
Outros	2
Total	63

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

- **Gostaria de relatar alguma situação de sala que julgue que é necessário a atenção da escola?**

3º ano	
Classificações	Quantidade
Sem relato	27
Problemas de convivência em sala (conversa excessiva, brincadeiras, desrespeito)	4
Transfobia	2
Outros	5
Total	63

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

2º ano	
Classificações	Quantidade
Sem relato	24
Problemas de convivência em sala (conversa excessiva, brincadeiras, desrespeito)	9
Bullying	1
Transfobia	1
Outros	1
Total	36

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

1º ano	
Classificações	Quantidade
Sem relato	40
Problemas de convivência em sala (conversa excessiva, brincadeiras, desrespeito)	13
Bullying	1
Racismo	1
Problemas com saúde mental	1
Outros	6
Total	62

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

- **Gostaria de elogiar um setor, professor ou servidor da nossa escola? Se sim, pode fazê-lo. Acreditamos que devemos valorizar o que é bom para que isso se multiplique.**

3º ano	
Classificações	Quantidade
Sem comentários	7
Comentários positivos	35
Comentários negativos	2
Total	44

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

2º ano	
Classificações	Quantidade
Sem comentários	4
Comentários positivos	28
Comentários negativos	4
Total	36

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

1º ano	
Classificações	Quantidade
Sem comentários	15
Comentários positivos	46
Comentários negativos	1
Total	62

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria.

- **Tipos de situação observada na turma**

3º ano	
Classificações	Quantidade
Agressão Verbal	17
Assédio Sexual	2
Bullying	10
Cyberbullying	0
Injúria Racial	1
Intolerância Religiosa	3
LGBTQIA+Fobia	7
Racismo	4
Outros tipos de violência	16
Total	60

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria

2º ano	
Classificações	Quantidade
Agressão Verbal	15
Assédio Sexual	0
Bullying	12
Cyberbullying	4
Injúria Racial	2
Intolerância Religiosa	1
LGBTQIA+Fobia	0
Racismo	3
Outros tipos de violência	12
Total	49

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria

1º ano	
Classificações	Quantidade
Agressão Verbal	26
Assédio Sexual	0
Bullying	27
Cyberbullying	7
Injúria Racial	6
Intolerância Religiosa	5
LGBTQIA+Fobia	7
Racismo	13
Outros tipos de violência	20
Total	111

FONTE: SOE CED 07 de Ceilândia, julho/2022. Elaboração Própria

ANEXO V - Quantitativo de estudantes

Quantidade de Turmas - Ensino Médio*		
Anos	Turmas	Estudantes
1º ano	14	535
2º ano	12	430
3º ano	8	344
Total	34	1309

*Quantitativo total referente à modalidade Ensino Médio regular, incluso estudantes não enturmados (3 estudantes no 1º ano).

FONTE: SEEDF, consulta realizada em 02/09/2022. Elaboração Própria.

Quantidade de Turmas - Educação de Jovens e Adultos (EJA)*		
Segmento	Turmas	Estudantes
1º segmento	4	24
2º segmento	8	122
3º segmento	9	239
Total	21	385

*Quantitativo total referente à modalidade EJA, EJA Multiseriado (diurno e noturno) e estudantes não enturmados.

FONTE: SEEDF, consulta realizada em 02/09/2022. Elaboração Própria.

Turma X Faixa Etária								
3º ano								
Turma	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	21 anos	22 anos	23 anos	Total
3º A	25	18	3	1	-	-	-	47
3º B	18	19	6	-	-	-	-	43
3º C	9	28	6	-	-	-	-	43
3º D	17	20	4	-	-	-	1	42
3º E	9	21	10	2	-	-	-	42
3º F	7	24	13	-	-	-	-	44
3º G	10	25	6	-	-	-	-	41
3º H	14	24	4	-	-	-	-	42
Total	109	179	52	3	-	-	1	344

FONTE: SEEDF, consulta realizada em 02/09/2022. Elaboração Própria.

Turma X Faixa Etária									
2º ano									
Turma	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	21 anos	22 anos	23 anos	Total
2º A	21	12	1	3	-	1	-	-	38
2º B	20	14	-	2	-	-	1	-	37
2º C	7	26	3	-	-	-	-	-	36
2º D	7	20	6	4	-	-	-	-	37
2º E	12	11	11	2	-	-	-	-	36
2º F	11	14	12	3	-	-	-	-	40
2º G	5	21	8	3	-	-	1	-	38
2º H	2	15	15	5	-	-	-	-	37
2º I	2	17	12	-	-	-	-	-	31
2º J	3	15	7	5	-	-	-	1	31
2º K	5	14	10	3	1	-	-	-	33
2º L	9	17	7	2	-	-	1	-	36
Total	104	196	92	32	1	1	3	1	430

FONTE: SEEDF, consulta realizada em 02/09/2022. Elaboração Própria.

Turma X Faixa Etária									
1º ano									
Turma	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	22 anos	Total
1º A	-	11	10	4	1	-	-	-	26
1º B	1	6	30	5	-	-	-	-	42
1º C	-	17	9	10	5	-	-	1	42
1º D	1	13	13	11	3	-	-	-	41
1º E	1	9	22	5	3	-	-	-	40
1º F	-	21	20	1	-	-	-	-	42
1º G	-	2	27	9	3	-	-	-	41
1º H	-	1	25	10	-	-	-	-	36
1º I	-	-	24	10	3	2	-	-	39
1º J	-	7	8	10	-	9	1	-	35
1º K	-	2	13	16	4	-	-	-	35
1º L	-	12	10	5	8	-	-	-	35
1º M	-	4	10	9	7	7	-	-	37
1º N	-	5	13	10	8	5	-	-	41
Total	3	110	234	115	45	23	1	1	532

FONTE: SEEDF, consulta realizada em 02/09/2022. Elaboração Própria.